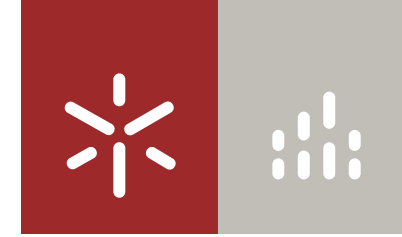




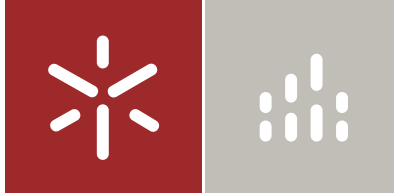
Ana João Guimarães Viana

Da Transversalidade do Eixo da Fonte Velha  
Uma proposta de requalificação em duas ações

Universidade do Minho  
Escola de Arquitectura







Universidade do Minho  
Escola de Arquitectura

Ana João Guimarães Viana

Da Transversalidade do Eixo da Fonte Velha  
Uma proposta de requalificação em duas ações

Dissertação de Mestrado  
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao  
Grau de Mestre em Arquitectura

Trabalho efetuado sob a orientação da  
Arquiteta Marta Labastida

Anexo 3

DECLARAÇÃO

Nome: Ana João Guimarães Viana

Endereço eletrónico: ana.joao.viana@gmail.com      Telefone: 927712259

Número do Bilhete de Identidade: 13717593

Título da dissertação de mestrado:

Da Transversalidade do Eixo da Fonte Velha - Uma proposta de requalificação em duas ações

Orientadores:

Professora Doutora Marta Labastida Juan

Ano de Conclusão: 2015

Designação do Mestrado do Ramo de Conhecimento: Área de Cidade e Território

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho,

Assinatura:



## AGRADECIMENTOS

À professora Marta, pela orientação, pela partilha de conhecimento, pela insistência, partilhas e críticas necessárias ao longo destes meses.

A todos os colegas da salinha, companheiros de percurso, obrigada pelas conversas e trocas de opiniões, pelos dias de trabalho, pelas palavras de encorajamento e muito riso.

Aos meus pais pelo apoio contínuo e incondicional durante toda a minha formação, paciência, ajuda e compreensão.

À Laurinha por acreditar sempre.

Ao Beirão, pela insistência e preocupação constantes.

Ao João, pela paciência e apoio incondicional.



## RESUMO

A presente investigação centra-se no projeto de requalificação do eixo da Fonte Velha, situado na vila de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo.

A abordagem à rua da Fonte Velha legitima-se pelo facto de integrar o centro histórico da vila, compondo o seu traçado viário e habitacional original.

A escolha pelo eixo da Fonte Velha justifica-se tanto pela afinidade ao lugar como pela pertinência da abordagem de uma problemática urbanística cada vez mais comum. Com a evolução e a expansão natural dos traçados urbanos, os antigos centros perderam importância no contexto geral dos lugares. Define-se, por isso, como desafio, contrariar uma situação aparentemente irreversível e estimular os centros históricos, tendo em conta as potencialidades dos lugares e o seu património, que deve ser respeitado e incorporado nesta ação, de modo a torná-la integrada e sustentada.

Este trabalho contemporâneo insurge-se perante a marcada presença histórica, sendo uma preocupação constante lidar com a sensibilidade histórica presente nos diversos elementos em simultâneo com a inserção de uma proposta de intervenção de forma a devolver a identidade do lugar, adaptada à atualidade.

Procura-se, assim, mais do que recorrer ao mero restauro dos arruamentos e edifícios, apelar a uma verdadeira regeneração, sendo, necessário encontrar os mecanismos precisos de desenvolvimento de uma estratégia de intervenção que responda afirmativamente a estas problemáticas.

A investigação reflete, assim, uma interpretação pessoal do sítio e do processo de regeneração urbana, pretendendo requalificar um lugar portador de histórias e vivências únicas, em conformidade com as necessidades e pré-existências locais e urbanas, repondo a descoberto a sua existência.



## ABSTRACT

The present research focuses on a rehabilitation project of Fonte Velha axis, situated in the small town of Ponte da Barca, District of Viana do Castelo.

The approach to Fonte Velha Street legitimates itself by the fact of integrating the historic centre of this small town composing its original trace road and housing.

The choice of Fonte Velha axis is justified not only because of the affinity to the place but also because of the relevance in the approach of a more and more common urban issue.

With the evolution and the natural growth of the urban planning, the old centres have lost importance in the overall context of the places.

Therefore, it defines itself as a challenge to counter an apparently irreversible situation and stimulate the historic centre taking into account the potential of the places and their heritage which should be respected and incorporated in this action to make it integrated and sustained.

This contemporary work rises before the marked historical presence being a constant concern to deal with the historic sensitivity present in the different elements simultaneously with the insertion of a proposal of intervention to give back the identity to the place, adapted to the present times.

It is more than a mere restoration of streets and buildings. It is a real rehabilitation and for that it is necessary to find the right mechanisms to develop an intervention strategy that responds positively to these issues.

The research reflects, therefore, a personal interpretation of the place and the process of urban restoration wishing to qualify a place full of history and unique experiences, according to the local and urban needs and pre-existences putting its existence in evidence.



# Índice

INTRODUÇÃO.....	1
<b>I. APROXIMAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO EIXO DA FONTE VELHA</b> .....	<b>3</b>
1.1. O eixo e a vila .....	6
1.1.1. Os instrumentos de ordenamento que condicionam o eixo .....	10
1.2. O eixo e o tempo .....	18
1.3. O eixo percorrido .....	24
1.3.1. Experienciar .....	24
1.3.2. Apreender .....	31
<b>II. A TRANSVERSALIDADE COMO ESTRATÉGIA</b> .....	<b>43</b>
<b>III. AÇÕES DE INTERVENÇÃO NO EIXO DA FONTE VELHA</b> .....	<b>53</b>
3.1. Incorporar   Interligar.....	56
3.1.1. O Rio   Plano Norte .....	
3.1.1.1. A Rampa .....	56
3.1.1.2. A Praça do Mercado .....	71
3.1.1.3. A Parça Fluvial .....	78
3.1.2. A Vila   Plano Sul .....	
3.1.2.1. O Centro de estudos/Ludoteca.....	85
3.2. Impulsionar   Unificar .....	94
3.2.1. O Percurso.....	94
3.2.2. As Esquinas .....	100
3.2.2.1. A Padaria   Condutor Urbano .....	102
3.2.2.2. A Capela   Referência Urbana .....	104
3.2.2.3. O Largo de Sousa - Vinoteca   Organização Urbana .....	106
CONCLUSÃO.....	111
BIBLIOGRAFIA.....	113





# INTRODUÇÃO

*“O grande problema da cidade portuguesa é o abandono do centro histórico.”*

Gonçalo Byrne , in ‘*A cidade resgatada*’, 2013

A investigação que se segue centra-se num projeto de requalificação do eixo da Fonte Velha, situado na vila de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo.

A escolha do eixo da Fonte Velha legitima-se pelo facto de integrar o centro histórico da vila, compondo o tecido urbano desde a sua origem. Este eixo, composto pelas atuais ruas Maria Lopes da Costa, Doutor Alberto Cruz e Plácido de Vasconcelos, é profundamente marcado pela herança histórica e cultural, tendo sido gradualmente desvalorizado no contexto urbano contemporâneo da vila de Ponte da Barca. Ainda que, nos últimos anos, a Câmara Municipal e algumas entidades privadas tenham investido na requalificação e na atratividade do centro histórico, as intervenções realizadas na artéria em estudo têm sido pontuais e isoladas, não conseguindo oferecer um sentido de lugar à via. Hoje assume-se como um espaço sobrando, marcado pelo abandono e degradação, tendo perdido a importância que teve no passado.

A escolha do eixo da Fonte Velha justifica-se, também, pela afinidade ao lugar e pela pertinência de abordar o centro histórico, uma vez que nas últimas décadas a problemática urbanística tem-se focado na expansão e desenvolvimento de áreas, deixando os centros à margem do desenvolvimento. As funções e os programas que outrora dominaram o eixo são hoje direcionados para outras áreas, tendo em conta a acessibilidade e/ou a espacialidade.

Esta investigação propõe contrariar uma situação aparentemente irreversível e trabalhar no centro histórico, através de um projeto de requalificação do espaço público que respeite e incorpore as potencialidades do lugar e o seu património, de modo a construir uma ação integrada e sustentada. Este trabalho de projeto considera continuamente a marcada presença histórica, sendo uma preocupação constante lidar com a autenticidade dos diversos elementos, em simultâneo com a inserção de uma proposta de intervenção de forma a reforçar a identidade do lugar, adaptada à atualidade.

Procura-se, assim, mais do que recorrer ao mero restauro dos arruamentos e edifícios, apelar a uma verdadeira regeneração, através de intervenções que estimulem novas visões no eixo e respondam às problemáticas existentes.



## I. APROXIMAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO EIXO DA FONTE VELHA



Este primeiro capítulo concentra-se no (re)conhecimento do lugar, desenvolvendo um método de aproximação e interpretação a partir da identificação dos elementos característicos com potencial para a sua valorização e abrangendo as diversas escalas: vila, quarteirão e rua.

Visando entender as distintas dimensões espaço-temporais da rua em análise, foram estruturados três subcapítulos: O eixo e a vila, O eixo e o tempo e O eixo percorrido.

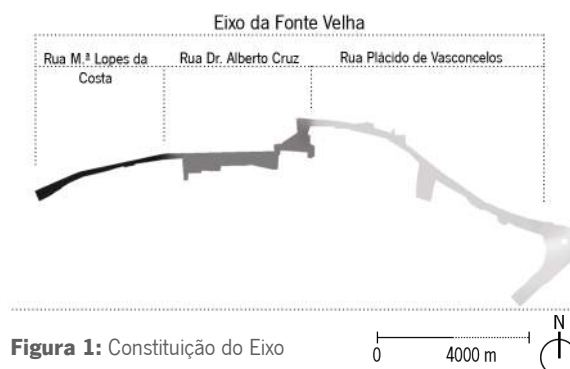
“*O eixo e a vila*” remete para um enquadramento geográfico do eixo na vila. Aborda também o papel dos instrumentos de planeamento urbano que vigoram na vila e, nomeadamente, na área em estudo.

“*O eixo e o tempo*” apresenta um estudo temporal da via, referenciando o património existente e as alterações urbanas ao longo dos anos: uma visão cronológica do processo de transformação do eixo a partir do seu património.

“*O eixo percorrido*” relata a experiência *in situ*, retratando as especificidades visíveis da artéria aquando da sua travessia. É formado por duas ações, *Experienciar*, demonstrativa das qualidades espaciais visíveis ao observador, e *Apreender*, baseada na identificação e no levantamento dos vários elementos compositivos e nas dinâmicas existentes.

A partir destes estudos pretendem-se reunir motes interpretativos que ajudem na compreensão das formas e dinâmicas do presente, percebendo-se as permanências, as carências e as problemáticas do lugar, assim como as potenciais oportunidades de intervenção.

## 2.1. O EIXO E A VILA



**Figura 1:** Constituição do Eixo

Ponte da Barca é sede de um concelho localizado na margem sul do rio Lima. É delimitado a Norte pelo rio Lima, a Oeste pelo concelho de Ponte de Lima, a Este por Espanha e a Sul pelos concelhos de Vila Verde e Terras de Bouro, já pertencentes ao distrito de Braga (Figura 2).

Pertencendo à primeira matriz urbana da vila de Ponte da Barca, o estudo incide sobre o eixo da Fonte Velha, atualmente composto pelas ruas Maria Lopes da Costa, Doutor Alberto Cruz e Plácido de Vasconcelos (Figura 1).

Aquando da formação da povoação, por volta do século XV, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida<sup>1</sup>, o eixo da Fonte Velha era considerado de grande importância, constituindo uma das vias estruturantes da época. Por este motivo, situam-se ao longo deste eixo as mais antigas construções da vila, datadas da primeira metade do século XVI. É, assim, o mais antigo núcleo habitacional da vila gerado em torno desta rua, localizada junto ao rio.

Nas idades Média e Moderna, o transporte fluvial no rio Lima era intenso, tornando-se a povoação de Ponte da Barca um importante ponto de passagem e ancoragem, fundamental na ligação do comércio entre o litoral e o interior. Até finais do séc. XV, momento em que se pensa ter sido erguida a ponte sobre o rio<sup>2</sup>, a travessia era exclusivamente feita com recurso aos barqueiros. O tráfego fluvial e a possibilidade de travessia terão impulsionado a fixação das pessoas nos terrenos mais próximos do rio<sup>3</sup>. Surgiu, assim, aquele que é considerado o *quarteirão piloto*<sup>4</sup>, o primeiro povoamento na margem do rio Lima.

O cruzamento de vias terrestres e fluviais permitiu uma maior mobilidade dos habitantes, mercadores, peregrinos e viajantes. Consequentemente, nos séculos seguintes, a pequena povoação cresceu em tamanho e edificado, dando forma à rua da Fonte Velha.

As vias que se cruzavam, formaram o “*T tradicional de caminhos*”<sup>5</sup>, na frente/saída de uma ponte, construída então na transição do séc. XV, resultante do desenvolvimento e

<sup>1</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, Alto Minho

<sup>2</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, Alto Minho

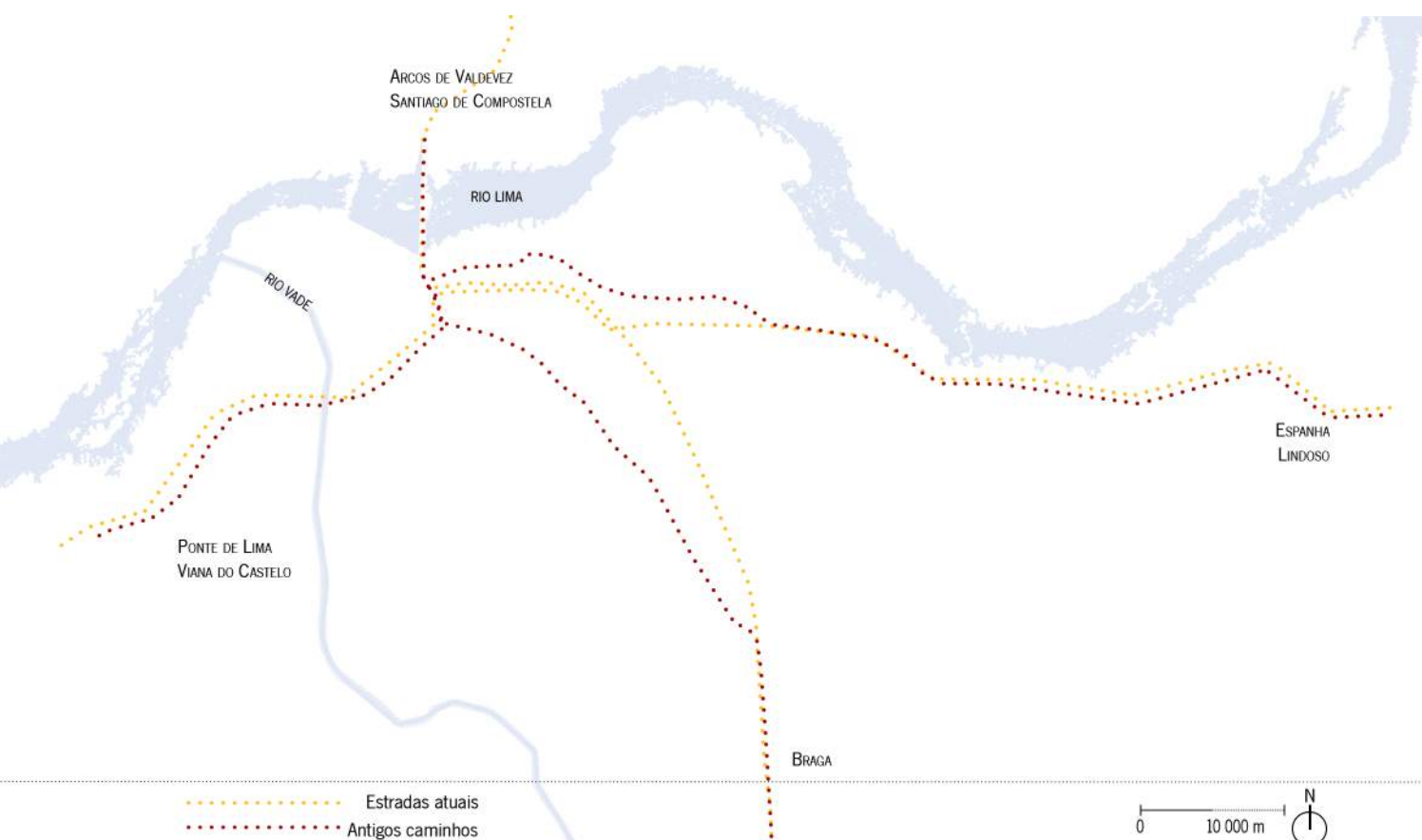
<sup>3</sup> COSTA, Avelina de Jesus da, Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca, Município de Ponte da Barca, Ponte da Barca

<sup>4</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, Alto Minho

<sup>5</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, Alto Minho



**Figura 2:** Ortofotomapa de localização de Ponte da Barca



**Figura 3:** Localização do "T tradicional de caminhos" antigos e atuais

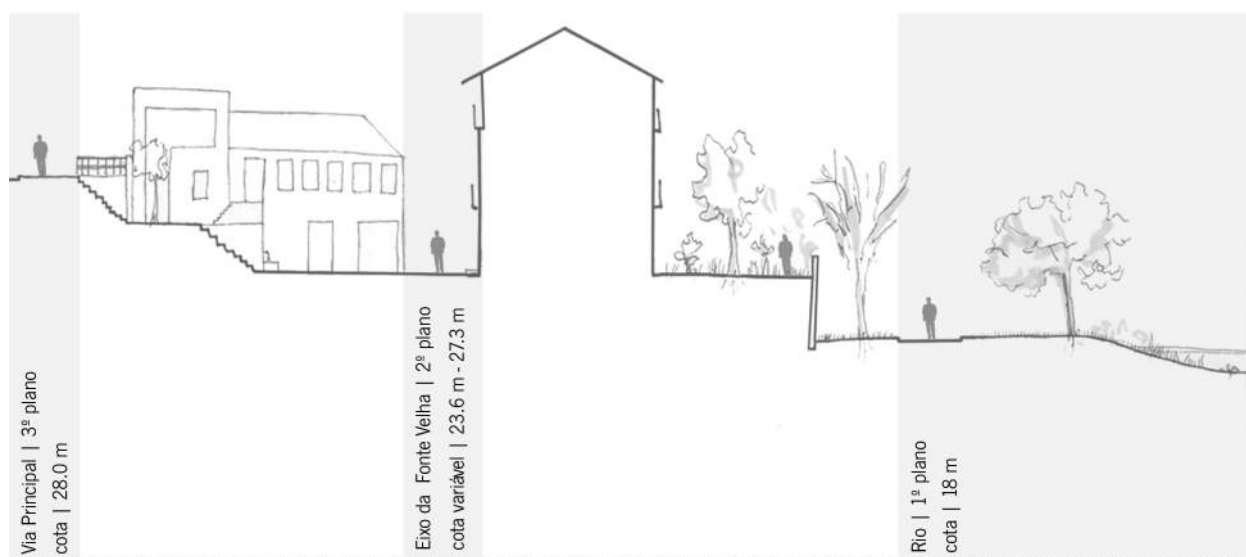




crescimento da localidade. Deste modo, o “T” era constituído pelo eixo que seguia para Oeste, em direção a Viana do Castelo, pelo eixo que subia para Sul na direção de Braga, e pelo que se dirigia para Espanha, a Este, pela rua da Fonte Velha, como se verifica na Figura 3.

A evolução e consolidação do tecido urbano barquense colocou o eixo da Fonte Velha numa posição geográfica favorável face aos dois planos centrais de Ponte da Barca – a via principal (rua Conselheiro da Rocha Peixoto, cota 28.0 m) e a área ribeirinha (cota 18.0 m)– situando-se, paralelamente e numa cota intermédia entre estes (Figura 4). Os logradouros pertencentes às habitações situadas a Norte das ruas que atualmente compõe ao eixo da Fonte Velha voltam-se para o rio e para a rua Conselheiro da Rocha Peixoto voltam-se fachadas e logradouros, situados a Sul. Deste modo, a separação dos planos é feita por linhas de edificado e respetivos logradouros coexistindo uma relação transversal entre eles (Figura 5). A diferença de cotas entre os dois planos centrais da vila – rio e eixo principal – é, em média, de 10 metros. A maior diferença verifica-se entre o primeiro plano – rio – e o segundo – Fonte Velha – justificado pela necessidade de prevenção contra as cheias do rio Lima. Consequentemente, a fachada voltada para o rio é constituída por muros com alturas significativas, de modo a proteger os logradouros e respetivas edificações e oferecendo uma visão panorâmica privilegiada da área ribeirinha e da margem norte, como é visível na secção demonstrativa dos três planos da vila (Figura 4).

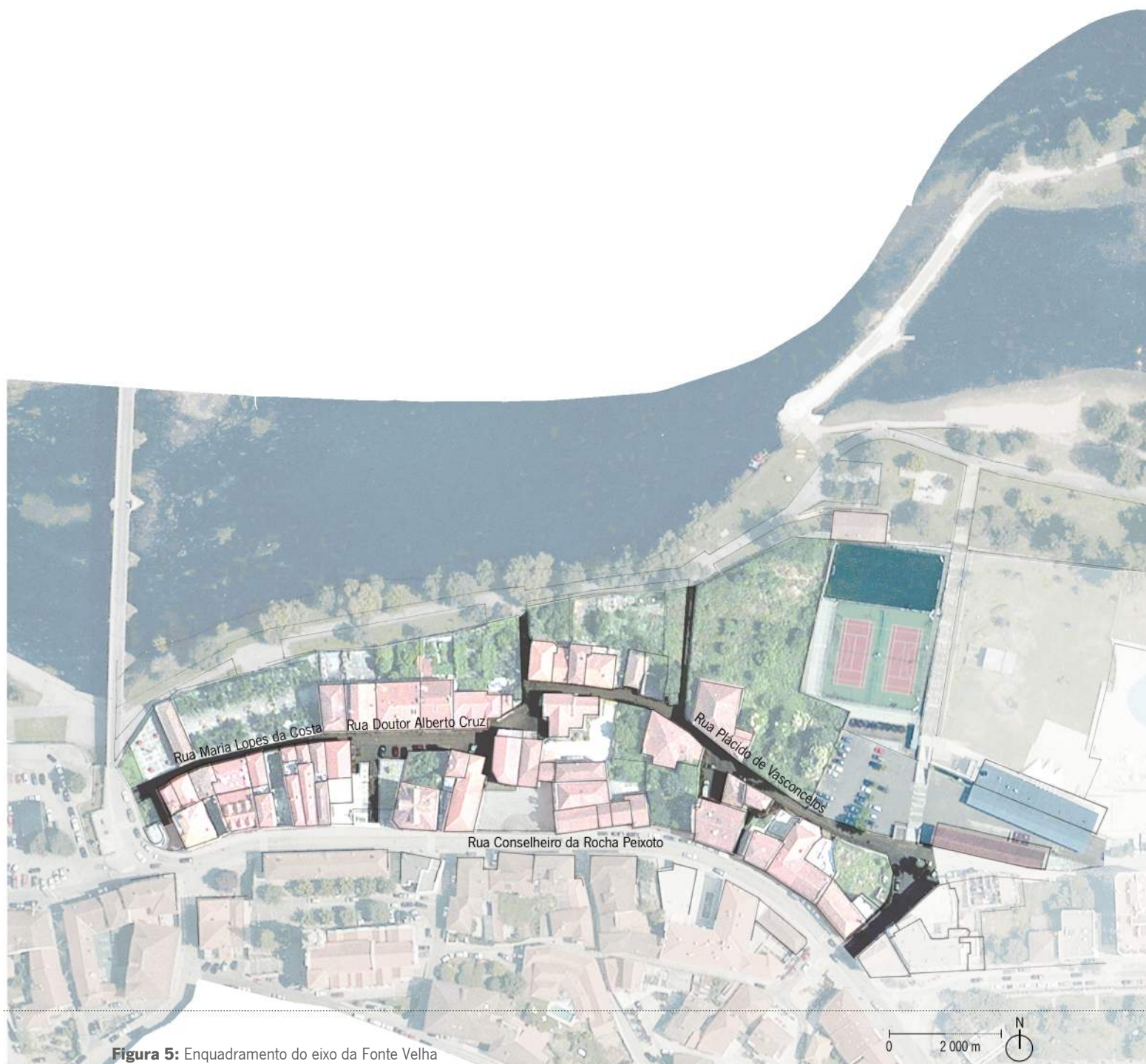
Ao longo do eixo da Fonte Velha a cota varia entre os 22.2 m e os 27.3 m; na via principal, no troço correspondente, varia entre 25.5m e 31.0m; e no percurso ribeirinho, no troço correspondente, entre 17.5m e 18.5m.



**Figura 4:** Secção demonstrativa dos três planos - via principal, rua e rio

esc. 1/200





**Figura 5:** Enquadramento do eixo da Fonte Velha

### 2.1.1. OS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO QUE CONDICIONAM O EIXO

No eixo da Fonte Velha vigora um conjunto de instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente, o Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano de Urbanização da Vila de Ponte da Barca (PU VPB) (em fase de elaboração) e o Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico (PRSGH). Atualmente foi também delimitada a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Ponte da Barca (ARU).

Este conjunto de instrumentos foi analisado com o objetivo de interpretar e conhecer as condicionantes atuais, assim como, as aspirações/expectativas legais na área que circunscreve o caso de estudo.

O Plano Diretor Municipal de Ponte da Barca, publicado em Diário da República, 2ª Série, n.º134, de 15 de Julho de 2013, classifica o solo em dois tipos: urbano e rural. Tendo em conta esta classificação a área em estudo é abrangida, na planta de ordenamento, pelo *Espaço Urbano Central* (solo urbano) e pelos *Espaços Naturais* (solo rural), e ainda pelas *Zonas Inundáveis* e *Zonas ameaçadas pelas cheias*. Na Planta de Património e Salvaguardas é abrangido pela *Estrutura Ecológica Municipal* e pelo *Património Cultural* (Título VII, Capítulo I, artigo 68.º) (Figura 6).

Da análise das disposições regulamentares do PDM, tendo em consideração a qualificação do solo para a área em estudo consta que:

- Os *Espaços Urbanos Centrais* (Título VI, Capítulo II, artigo 49.º) privilegiam a instalação de serviços ou equipamentos, a dinamização de atividades turísticas e a manutenção ou reforço da função residencial, em simultâneo com a requalificação e reabilitação do edificado e do espaço público.

- Os *Espaços Naturais* (Título V, Capítulo II, artigo 29.º) proíbem a destruição da vegetação ribeirinha, exceto se forem ações de consolidação e limpeza das margens e as edificações permitidas são apenas de carácter excecional.

- As *Zonas Inundáveis* (Título IV, Capítulo II, artigo 21.º) proíbem a construção ou ampliação de edifícios, a alteração do sistema natural de escoamento, obras que alterem as suas características naturais e a destruição do revestimento vegetal ou alteração do relevo natural. Contudo, é permitida a realização de infraestruturas públicas e a instalação de equipamentos de uso coletivo associado ao aproveitamento e utilização dos planos de água e das margens.

- A *Estrutura Ecológica Municipal* (Título VII, Capítulo I, artigo 69.º) permite a abertura de percursos pedonais e proíbe a construção de novos edifícios.

- O *Património Cultural* subdivide-se em três níveis: A) património classificado ou em vias de classificação, B) património inventariado de valor superior e C) património inventariado de valor intermédio (Título VII, Capítulo I, artigo 70.º). Assim, na área de estudo, o Mercado, o Pelourinho e a Ponte constituem elementos de nível A, a Igreja da



## Espaços naturais

### Artigo 29.º

#### Identificação, usos e regime

1 — os espaços naturais correspondem às áreas com maior valor natural identificadas no PNPG, às áreas de ocorrência de valores naturais nos sítios e na zona de proteção especial, de acordo com o PSRN 2000, bem como áreas de reconhecido interesse natural e paisagístico, cuja utilização dominante não seja agrícola, florestal ou geológica, integrando:

- a) Leitos dos cursos de água e Galerias ripícolas;
- b) Solo nu correspondente a afloramentos rochosos;
- c) Áreas ameaçadas pelas cheias;
- d) Área de proteção total e parcial do tipo I do POPNPG, na íntegra;
- e) Parcialmente a área de proteção parcial do tipo II do POPNPG.

2 — Nos espaços naturais são interditos os seguintes atos:

- a) Florestação com espécies de crescimento rápido e introdução de espécies faunísticas ou florísticas exóticas;
- b) Alteração da morfologia das margens ao longo dos cursos de água e destruição parcial ou total da vegetação ribeirinha, exceto quando esses trabalhos correspondam a ações de consolidação e limpeza das margens no âmbito da proteção civil ou da sua valorização ambiental;
- c) Práticas de agricultura que recorram a fertilizantes suscetíveis de contaminar a qualidade da água nos cursos próximos.

3 — Nestes espaços, a edificabilidade tem caráter de exceção

## Espaços Centrais

### Artigo 49.º

#### Identificação e usos

1 — Estes espaços correspondem a solo urbanizado consolidado e integram as áreas que desempenham funções de centralidade na Vila de Ponte da Barca e onde predominam usos mistos de habitação com atividades de serviços e comércio, admitindo-se a instalação de outros usos, desde que compatíveis.

2 — Nestes espaços privilegiam-se as ações de modernização do comércio tradicional, a instalação de serviços e de equipamentos, a dinamização das atividades turísticas e a manutenção ou reforço da função residencial, a par da requalificação e reabilitação do edificado e do espaço público.

### Artigo 21.º

#### Zonas inundáveis

1 — Consideram-se zonas inundáveis as áreas atingidas pela maior cheia conhecida de um curso de água e como tal delimitada nas Plantas de Ordenamento e de Condicionantes.

2 — Nas zonas inundáveis, não é admitido:

- a) Construção ou ampliação de edifícios;
- b) Alteração do sistema natural de escoamento por obstrução à circulação das águas;
- c) Realização de obras que impliquem alterações das suas características naturais;
- d) Destruição do revestimento vegetal ou alteração do relevo natural;
- e) Instalação de vazadouros, lixeiras ou parques de sucata.

3 — Excetuam-se das alíneas a), b), c) e d) do número anterior e sem prejuízo de legislação específica aplicável, as obras hidráulicas referidas no artigo anterior, a realização de infraestruturas públicas e a instalação de equipamentos de utilização coletiva associados ao aproveitamento e utilização dos planos de água e das margens, para os quais seja demonstrada a inexistência de alternativa e desde que não seja construído nenhum pavimento abaixo da cota atingida pela maior cheia conhecida nesse local.

### Artigo 69.º

#### Estrutura ecológica municipal

1 — A estrutura ecológica municipal identificada na planta de ordenamento — património e salvaguardas é constituída por um conjunto articulado de áreas com características biofísicas especiais, para desempenhar um papel determinante no equilíbrio ecológico e ambiental do território e para a valorização dos recursos patrimoniais e paisagísticos e proporcionar a estruturação das atividades urbanas e rurais de forma integrada e sustentável.

2 — Nas áreas abrangidas pela estrutura ecológica, sem prejuízo da legislação geral aplicável e dos usos atuais, independentemente da categoria de espaço a que se sobrepõe, é interdito construir novos edifícios ou instalações, exceto nos casos a que se refere o número seguinte.

3 — Nas áreas abrangidas pela estrutura ecológica, sem prejuízo da legislação aplicável, do disposto no POPNPG e dos princípios e objetivos estabelecidos no presente regulamento, admitem-se as seguintes intervenções:

- a) Abertura de percursos pedonais e caminhos agrícolas ou florestais;
- b) Novos arruamentos, na falta de alternativa viável fora destas áreas, preferencialmente com pavimentos permeáveis;
- c) Instalação de infraestruturas básicas e instalações adstritas a aproveitamentos hidro-agrícolas;
- d) Construções previstas na alínea c) do n.º 3 do artigo 29.º;
- e) Empreendimentos de turismo associados ao aproveitamento das potencialidades naturais e paisagísticas da estrutura ecológica e que contribuam para a sua promoção.

### Artigo 70.º

#### Património arquitetónico

1 — O património arquitetónico, religioso ou civil, identificado no Anexo IV — IV.2, foi categorizado em três níveis na planta de ordenamento — património e salvaguardas:

- a) A — Elementos do património arquitetónico classificados ou em vias de classificação.
- b) B — Elementos do património arquitetónico inventariado, de importância religiosa e ou civil, de valor superior;
- c) C — Elementos do património arquitetónico inventariado, de importância religiosa e ou civil, de valor intermédio.

2 — No caso dos elementos do património arquitetónico de nível A estão também identificados na planta de condicionantes e dispõem de zonas de proteção estabelecidas e delimitadas de acordo com as disposições legais relativas ao património classificado ou em vias de classificação.

3 — Os elementos do património arquitetónico inventariado, de importância religiosa e ou civil, referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 são aqueles que apresentam características físicas — estéticas ou estruturais — e ou simbólicas relevantes na construção identitária do espaço em que se enquadram e que, como tal, merecem lugar de destaque no panorama patrimonial.

4 — Para os elementos do património arquitetónico inventariado, de importância religiosa e ou civil, de nível B, estabelecem-se áreas de salvaguarda correspondentes a um perímetro de 15 m desde os limites exteriores do elemento.

5 — Para os elementos do património arquitetónico inventariado, de importância religiosa e ou civil, de nível C, englobou-se uma área de proteção ao bem, quando justificada, correspondente aos limites exteriores identificados.

6 — Nos elementos de património arquitetónico dos níveis B e C e nas áreas de proteção dos de nível B, todas as intervenções urbanísticas devem contribuir para a valorização do bem em causa, bem como ser acompanhadas de uma descrição desses elementos e de uma fundamentada justificação das opções de projeto.

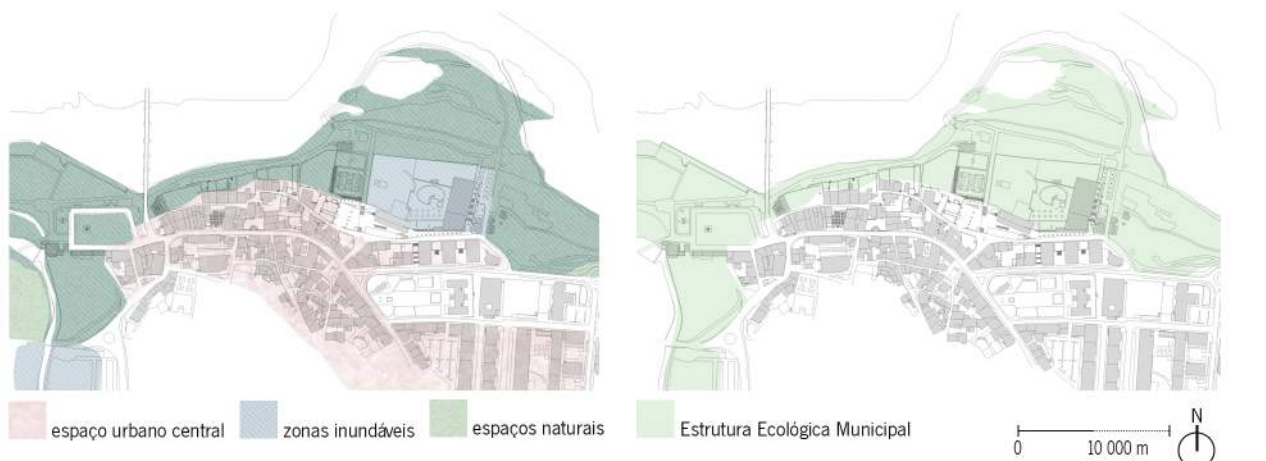


Figura 6: Estudos do PDM (atigos e plantas)

Misericórdia e a Capela da Lapa são considerados nível B, e as casas senhoriais da Fonte Velha e Relógio de Sol são do nível C (anexo IV – IV.2). As intervenções nestas áreas, segundo o regulamento, devem contribuir para a valorização do bem (Título VII, Capítulo I, artigo 70.º)<sup>6</sup>.

A Planta de Condicionantes informa que parte da área está abrangida dentro da *Reserva Ecológica Nacional com o ecossistema e Zonas Inundáveis e Zonas ameaçadas pelas cheias* (Figura 7).

O regime da *Reserva Ecológica Nacional*<sup>7</sup> rege-se por regulamento próprio e apresenta um conjunto de restrições nas quais se destacam as obras de urbanização, construção e ampliação, vias de comunicação, escavações e aterros.

Ainda da análise da REN, destaca-se os *Cursos de água e respetivos leitos e margens* e *Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos*, inseridos nas *Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre* (Anexo I, Secção II, alínea a) e d)). Relativamente à primeira alínea, esta permite os usos e ações nas margens e leitos que não coloquem em causa, entre outros, a continuidade do ciclo da água, a drenagem dos terrenos confinantes e a prevenção de situações de risco de cheias. A alínea d) foi incluída na análise, uma vez que as áreas definidas no Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março como *áreas de infiltração máxima* (visível na legenda e planta da REN disponível no sítio da Câmara Municipal de Ponte da Barca) são consideradas no atual Decreto-Lei *áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos*. Segundo a definição apresentada, são “*áreas geográficas que, devido à natureza do solo, às formações geológicas aflorantes e subjacentes e à morfologia do terreno, apresentam condições favoráveis à ocorrência de infiltração e recarga natural dos aquíferos*”. Nestas áreas não são permitidas, entre outras, intervenções que não previnam e reduzam os efeitos dos riscos de cheias e inundações.

A área de estudo é abrangida também pelas *Zonas ameaçadas pelas cheias*, inserida nas *Áreas de prevenção de riscos naturais* (Anexo I, Secção III, alínea c)) e interdita ações que não assegurem a prevenção e redução do risco de cheias, pondo em causa a segurança das pessoas e bens; a garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas e a estabilidade topográfica dos terrenos em causa.

Verifica-se, assim, um conjunto de condicionamentos relacionados com a intervenção no eixo da Fonte Velha, a serem tidas em conta na formulação de uma estratégia de intervenção, nomeadamente os referentes aos *espaços naturais* e *espaço urbano central* e às *zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias*.

Os termos de referência para a elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Ponte da Barca<sup>8</sup> – PU VPB – mencionam que este surge da oportunidade de reconsideração da estratégia municipal, adequando-a ao novo enquadramento estabelecido pelas alterações à

<sup>6</sup> <http://www.pontedabarca.com.pt/ver.php?cod=OSOA>

<sup>7</sup> Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto, com a sua atual versão conforme o Decreto-Lei 239/2012 de 2 de Novembro, Diário da República n.º 212, 1ª série, Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

<sup>8</sup> Plano de Urbanização da Vila de Ponte da Barca – Diário da República, n.º 104, 2ª série, de 30 de maio de 2011



## CAPÍTULO III

### Regime das áreas integradas em REN

#### Artigo 20.º

##### Regime

1 — Nas áreas incluídas na REN são interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em:

- a) Operações de loteamento;
- b) Obras de urbanização, construção e ampliação;
- c) Vias de comunicação;
- d) Escavações e aterros;
- e) Destruição do revestimento vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais.

2 — Excetuam-se do disposto no número anterior os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN.

3 — Consideram-se compatíveis com os objetivos mencionados no número anterior os usos e ações que, cumulativamente:

a) Não coloquem em causa as funções das respetivas áreas, nos termos do anexo I; e

b) Constem do anexo II do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes, como:

- i) Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou
- ii) Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia; ou

#### SECÇÃO II

##### Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre

###### a) Cursos de água e respetivos leitos e margens

1 — Os leitos dos cursos de água correspondem ao terreno coberto pelas águas, quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades, neles se incluindo os mouchões, os lodeiros e os areais nele formados por deposição aluvial.

2 — As margens correspondem a uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas, com largura legalmente estabelecida, nelas se incluindo as praias fluviais.

3 — A delimitação da largura da margem deve observar o disposto na alínea gg) do artigo 4.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 245/2009, de 22 de setembro, 60/2012, de 14 de março, e 130/2012, de 12 de junho.

4 — Nos leitos e nas margens dos cursos de água podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Assegurar a continuidade do ciclo da água;
- ii) Assegurar a funcionalidade hidráulica e hidrológica dos cursos de água;
- iii) Drenagem dos terrenos confinantes;
- iv) Controlo dos processos de erosão fluvial, através da manutenção da vegetação ripícola;
- v) Prevenção das situações de risco de cheias, impedindo a redução da secção de vazão e evitando a impermeabilização dos solos;
- vi) Conservação de habitats naturais e das espécies da flora e da fauna;
- vii) Interações hidrológico-biológicas entre águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente a drenância e os processos físico-químicos na zona hiporreica.

###### d) Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos

1 — As áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos são as áreas geográficas que, devido à natureza do solo, às formações geológicas aflorantes e subjacentes e à morfologia do terreno, apresentam condições favoráveis à ocorrência de infiltração e recarga natural dos aquíferos e se revestem de particular interesse na salvaguarda da quantidade e qualidade da água a fim de prevenir ou evitar a sua escassez ou deterioração.

2 — A delimitação das áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos deve considerar o funcionamento hidráulico do aquífero, nomeadamente no que se refere aos mecanismos de recarga e descarga e ao sentido do fluxo subterrâneo e eventuais conexões hidráulicas, a vulnerabilidade à poluição e as pressões existentes resultantes de atividades e ou instalações, e os seus principais usos, em especial a produção de água para consumo humano.

3 — Nas áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos só podem ser realizados os usos e as ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

i) Garantir a manutenção dos recursos hídricos renováveis disponíveis e o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos subterrâneos;

ii) Contribuir para a proteção da qualidade da água;

iii) Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e da biodiversidade dependentes da água subterrânea, com particular incidência na época de estio;

iv) Prevenir e reduzir os efeitos dos riscos de cheias e inundações, de seca extrema e de contaminação e sobreexploração dos aquíferos;

v) Prevenir e reduzir o risco de intrusão salina, no caso dos aquíferos costeiros e estuarinos;

vi) Assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas de águas subterrâneas, principalmente nos aquíferos cársticos, como por exemplo invertebrados que ocorrem em cavidades e grutas.

#### SECÇÃO III

##### Áreas de prevenção de riscos naturais

###### c) Zonas ameaçadas pelas cheias

1 — Consideram-se «zonas ameaçadas pelas cheias» ou «zonas inundáveis» as áreas suscetíveis de inundação por transbordo de água do leito dos cursos de água devido à ocorrência de caudais elevados.

2 — A delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias é efetuada através de modelação hidrológica e hidráulica que permita o cálculo das áreas inundáveis com período de retorno de 100 anos da observação de marcas ou registos de eventos históricos e de dados cartográficos e de critérios geomorfológicos, pedológicos e topográficos.

3 — Em zonas ameaçadas pelas cheias podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;
- ii) Garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas;
- iii) Regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas;
- iv) Estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa;
- v) Manutenção da fertilidade e capacidade produtiva dos solos inundáveis.

4 — Na delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias podem ser considerados períodos de retorno mais baixos.



Figura 7: Estudos do PDM | condicionantes REN (artigos e plantas)

legislação, incidentes nos instrumentos de gestão territorial. Este plano abrange a área de centro histórico, coincidindo com a parte de estudo.

Foram analisados os objetivos programáticos e destacados os que se relacionam e justificam com o tema de investigação, nomeadamente o referente à promoção da reabilitação urbana e da articulação da estrutura ecológica urbana com os espaços públicos e à promoção da reestruturação dos tecidos urbanos existentes de modo a melhorar a sua articulação.

Os documentos anteriormente analisados são aplicados a uma escala maior, ao nível do concelho. A uma escala mais restrita, incidem sobre o centro histórico, o Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico – PRSCH, a Área de Reabilitação Urbana – ARU e o Plano Pormenor do Centro Histórico – PPCH.

No PRSCH, a vigorar desde 1988, é possível verificar no capítulo correspondente a *Intervenções Prioritárias*, uma análise da área ribeirinha, acompanhada de um esquema (Figura 8), defendendo que o pretendido é o aproveitamento das “*potencialidades das margens do rio, para fins ambientais, turísticos e de lazer, garantindo, por outro lado, o devido enquadramento natural ao núcleo histórico urbano*”<sup>9</sup>, comprovando uma necessidade existente, desde a data, de potenciar o núcleo histórico urbano.

Mais recentemente, em 2013 é considerado como “*de vital importância para este município, a definição e implementação de uma estratégia para a reabilitação do centro histórico da vila de Ponte da Barca*”<sup>10</sup>, a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana, dando origem ao documento ARU<sup>11</sup>, complementar ao PRSGH.

A área proposta para a ARU corresponde ao núcleo mais antigo da vila, englobando, consequentemente, a área em estudo (Figura 9).

“*Esta área concentra um número expressivo de edifícios e espaços urbanos com valor histórico, patrimonial e paisagístico, distribuídos por uma malha urbana que apresenta alguma heterogeneidade morfológica, resultante, por um lado, do relevo e dos acidentes geográficos inerentes ao seu assentamento e, por outro, da forte marcação introduzida pela abertura do eixo viário (antiga estrada nacional) que serve a ponte sobre o rio Lima.*”<sup>12</sup>

A ARU propõe objetivos estratégicos dos quais se salientam aqueles que referem o reforço do carácter identitário do Centro Histórico, através da proteção do património cultural e da valorização do seu enquadramento; a reabilitação do tecido urbano através da recuperação de imóveis e da adaptação funcional e programática dos mesmos, e o favorecimento da revitalização e integração urbana da área delimitada através da criação de condições de atração de população e de funções que usufruam da centralidade que possui no contexto da vila<sup>13</sup>.

9 página 75, PRSCH

10 extraído do Relatório da Delimitação da Proposta de ARU, disponível para consulta no sítio <http://www.pontedabarca.com.pt/ver.php?cod=0S0C>

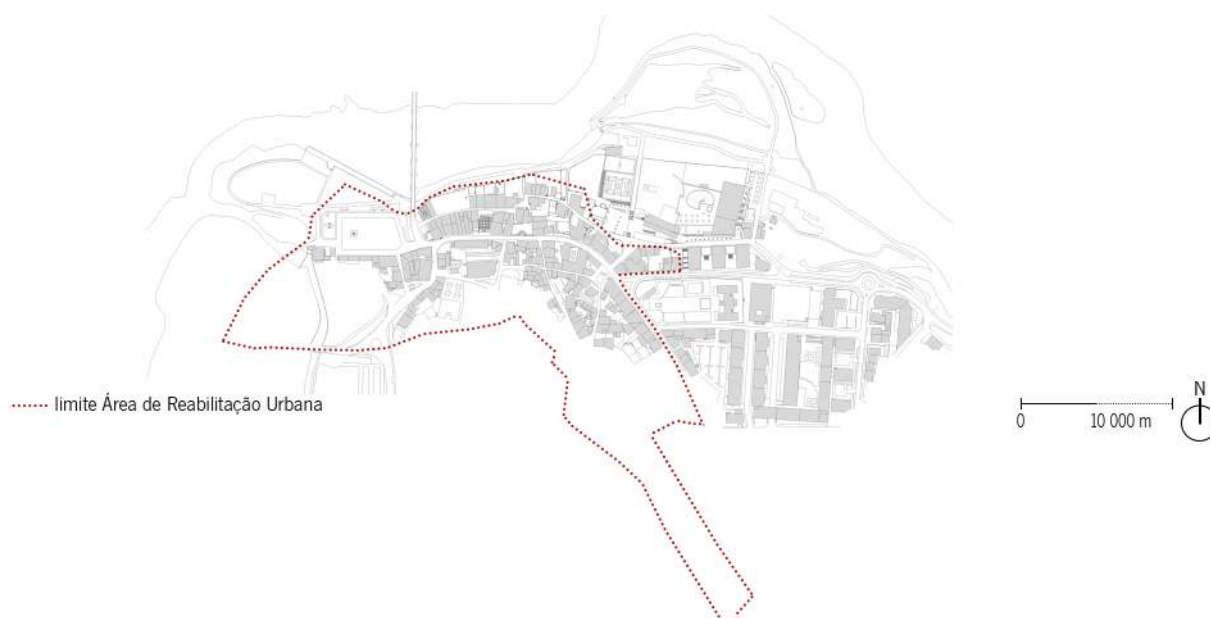
11 segundo o Aviso n.º 15589/2013 de 12 de dezembro de 2013, Delimitação da área de reabilitação urbana - Diário da República, n.º 248, 2ª série, de 23 de dezembro de 2013

12 extraído do Relatório da Delimitação da Proposta de ARU, disponível para consulta no sítio <http://www.pontedabarca.com.pt/ver.php?cod=0S0C>

13 *Área de Reabilitação Urbana*, disponível para consulta no sítio <http://www.pontedabarca.com.pt/ver.php?cod=0S0C>



**Figura 8:** Esquema | Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico



**Figura 9:** Área delimitada pela ARU

Existe ainda o Plano Pormenor do Centro Histórico<sup>14</sup> – PPCH – que apresenta restrições e interdições a serem consideradas aquando de uma intervenção no centro histórico da vila, abrangendo o eixo da Fonte Velha e a área envolvente (Figura 10).

Após a sua análise, foram apenas salientados os pontos que se acharam pertinentes na formulação de uma estratégia, no âmbito de cada capítulo.

No *Espaço público e áreas livres* (Capítulo III) são impostas limitações ao nível da rede viária, nomeadamente, o pavimento da rede viária deverá ser de elementos pétreos naturais, e as cargas e descargas ficam com horário próprio nas vias de características pedonais (artigo 11.º) e deverão ser privilegiados materiais como a pedra da região, o ferro e a madeira (artigo 12.º).

Relativamente aos *Edifícios*, são permitidos os usos dos edifícios sempre que estes não sejam incompatíveis com a conservação do mesmo e que não rompam com as tipologias arquitetónicas e morfologia urbana existentes (artigo 13.º). A volumetria e a forma dos edifícios devem ser mantidas, nomeadamente, os alinhamentos existentes, assim como a forma que define a sua silhueta, estando por isso proibidos o aumento de cérceas e alteração das águas das coberturas. É também proibida a demolição ou alteração de pormenores notáveis, como, platibandas, gradeamentos, ferragens, entre outros (artigo 19.º).

Constata-se uma grande preocupação transversal a todos os planos regulamentares analisados, no que respeita ao interesse público, à manutenção, à conservação, à preservação, à valorização, à proteção e à requalificação do centro histórico. O PDM, a REN e o PPCH condicionam a forma de intervir e atuar na área que envolve o eixo da Fonte Velha, já os restantes regimes, como PU VPB, PRSCH e ARU, propõem objetivos programáticos e estratégicos nos quais se procurou apoio e fundamento para a elaboração de uma intervenção, de modo a tornar a requalificação proposta do eixo da Fonte Velha numa ação integrada e sustentada com os fatores existentes.

---

<sup>14</sup> Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana de Ponte da Barca, Diário da República, n.º 249, 2ª série, de 27 de outubro de 1990. Secretaria de estado da administração local e do ordenamento do território, Direção-Geral do Ordenamento do Território.



### III — Espaços públicos e áreas livres

#### Artigo 10.º

##### Rede viária

O Regulamento considera as propostas sobre a matéria contidas no plano, nomeadamente a criação de vias de uso exclusivo, ou preferencial, de peões, espaços de estacionamento e ordenamento rodoviário.

O pavimento das vias deverá ser em elementos pétreos naturais, nos desenhos tradicionais.

Ficam interditas as cargas e descargas nas vias de características pedonais, as quais apenas se poderão efectuar entre as 20 e as 8 horas do dia seguinte.

#### Artigo 11.º

##### Espaços livres públicos e privados

Nos espaços urbanos de qualidade não deverá ser permitida qualquer intervenção que altere a sua morfologia que não esteja considerada no presente Plano.

Serão respeitadas as cercas e características dos edifícios envolventes aos espaços urbanos de qualidade, salvo se indicado expressamente pelo Plano ou que disso resulte comprovada melhoria urbanística e ambiental.

#### Artigo 12.º

##### Mobiliário urbano

Deverão ser recuperados os elementos do mobiliário urbano caracterizadores da zona histórica — bancos, escadas, fontes e fontanários, gradeamentos, candeeiros, etc.

As novas peças de mobiliário urbano não contempladas no presente Plano deverão respeitar o espaço público e a paisagem urbana existente, integrando-se, a nível do desenho e materiais, no espírito do lugar. A nível de materiais deverá privilegiar-se a pedra da região, o ferro e a madeira.

### IV — Edifícios

#### Artigo 13.º

##### Condições de uso das edificações

1 — Serão permitidos os usos nos termos das leis e dos regulamentos vigentes sempre que estes não sejam incompatíveis com a conservação do carácter dos edifícios e da estrutura urbana e que não provoquem uma ruptura com as tipologias arquitectónicas e a morfologia urbana existentes.

#### Artigo 14.º

##### Volumetria e forma das edificações

1 — Deverão ser mantidos os alinhamentos, limites das actuais construções e perímetros murados, salvo indicação expressa do Plano.

2 — Deverão ser mantidas as volumetrias existentes e a forma que define a sua silhueta, não sendo permitido o aumento de cercas, salvo se devidamente justificado por comprovada necessidade de viabilidade económica e melhoramento estético do conjunto, de acordo, todavia, com o grau de protecção aplicável.

3 — Não são permitidas alterações nas águas das coberturas que se traduzam em alteração da silhueta das edificações.

#### Artigo 19.º

##### Pormenores notáveis

É proibida a demolição, alteração ou transplantação de pormenores notáveis, nomeadamente platibandas, gradeamentos, ferragens, cantarias ou quaisquer outros.

Nos restauros procurar-se-á recuperar os pormenores notáveis deteriorados.

Figura 10: Estudo do PPCH (artigos)

## 2.2. A RUA E O TEMPO

Este ponto tem como objetivo explicar a evolução cronológica da rua, desde a sua formação até aos dias correntes, procurando perceber as alterações que aconteceram ao longo do eixo da Fonte Velha e lhe conferem a imagem atual.

A consolidação da matriz urbana barquense desvalorizou o eixo da Fonte Velha no tecido urbano da vila, através da criação de novos eixos viários. No entanto, o facto de o eixo ter integrado uma das principais ligações a Espanha resultou num número significativo de lugares e edificações de referência histórica (Figura 11).

No século XIII, foi edificada no eixo da Fonte Velha a Capela da Lapa, que consta ter sido a primeira referência de culto no povoamento<sup>15</sup>.

A ponte sobre o rio Lima foi construída durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521) e D. João III (1521-1557), sendo por isso considerada, da segunda metade do séc. XV<sup>16</sup>.

No fim do século XVI, sem certezas quanto à data, acredita-se ter sido construído no eixo da Fonte Velha o Pelourinho.

Na segunda metade do século XVII foi construída a igreja da Misericórdia e ao lado, já na segunda metade do séc. XVIII<sup>17</sup>, a casa da Irmandade. Ainda no século XVIII, acredita-se ter sido erguido na rua o Mercado para abrigo dos feirantes, barqueiros e bens.

Ao longo do eixo foram edificadas algumas casas senhoriais abrasonadas. Na segunda metade do século XVIII, surgiu a Casa da Fonte Velha, conhecida pela fonte ali existente, de arquitetura banal com brasão visível na fachada<sup>18</sup>. É uma casa com uma vasta área de logradouro que se estende até ao rio Lima, usufruindo de grandes vistas sobre a margem norte. Não se sabe a data concreta de construção da Casa do Relógio de Sol, no entanto, dado o conjunto de elementos arquitetónicos e esculturais antigos que contém, acredita-se datar do século XVIII/IX. O conjunto é composto por um grande jardim com ligação à rua principal, com uma chaminé de pedra, um relógio e uma fonte de pedra esculpida<sup>19</sup>.

Ao centro do eixo foi instalada a designada fonte Velha, que deu nome à rua até ao início do séc. XX, não se conhece ao certo a data de construção, mas é considerada do século XVIII e uma das fontes mais importantes da vila.

Conhece-se ainda o funcionamento da Casa da Roda ou Roda dos Expostos, numa habitação (incerta) da rua da Fonte Velha, entre o séc. XVIII e início do séc. XIX, que mais tarde foi substituída por um hospício<sup>20</sup>, revelando por isso, que a rua já começava a ficar à margem dos percursos urbanos habituais.

15 Jornal Diário do Minho, Braga, 15 de Janeiro de 2010, suplemento edição nº 28742, Capelas de Ponte da Barca I.

16 Município de Ponte da Barca, Cónego Avelino de Jesus da Costa na Imprensa Barquense, Município de Ponte da Barca, Ponte da Barca, 2009.

17 Município de Ponte da Barca, Cónego Avelino de Jesus da Costa na Imprensa Barquense, Município de Ponte da Barca, Ponte da Barca, 2009.

18 Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico – PRSCH, 1988.

19 Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico – PRSCH, 1988.

20 DANTAS, Irene, Toponímia Barquense



**Figura 11:** Cronologia do património existente



Ao longo do tempo, muitos foram os métodos postos em prática nas construções e lugares de referência histórica, situados no eixo da Fonte Velha, desde modificados, adaptados, destruídos, conservados ou simplesmente abandonados.

A Capela da Lapa sofreu diversas alterações no seu desenho original, assim como a Igreja da Misericórdia. A casa da Irmandade da Misericórdia foi adaptada consoante os serviços acolhidos, nomeadamente, a Escola Preparatória, o Ensino Secundário, o Centro Cultural e atualmente, a escola APPACDM. Junto à Capela, funcionou a Adere – Peneda Gerês e o Posto de Turismo. Essa rotatividade de programas de carácter público revela que a ocupação dos edifícios históricos era a forma de evitar o abandono dos mesmos e, consequentemente, do eixo, uma vez que a movimentação de pessoas estimulava a rua.

As mudanças mais significativas e relevantes no eixo foram no desenho do espaço público. Sobre as ruínas do designado “*quarteirão piloto*”, construído nas margens do Lima, foi erguido, após as reformas de prevenção das cheias, o Jardim dos Poetas, uma homenagem aos poetas conterrâneos Diogo Bernardes e Frei Agostinho da Cruz. As alterações no desenho original que este Jardim sofreu, também foram algumas, estando atualmente a receber nova reforma. O pavimento, a criação de canteiros, a plantação de elementos arbóreos e disposição de vasos de flores, foram algumas das alterações feitas ao longo do tempo na Fonte Velha (Figura 12).



século XX

século XXI (2014)



**Figura 12:** Registo fotográfico das alterações urbanas. Fotografias do século XX cedidas pela Câmara Municipal.

Porém, o valor que outrora tivera no contexto urbano foi perdido. O crescente desenvolvimento de Ponte da Barca ofereceu novos caminhos, percursos, edifícios e lugares, resultando no esquecimento da Fonte Velha, representando uma fonte de históricos lugares e construções.

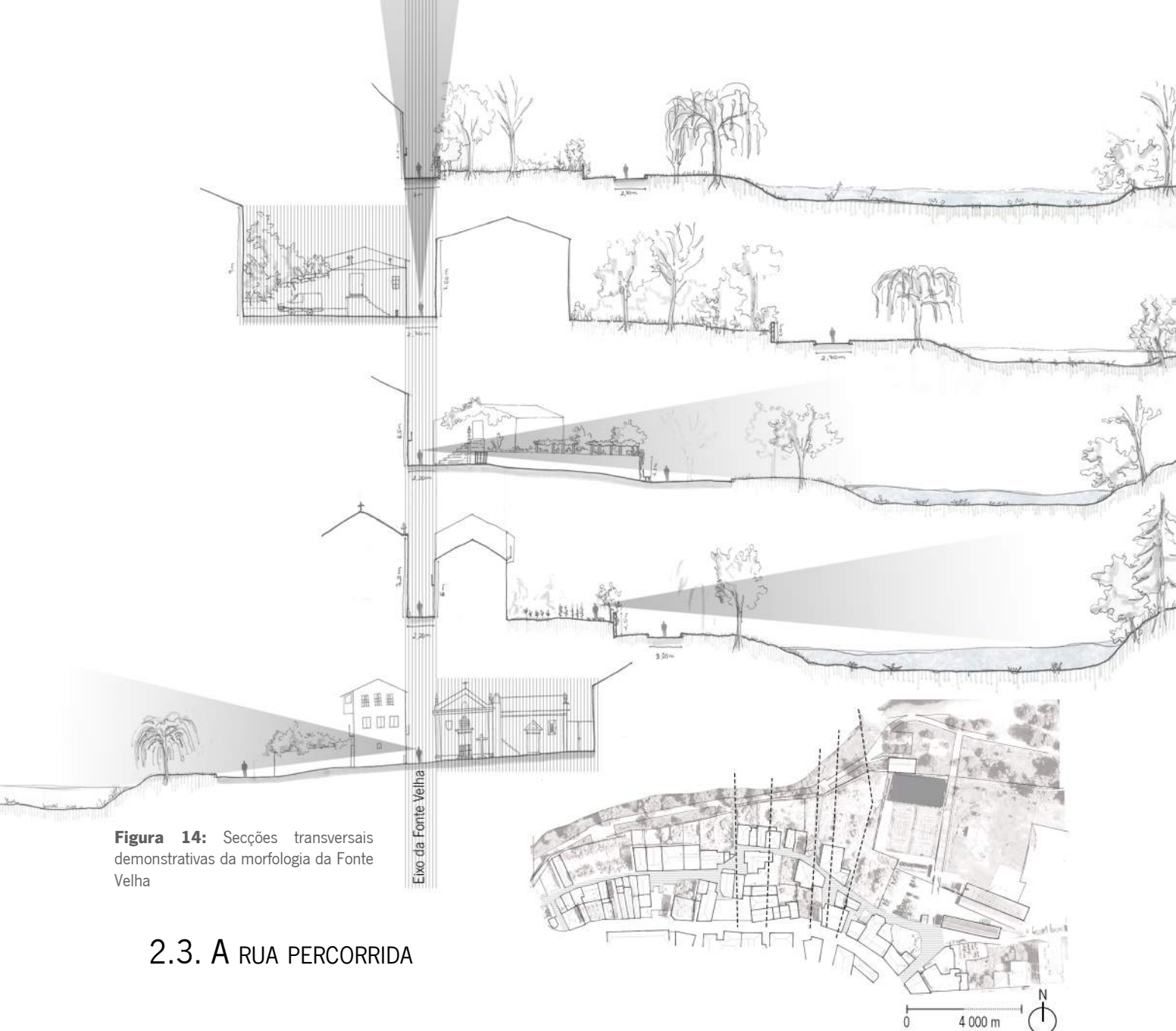
Gradualmente, a maioria dos habitantes do eixo da Fonte Velha acabaram por abandoná-la, a vegetação espontânea desenvolveu-se invadindo parte do edificado, e as construções abandonadas degradaram-se. O resultado de todo o processo é um conjunto de espaços abandonados, com poucas edificações conservadas (Figura 13).

A falta de preservação, de programas instalados e de movimentação de pessoas, resultou numa decadência generalizada da rua, contendo lugares propícios ao vandalismo. Hoje, percorrendo a Rua Plácido de Vasconcelos, a vegetação invasora, as janelas e portas encerradas com tijolo e os amontoados de lixo variado são uma constante. Consoante se aproxima a Rua Dr. Alberto Cruz e a rua Maria Lopes da Costa, os amontoados desaparecem, verificando-se uma realidade distinta da observada na rua Plácido de Vasconcelos. Talvez a proximidade com a ponte, a forma como esta extremidade do eixo se insere no desenho urbano da vila, e a existência de programas ligados à restauração naquela área, sejam fatores determinantes para esta diferença de tratamento.





**Figura 13:** Registo fotográfico demonstrativo da decadência



**Figura 14:** Secções transversais demonstrativas da morfologia da Fonte Velha

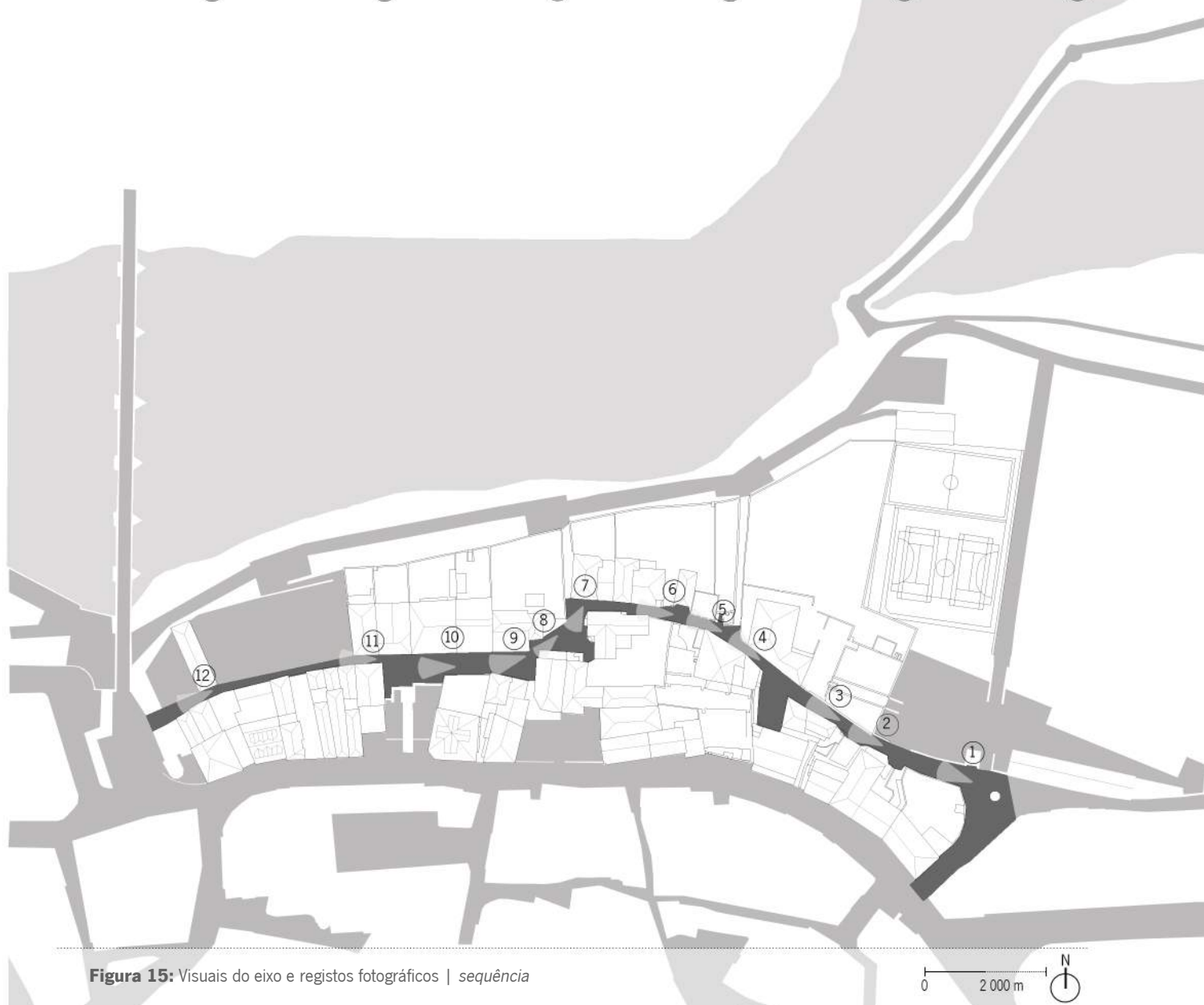
## 2.3. A RUA PERCORRIDA

A necessidade de reconhecer os traços e as marcas temporais e de compreender as vivências e características que fazem da antiga rua da Fonte Velha o que é hoje, obrigou a realizar variadas visitas de estudo ao lugar. Este subcapítulo pretende organizar a apropriação *in situ* através de uma exposição dividida em duas ações: *Experienciar* o atravessamento da rua e a observação das suas qualidades espaciais; *Apreender* os elementos compositivos (edifícios, logradouros, serviços) e vivências existentes através do seu registo.

### 2.3.1. EXPERIENCIAR

Percorrendo a antiga rua da Fonte Velha é possível constatar que ela é estreita, com uma largura média de 3 m. Esta perceção é acentuada pela proporção entre as cérceas dos edifícios e a largura da rua, variando as altimetrias entre 6 e 10 m, aproximadamente. O ângulo visual do observador fica, assim, delimitado e direccionado para a sua frente, configurando um percurso linear/sequencial (Figura 15).





**Figura 15:** Visuais do eixo e registos fotográficos | *sequência*

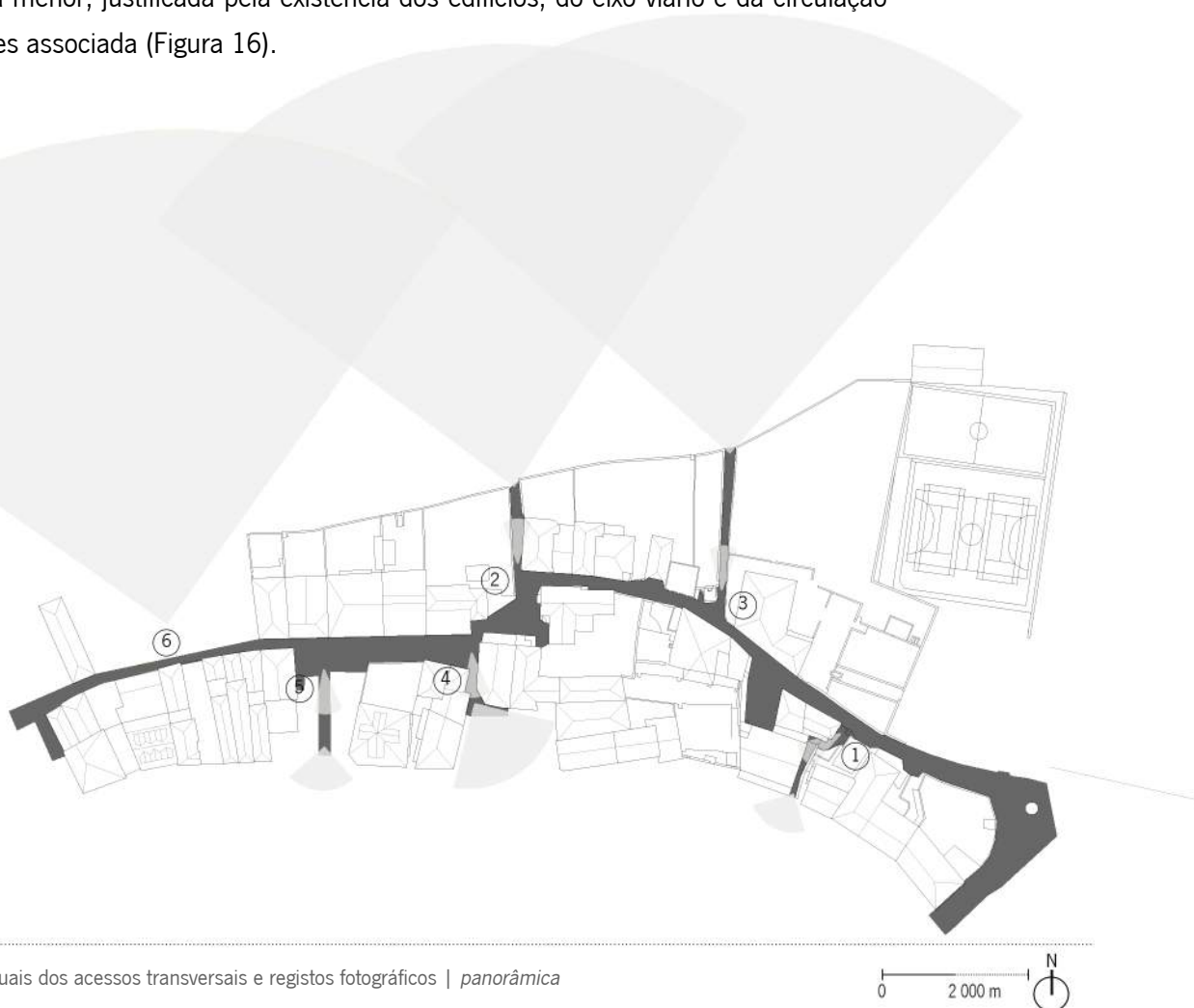
Contudo, esta noção de corredor é interrompida, pontualmente, por espaços mais amplos – alargamentos – não considerados como largos, nem praças, alguns sem identidade, revelando-se mesmo como espaços sobranceiros.

Ao longo da via, são seis os acessos transversais que se verificam, sendo que três fazem o acesso ao rio e os outros três à vila. A Quelha da Fonte Velha (2), a Quelha da Lapa (3) e o Jardim dos Poetas (6) fazem a conexão à área ribeirinha. Um caminho de pé posto, sem identidade (1), o Largo da Misericórdia (4) e o Largo de Sousa (5) acessam a diferentes pontos da rua principal, Rua Conselheiro da Rocha Peixoto (Figura 16).

É possível que alguns destes percursos tenham sido consolidados aquando da formação da rua; outros talvez tenham surgido posteriormente, consequentes do arranjo urbanístico da vila ou da necessidade da população, e por isso, são percursos de caráter secundário.

Os acessos ao rio têm uma largura reduzida, sendo visualmente focado e captado apenas o que fica compreendido entre os planos delimitadores (muros e edifícios). Por este motivo, a panorâmica ribeirinha apenas se revela na sua totalidade junto do rio.

Os acessos à vila têm uma largura maior. São, na sua maioria, mais amplos, e por isso, o ângulo de visão é mais alargado permitindo ter a perceção da vila desde o atravessamento. No entanto, a panorâmica que oferece é mais contida, sendo a área de abrangência menor, justificada pela existência dos edifícios, do eixo viário e da circulação urbana a eles associada (Figura 16).



**Figura 16:** Visuais dos acessos transversais e registos fotográficos | panorâmica





Com o objetivo de observar a direção e deslocação da luz/sombra e os diferentes ambientes proporcionados, efetuaram-se variadas visitas ao lugar a horas distintas do dia, estudando a exposição solar a que está sujeita a rua. Assim, foram escolhidos oito pontos, com sentido de percurso Oeste – Este, de modo a ser possível fotografar a luz e a sombra projetadas nos planos. Em cada ponto foram captadas quatro imagens correspondentes a quatro horas distintas do dia.

As horas escolhidas foram 10h para a luz da manhã uma vez que a esta hora o sol está a meio do seu ponto mais alto (12h), 16h para a luz da tarde pois é a hora média entre o ponto mais alto e o pôr-do-sol, 20h de modo a captar a luz ao entardecer (pôr-do-sol) e, por fim, 22h revelando o carácter noturno da rua. É importante referir que as imagens foram captadas durante o mês de Junho, pertencendo assim as horas ao horário de verão, como se verifica na Figura 17.

Constata-se que, ainda que iluminada durante a noite, a rua não tem uma iluminação homogénea, existindo áreas com escassa ou nenhuma luz, que não é justificada pela falta de infraestruturas mas de manutenção, uma vez que grande parte dos candeeiros públicos se encontram partidos ou desligados. Revela-se, assim, um fator condicionante para a circulação noturna, não oferecendo segurança, ficando a artéria propícia a vandalismos.





**Figura 17:** Registo da alteração da luz ao longo de um dia





### 2.3.2. APREENDER

No âmbito da apropriação *in situ*, justificou-se percorrer a rua e a sua envolvente com um olhar para além do visitante, resultando na elaboração de um conjunto de estudos que relacionassem a composição espacial e as vivências locais.

A observação permitiu a análise dos fluxos existentes na área de estudo, e, ainda que de forma intuitiva, o registo, sem distinção de peão e automóvel, como se verifica na Figura 18. É, assim, possível constatar o carácter secundário, em termos de mobilidade, da antiga Fonte Velha, face ao contexto urbano de Ponte da Barca. A rua Conselheiro da Rocha Peixoto, que abrange a circulação pedonal e automóvel, é a mais percorrida, seguindo-se a área ribeirinha, com percurso pedonal apenas.

Apesar de permitir a circulação de peão e automóvel, os fluxos na rua não são intensos, devendo-se ao facto de pertencer ao centro histórico e tendo, por isso, a circulação automóvel condicionada. Os percursos registados são quase exclusivamente efetuados por moradores, que integram a rua no seu trajeto diário, e por visitantes que o fazem ocasionalmente.



**Figura 18:** Registo dos fluxos existentes

A circulação automóvel encontra-se presentemente condicionada, uma vez que o eixo da Fonte Velha pertence ao centro histórico e a largura da rua apenas permite a passagem de um automóvel. Apenas moradores e os veículos destinados a cargas/descargas estão autorizados a atravessar a via. A entrada e saída automóvel são realizadas propositadamente pelo mesmo local, situado a Este, de forma a restringir a circulação.

Uma vez que a passagem de veículos é condicionada, predomina a circulação pedonal. Não existe, porém, uma separação entre o espaço do peão e do automóvel.

Regista-se uma afluência superior à eixo em épocas festivas (Figura 19), como as festas do concelho, ou em eventos realizados nas proximidades. Apesar da falta de iluminação, anteriormente referida, a circulação de pessoas acresce alguma segurança a percorrer a artéria.



**Figura 19:** Registo dos eventos realizados

Da observação dos edifícios existentes resultou o registo e classificação destes em três grandes grupos: não degradados, degradados e ocupados. A maior percentagem pertence aos edifícios não degradados, no entanto, tal facto não é sinónimo de ocupação. Observando a Figura 20, é perceptível que é ao longo da rua Plácido de Vasconcelos, que se situam parte das construções degradadas.

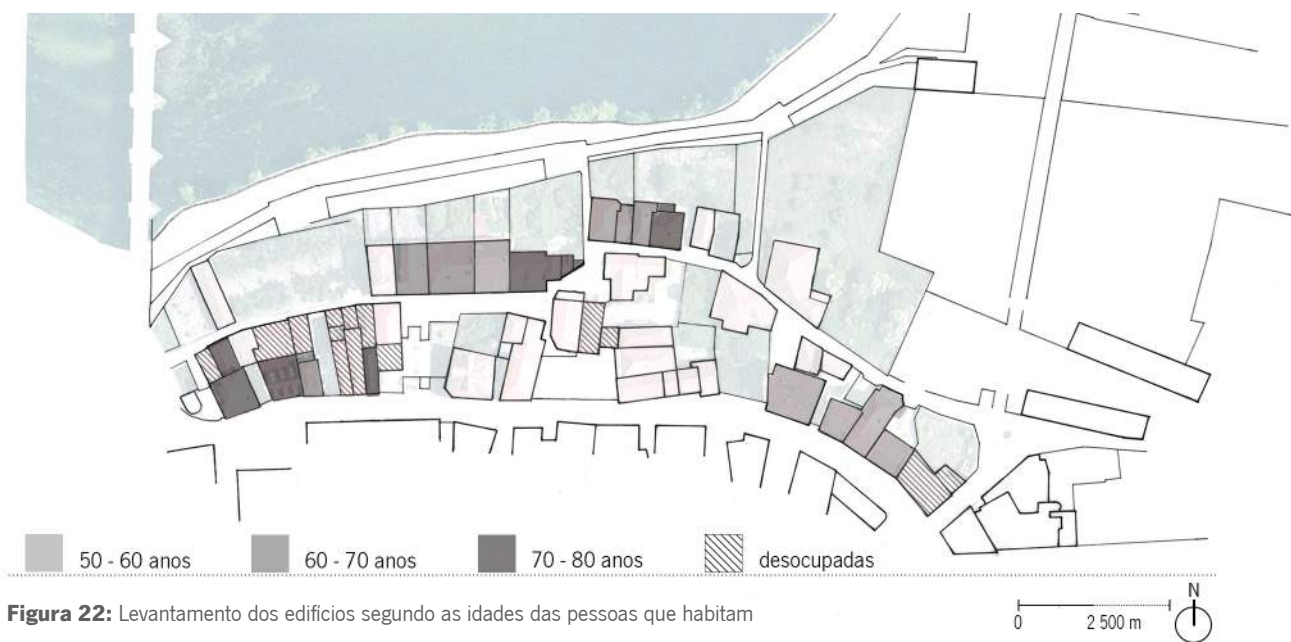
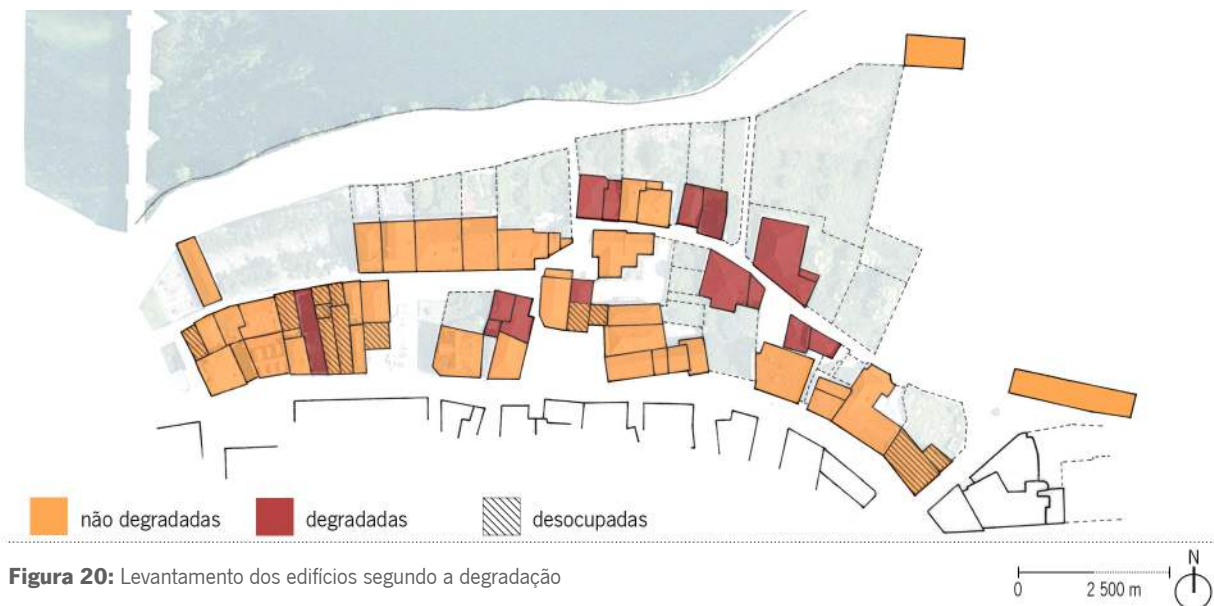
Registou-se, assim, que das 52 construções existentes ao longo do eixo da Fonte Velha, 11 são degradadas e das restantes 41, 10 estão desocupadas, pelo que só 31 estão ocupadas.

As edificações ocupadas abrigam diversos programas: habitação, comércio e serviços. O comércio e serviços encontrados instalam-se, maioritariamente, no rés-do-chão das construções, reservando os pisos superiores para a habitação (Figura 21).

Do comércio existente, o de cariz turístico, englobando restauração e hotelaria, é o mais frequente no eixo da Fonte Velha. No entanto, este tipo de comércio comporta a desvantagem da dependência sazonal. Nos meses de Verão tem o maior proveito do espaço público adjacente, prolongando a sua atividade recorrendo a esplanadas. Contudo, nos meses de Inverno resguardam-se no interior e muitos acabam por encerrar mesmo durante esse período.

O restante comércio organiza-se com o seu tardo voltado para o eixo da Fonte Velha, ficando as entradas orientadas para via principal, não tendo, por isso, qualquer interação com o eixo em análise. O mesmo acontece com os serviços que aí se localizam, estando a maioria ao abrigo da Câmara Municipal de Ponte da Barca e, por isso, necessitam





da visibilidade oferecida pela rua Conselheiro da Rocha Peixoto. Entre eles estão a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens –, a Loja Interativa de Turismo, a escola APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental e serviços de contabilidade.

Verificando o estudo efetuado na Figura 22, foi possível constatar que as pessoas que habitam hoje a antiga rua da Fonte Velha têm idades compreendidas entre os 50 e os 80 anos. Assim, procedeu-se a uma classificação das habitações baseada na faixa etária que, em média, albergam – 50-60, 60-70, 70-80 –, uma vez que existem casos de edifícios terem sido adaptados para servir várias habitações. Assim, reconhece-se que a população residente naquele burgo tende a ser envelhecida, não se verificando a fixação de moradores com idades inferiores a 50 anos.

A maioria das edificações situadas no eixo da Fonte Velha têm logradouros associados, sendo possível observar três situações neles: cultivados, ocupados e abandonados (Figura 23). A distinção entre cultivados e ocupados remete-se ao facto de a classe ocupados abranger logradouros pavimentados, ajardinados ou outro fim que não a agricultura.

Os logradouros destinados a agricultura ou outro fim são os mais frequentes ao longo da rua. Coincidentemente, os logradouros que privilegiam de duas frentes, contactando com o rio-rua ou rua-vila encontram-se abandonados.

Relacionando a classificação dos logradouros com a dos edifícios é possível identificar que existem logradouros abandonados que pertencem a construções ocupadas, nas quais a vegetação se manifesta de forma espontânea e invasiva. Desconhecendo a sua explicação pode ser um indício de alguma falta de meios económicos para a manutenção destes espaços de grande extensão.

A grande área destinada a logradouro, assim como, a proximidade ao rio, evidenciou a necessidade de realizar o levantamento de áreas permeáveis e impermeáveis existentes (Figura 24). Como impermeáveis foram consideradas as que apresentavam solos construídos, e como permeáveis aquelas que apresentavam solo natural, sem qualquer tipo de revestimento.

Tendo em conta os solos construídos, focou-se na materialidade dos mesmos. Constatou-se portanto que a pedra granito é um material de constante utilização ao longo do eixo em estudo. Ao atravessar o eixo da Fonte Velha é perceptível a existência de uma homogeneidade entre o pavimento da rua e o ribeirão, em cubo de granito, existindo uma ligação intuitiva entre ambos através do chão - cor, forma e assentamento do material, como verificado na Figura 25. Nas ligações à vila é perceptível o mesmo material, pedra granito, mas a cor, a forma, o tratamento e o assentamento manifestam-se de forma diferenciada para cada percurso, havendo uma distinção muito clara do que é rua e do que são cada um destes acessos.

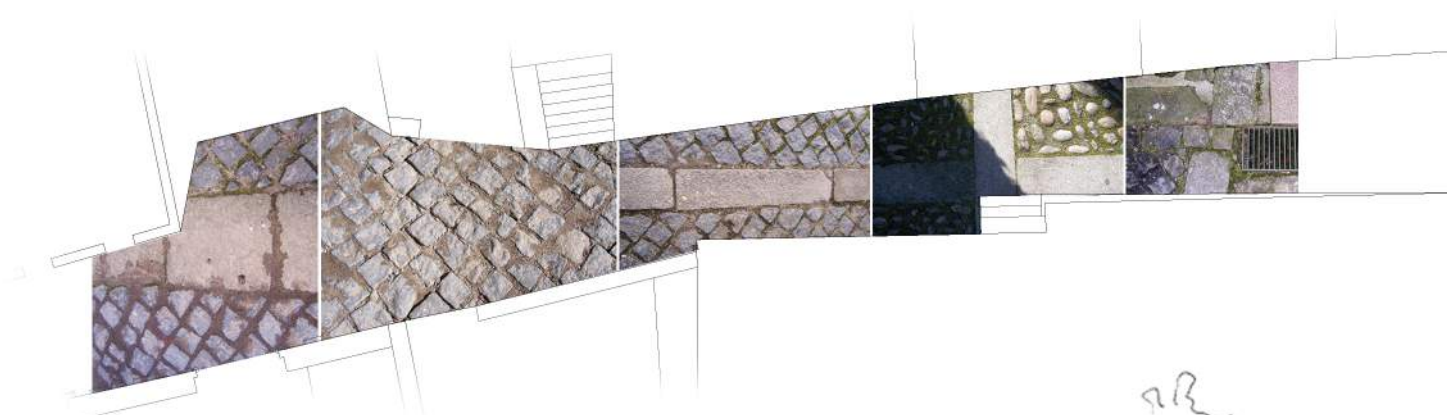




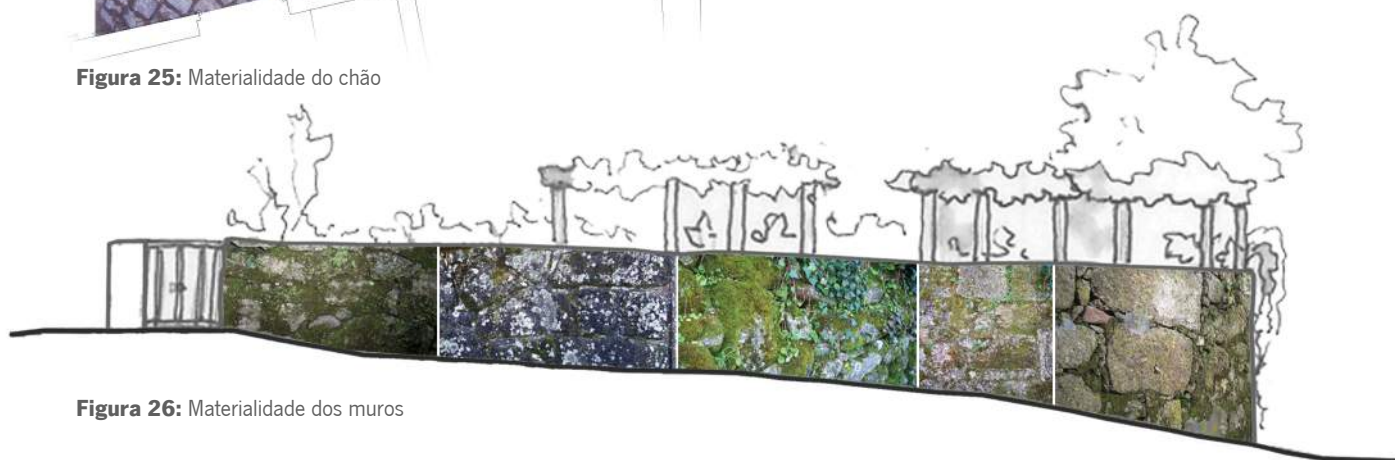
Após abordar a materialidade num plano horizontal da rua, estendeu-se o estudo aos planos verticais, muros e fachadas (Figuras 26 e 28), assim como à forma como os dois planos se tocam (Figura 27), de modo a perceber que materiais compõem e conferem ao eixo a aparência atual.

Nos muros o material utilizado é também o granito, com ou sem aparelho. A forma de disposição da pedra associado ao escurecimento do material e à presença de vegetação invasora são características que qualificam os muros existentes (Figura 26).

Nas fachadas é também dominante o uso do granito, sendo em alguns casos mantido à mostra, noutros rebocado e posteriormente pintado. Tratando-se de construções antigas, os meios de escoamento são posteriores, estando por isso à mostra as tubagens de PVC associadas à recolha de águas pluviais (Figura 28).



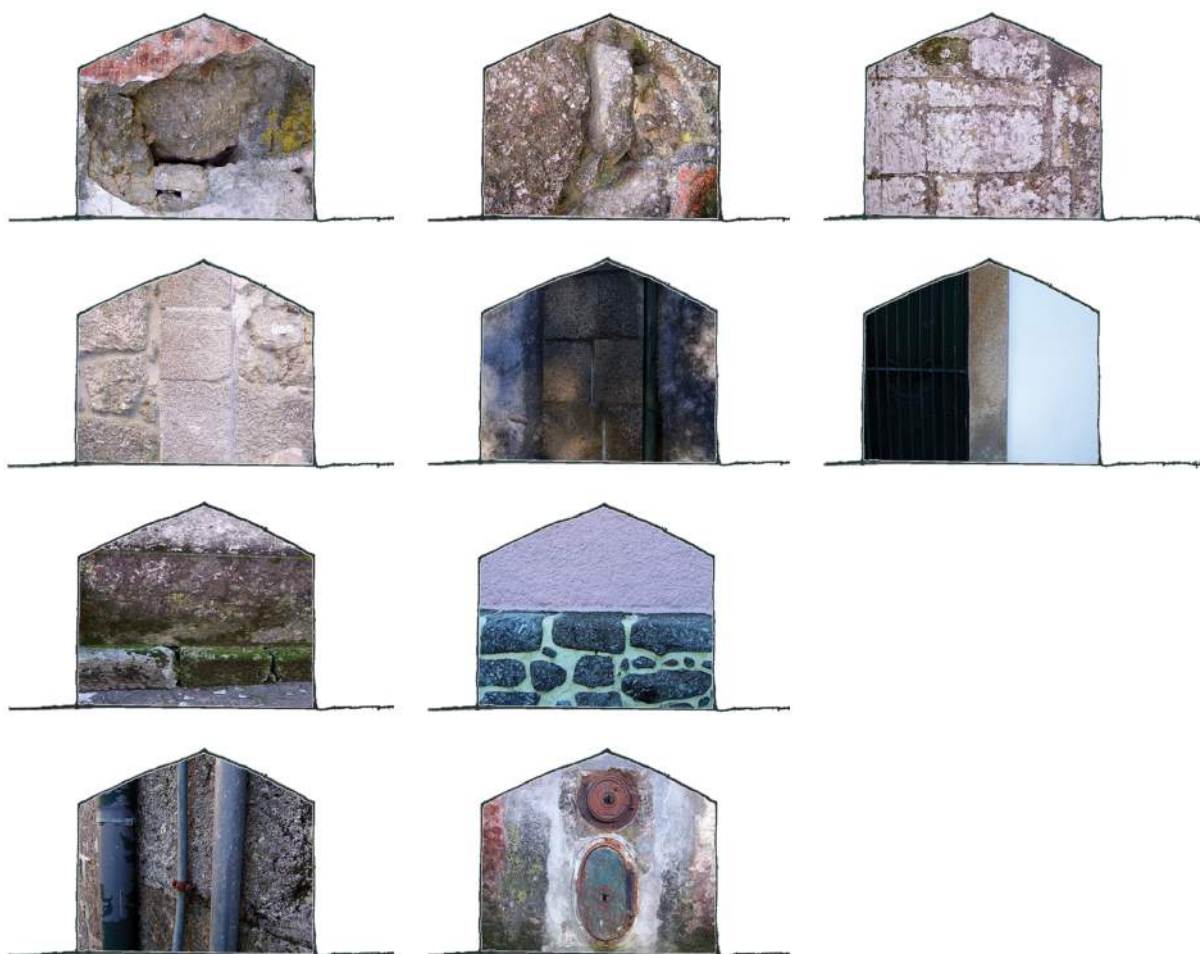
**Figura 25:** Materialidade do chão



**Figura 26:** Materialidade dos muros



**Figura 27:** Materialidade no contacto entre chão e alçados



**Figura 28:** Materialidade das fachadas

Os vãos são elementos inerentes às fachadas, dos quais as portas representam o elemento que permite atravessar o edifício e, por isso, altera o domínio do chão, de público para privado. Considerando os edifícios como os limites da rua, a porta surge como o perfurador dos limites privados, permitindo atravessá-los e contactar com o seu tardoz. Como se verifica na Figura 31, denota-se a existência de, pelo menos, duas portas por edificação, deduzindo-se que uma edificação abriga dois fins.

Na exploração da secção transversal (Figura 14), é importante assinalar a topografia do terreno e as suas peculiaridades, nomeadamente, a diferença de cotas entre os diferentes planos – via principal, rua, rio – como já referido. Esta condicionante transformou a escada e o muro em elementos compositivos do espaço em estudo.

A escada, como elemento de transição entre cotas, permite a comunicação entre estas e por isso o atravessamento entre os planos, transversalmente (Figura 32).

O muro é a forma física que delimita, afirma e separa os planos, assegurando e acentuando a diferença de cotas (Figura 33).

Ao longo da área de estudo, o muro assume diferentes funções como elemento de sustentação, delimitação e proteção. A função mais elementar será a de sustentar, apesar de estar intrinsecamente associado à proteção e delimitação, sendo muito visível na composição do alçado ribeirinho.

A frente de rio conta desde sempre com a presença de muros, dada a proximidade ao rio e as consequentes cheias. A altura da fachada muro é significativamente mais acentuada que os primeiros muros existentes, relacionando-se com a cota mais alta atingida pelas águas do Lima. Após a construção da barragem do Alto-Lindoso, que permitiu regular o caudal do rio, a subida do nível das águas passou a ser uma ocorrência menos frequente, dependendo do rigor invernal. A última cheia registada ocorreu em Dezembro de 2012 (Figura 30). No entanto, é frequente o Lima extrapolar ligeiramente os seus limites, inundando o passeio ribeirinho na cota mais baixa (Figura 29).



**Figura 29:** Registos fotográficos das cheias frequentes



**Figura 30:** Registos fotográficos das cheias de Dezembro de 2012





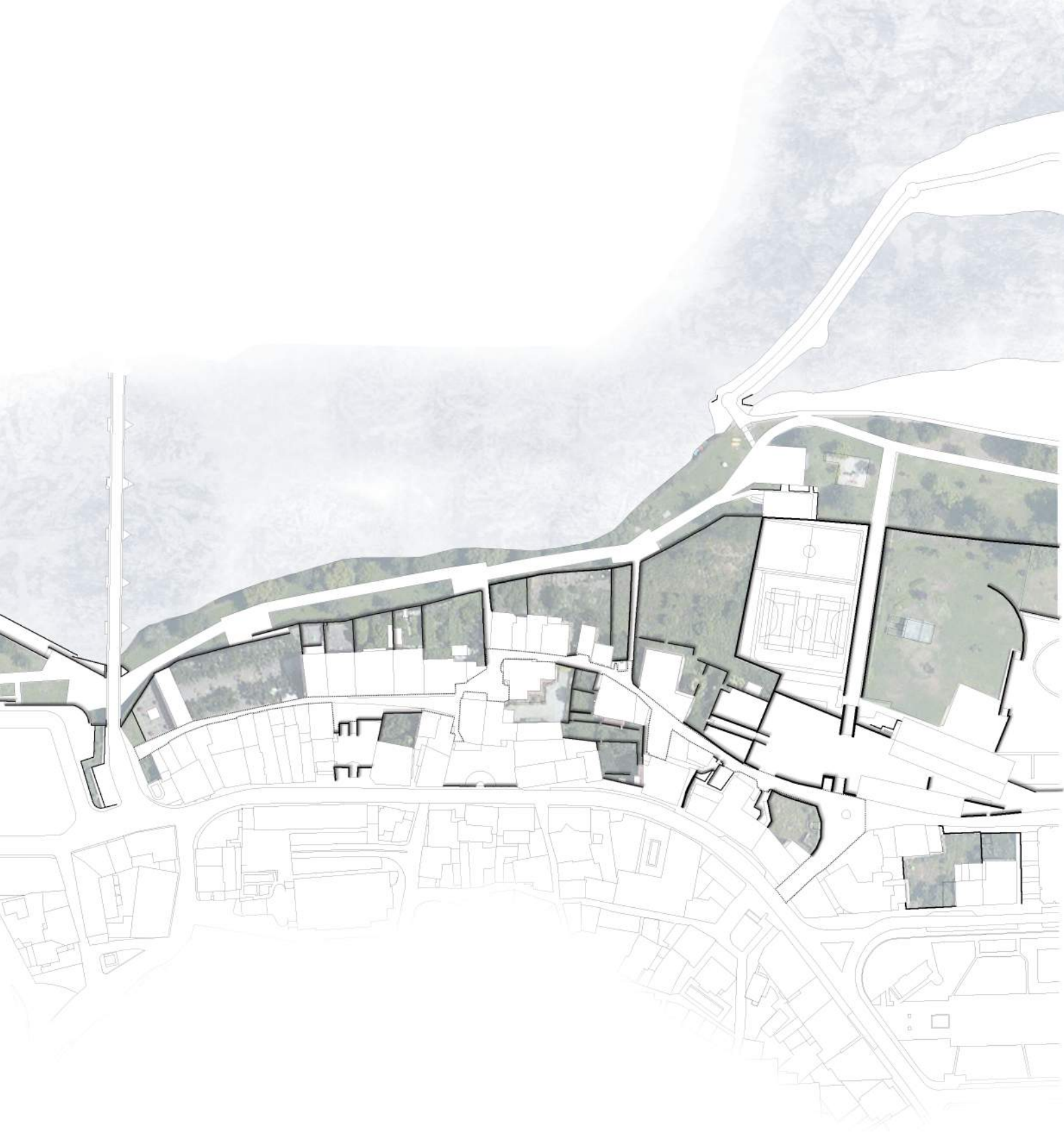
**Figura 31:** Levantamento de vãos



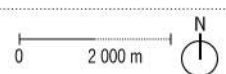
**Figura 32:** Levantamento das escadas existentes







**Figura 33:** Levantamento dos muros existentes



Da aproximação e interpretação da especificidade do eixo da Fonte Velha, foram realizados estudos, intrinsecamente relacionados com a rua, tendo em conta a sua morfologia, as suas dinâmicas e a sua proximidade, que pelo valor paisagístico, cultural ou histórico, reúnem um conjunto de propriedades que as qualificam e induzem a necessidade de delinear uma estratégia de intervenção que as valorize.

A análise realizada permitiu entender a proximidade aos planos centrais da vila – rio e via principal – e, simultaneamente, a barreira definida pela diferença de cotas que atualmente os separa. Também foi possível constatar, através dos instrumentos de ordenamento vigentes, as condicionantes subjacentes, nomeadamente, no PDM e no PPCH, que serão tidas em conta na definição da estratégia de intervenção, uma vez que o eixo pertence ao centro histórico da vila e é próximo do rio e por isso de áreas ameaçadas pelas cheias.

A investigação *in situ* possibilitou reunir um conjunto de informações relativas à composição espacial e visual e às vivências que constituem o eixo, relacionadas com os edifícios e ocupação dos mesmos, habitantes e visitantes, logradouros e usos, percursos, materialidade, iluminação e espacialidade; com o objetivo de perceber que elementos e características podem fomentar, participar e enquadrar uma estratégia de intervenção para a requalificação do eixo da Fonte Velha.

## II. A TRANSVERSALIDADE COMO ESTRATÉGIA



A estratégia para a intervenção no eixo da Fonte Velha formula-se partindo da inquietação já enunciada: *como contrariar o abandono e ativar os centros históricos*.

Esta inquietação é resultado de variadas pesquisas, sendo possível constatar que é uma problemática cada vez mais comum e estudada atualmente, lembrando a citação de Gonçalo Byrne.

*“O grande problema da cidade portuguesa é o abandono do centro histórico.”*

Gonçalo Byrne , in ‘*A cidade resgatada*’, 2013

Tem-se verificado que a maioria das intervenções realizadas recentemente ao nível da regeneração urbana, com o objetivo de solucionar o abandono dos centros, tem como ponto de partida a reabilitação dos edifícios, assumindo que esta se prolongue no tempo e no espaço e se reflita na alteração das dinâmicas da rua. Contudo, nem sempre este objetivo é atingido e os edifícios agora reabilitados sem um propósito previsto inserem-se num novo ciclo de abandono.

Este trabalho pretende reagir perante a problemática da maioria das intervenções realizadas recentemente ao nível da regeneração urbana que têm como ponto de partida a reabilitação dos edifícios. A reabilitação dos edifícios é apenas um dos meios de intervenção a ser adotado, mas não deve ser o único. Perante este facto, a estratégia parte da reabilitação do espaço público como opção de regeneração para o caso específico do eixo da Fonte Velha. Defende-se, por isso, um processo de regeneração baseado nas potencialidades locais tornando-se numa ação integrada e sustentada que se inicia no entendimento das potencialidades existentes em cada lugar.

Esta proposta implica uma estratégia de intervenção assente na regeneração urbana, com a diferença de ter como foco principal a Rua. A reabilitação dos edifícios não é excluída, contudo, o pretendido é que seja uma ação consequente do processo de regeneração desenvolvido.

Assumindo os limites físicos e morfológicos que concedem à rua a sua aparência estreita, como já havia sido referido, torna-se relevante construir uma estratégia que ultrapasse esta linearidade. É necessário entender como é que a rua se relaciona com a envolvente de modo a possibilitar a criação de relações entre a rua, o rio e a vila, demarcando a existência e posição da artéria. A posição geográfica face à matriz urbana da vila favorece a Fonte Velha, tornando possível uma conexão entre os planos principais de Ponte da Barca: via principal e rio, como referidos na *aproximação*. A estratégia pretende, assim, potenciar as relações, tanto espaciais como visuais da rua, abordando o eixo como um potencial conector, com o objetivo de estabelecer novas ligações que se reflitam no processo de regeneração urbana. Ora, a conexão com os planos de rio e via principal pressupõe precisamente a observação e exploração dos limites existentes na rua, nomeadamente, a diferença de cotas existente que separa estes planos. Deste modo, como resultado do experienciado e apreendido no lugar, revelou-se pertinente assumir a *Transversalidade* como mecanismo que permite desenvolver novas relações, fomentando uma conexão entre a via principal e o rio.

De facto, a transversalidade é uma relação que já existe desde a origem da Fonte Velha, aquando da constituição do tecido urbano da vila, sendo possível verificar nas imagens analisadas na Figura 34. O próprio traçado dos acessos transversais denuncia a necessidade existente desde a antiguidade de interligar a rua com a vila e o rio. Contudo, os usos e tratamento atuais da rua não valorizam o princípio para o qual foi definida. O que se pretende então é recordar essa relação antiga, adaptando a *transversalidade* à contemporaneidade.

A transversalidade surge, assim, como a possibilidade de explorar os limites impostos, de modo a fomentar relações na rua e desta com a envolvente, quer físicas ou visuais, com o objetivo de fortalecer a conexão pretendida entre os três planos, rua, rio e vila, tendo em conta as potencialidades espaciais, cénicas e paisagísticas que envolvem o lugar (Figura 35).

Analisando transversalmente a rua, e cruzando com a informação recolhida no capítulo anterior, é possível constatar alguns fatores que apoiam e definem a transversalidade como chave estratégica.

Preferencialmente, ao longo do primeiro capítulo, a secção transversal foi o meio de representação considerado adequado para descrever a rua, tendo em conta a morfologia, a composição e as relações próximas, dada a sua dimensão e riqueza de elementos nos extramuros.

Os acessos transversais, como já havia sido indicado, são os pontos mais imediatos na comunicação da rua com a envolvente (rio e vila).





**Figura 34:** Transversalidade como estratégia | exploração da pré-existência

Os espaços abandonados ao longo da rua – edifícios e logradouros – localizados para além dos limites do eixo, constituem um número significativo, tornando-os por isso em potenciais alvos de uma estratégia de intervenção. Contudo, como já enunciado, o foco é a rua e, por isso, houve preferência pelos espaços que permitissem a comunicação transversal com os planos rio e vila, cingindo-se apenas aos logradouros da Casa da Fonte Velha e da Casa do Relógio de Sol e respetivas edificações.

Apesar do número de elementos abandonados e degradados ser significativo, denota-se que o pretendido não será partir da reabilitação de todos os espaços na procura da regeneração urbana, mas apenas daqueles que possibilitem iniciar esta ação, com o objetivo de fomentar a visita, circulação e consequente instalação de serviços ou habitações.

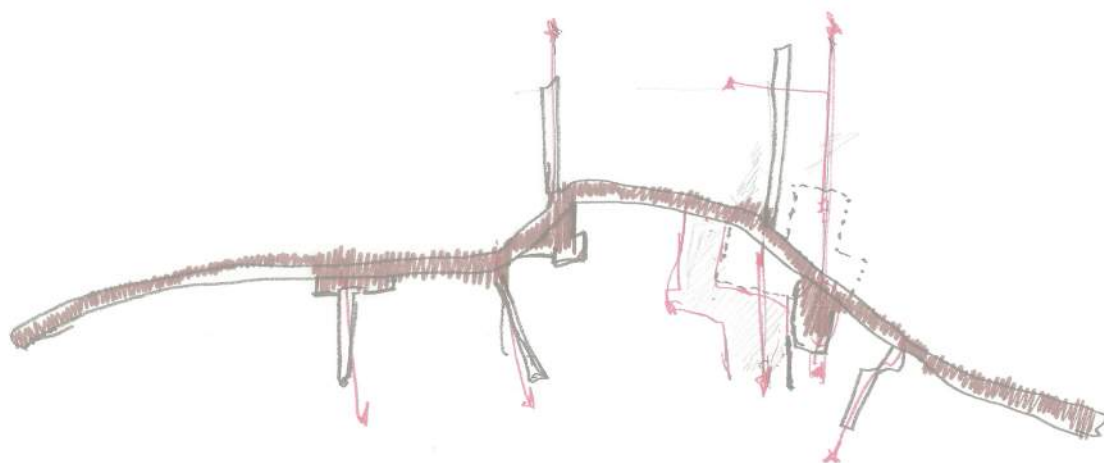
O pretendido é lançar os motes, as sementes, de modo a estimular futuras ações sobre o lugar com o intuito de o revalorizar (Figura 36).

Aquando do desenvolvimento da presente investigação surgiu um projeto na Câmara Municipal, propondo a reabilitação da Casa da Fonte Velha, que interveio na estratégia a definir, obrigando a algumas adaptações. A recolha de informação junto da autarquia permitiu conhecer o fim escolhido para o imóvel, um hotel. Também a informação da não utilização de grande parte da área do respetivo logradouro possibilitou integrar o projeto na estratégia. A proposta apresentada restringe-se apenas ao edifício e à área imediatamente em torno do mesmo, deixando o restante logradouro sem qualquer tipo de intervenção para além da limpeza. Assim, propõe-se que a restante área de logradouro seja incluída na estratégia de intervenção, estando agora reforçada também pela presença de um hotel.

Após a definição dos espaços intervenientes numa futura proposta, analisou-se o percurso da rua e atentou-se num pormenor que merecia ser revisto e que enquadrado na estratégia viria reforçá-la: o acesso entre a área ribeirinha e o Jardim dos Poetas, que atualmente consiste numa rampa com inclinação aproximada de 31%.

Focando novamente na rua, associada à ideia de trajeto, de percurso que une pontos distintos, transversal e longitudinalmente, adota-se a mesma enquanto percurso, como ponto de partida estratégico, ao qual se somaram espaços suscetíveis de conectar com a envolvente paralela: rio ou vila.

Ainda que a estratégia constitua uma única ação incidente no eixo da Fonte Velha, a variedade e disparidade dos lugares a intervir obrigou à divisão em duas abordagens diferentes: o intramuros e o extramuros. O espaço intramuros designa o percurso definido pelo eixo da Fonte Velha já existente, o espaço entre os limites da rua. O espaço extramuros refere-se aos lugares para além dos limites da rua, resultado da exploração e análise transversal dos mesmos.



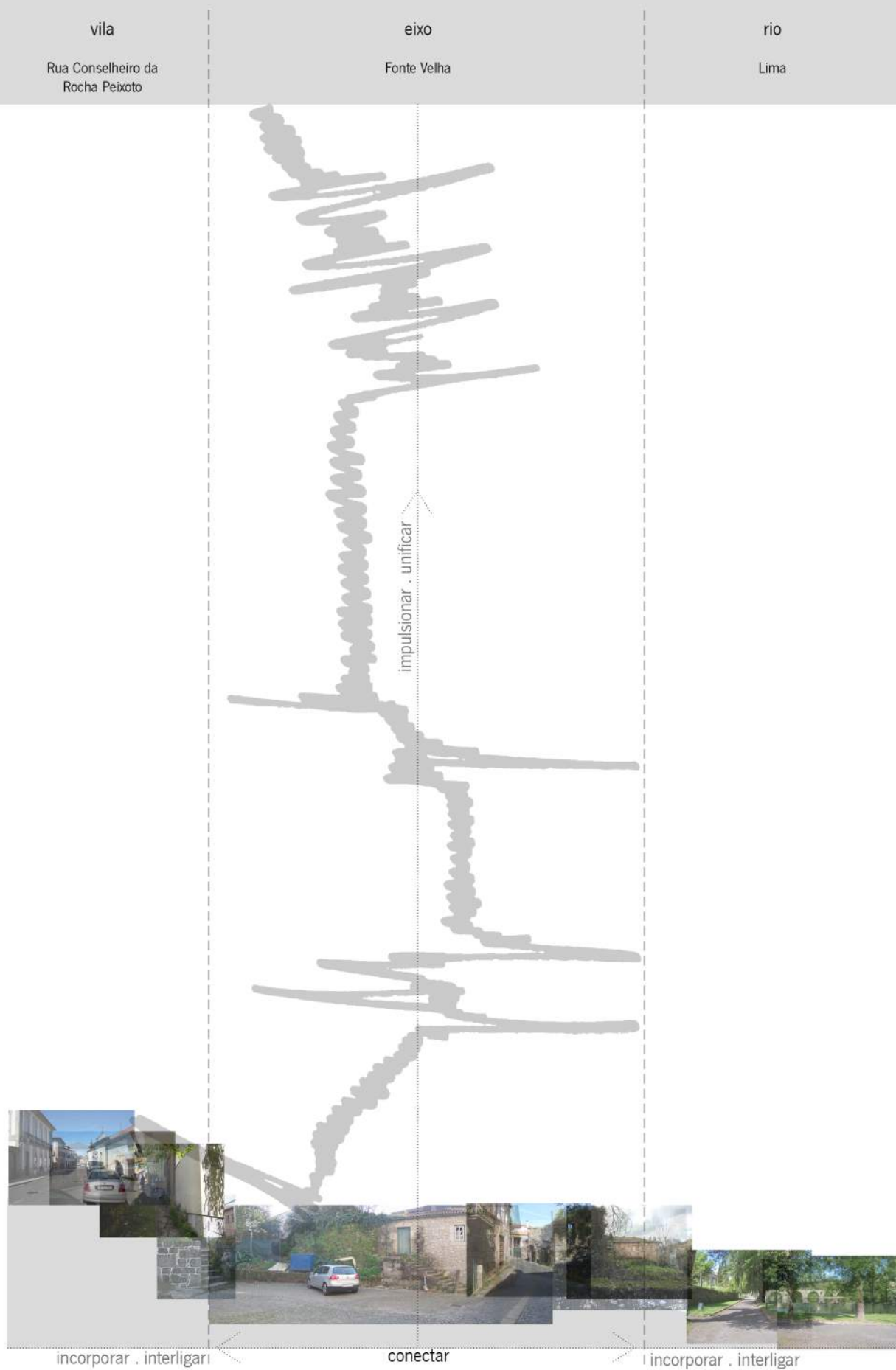
**Figura 35:** Relações a propor: conexão



**Figura 36:** Espaços a intervir

A cada perspetiva abordada – intramuros e extramuros – foram associadas ações, na qual se baseia a estratégia de intervenção. No espaço intramuros incidem as ações **impulsionar/unificar**, nos espaços extramuros as ações **incorporar/interligar** (Figura 37).

Pretende-se dar resposta às questões abordadas por meio da **incorporação** da rua no tecido urbano atual de Ponte da Barca e da **interligação** desta com a vila e o rio, de modo a **impulsionar** a visita e os fluxos pedonais na rua, utilizando o próprio percurso como **unificador** dos diferentes espaços da rua e desta com a vila.



**Figura 37:** Conexão eixo, vila e rio





### III. AÇÕES DE INTERVENÇÃO NO EIXO DA FONTE VELHA



A proposta de intervenção assenta no reconhecimento da hipótese de regeneração do eixo da Fonte Velha pela exploração da transversalidade enquanto mecanismo que permite criar uma conexão entre o rio e a via principal, de modo a consolidar e valorizar a rua, resultando na requalificação urbana da mesma.

Da análise da especificidade do lugar, foi possível reunir um conjunto de espaços, características e motivos, intrinsecamente relacionados com a proximidade da rua com o rio e a vila que qualificam e justificam a necessidade de delinear uma proposta de intervenção que enalteça a rua e as suas potencialidades.

O projeto de requalificação do eixo da Fonte Velha pretende criar uma conexão do eixo com os planos de rio e vila, através da exploração da transversalidade. A proposta divide-se em dois conjuntos de ações: **incorporar/interligar** e **impulsionar/unificar**. As primeiras ações abrangem os espaços extramuros, de modo a incorporar e interligar a proposta de intervenção com o rio – plano Norte – e a vila – plano Sul. O segundo conjunto de ações incide no espaço intramuros com o propósito de impulsionar e unificar o percurso e a circulação na rua e desta com os restantes circuitos urbanos, unindo pontos distintos desta, transversal e longitudinalmente.

A apresentação e explicação da proposta de intervenção orienta-se segundo esta relação de ações e espaços, de modo a transmitir coesão e união à proposta final.

## 4.1. INCORPORAR | INTERLIGAR

Entende-se por *incorporar* a ação que permite misturar, ligar ou reunir-se a alguma coisa ou corpo, incluir algo ou formar parte de algo .

Por *interligar* entende-se a ação de fazer a ligação entre duas ou mais coisas.

### 4.1.1. RIO | PLANO NORTE

#### 4.1.1.1. Rampa

A relação existente entre o rio e o eixo da Fonte Velha, como analisado no capítulo referente à *Aproximação e Interpretação*, é feita através das quelhas transversais à rua, vias delgadas com uma visão focada para o rio, e do designado Jardim dos Poetas, uma praça situada na embocadura da rua no lado oeste, voltada para o rio.

O acesso entre esta praça, situada a uma cota de 22.2 m, e a área ribeirinha, a uma cota de 17.5 m, é feito por meio de uma rampa de inclinação 31 %, constituindo um acesso dificultado, voltado para Oeste (Figura 39).

A forma despojada como este acesso se enquadra no alçado da vila, não enaltecendo a importância que suporta - tratando-se de uma ligação entre uma praça histórica, que se relaciona com o Pelourinho, a Ponte e a entrada da vila -, e a acentuada inclinação do mesmo acesso foram motivos que sustentaram a necessidade de intervir neste espaço (Figura 38).

Estrategicamente, esta ligação surge como o arranque de um percurso, suscetível de criar diferentes associações com o rio e de incorporá-las no eixo da Fonte Velha, potenciando a relação transversal entre ambos os planos.

Procurando fazer um melhoramento da pendente atual, a proposta apresentada altera a orientação do acesso entre o Jardim dos Poetas e a área ribeirinha, voltando-o para Este. A alteração sustenta-se na interpretação deste acesso como um percurso que acompanha a área ribeirinha a uma cota superior, e na interligação que tem com o eixo da Fonte Velha ao fazer a receção dos acessos transversais existentes, permitindo redesenhar os fluxos pedonais da rua com a envolvente rio.

Atualmente, junto aos muros que desenhavam o alçado ribeirinho, existem áreas ajardinadas delimitadas por lancis (Figura 38), não tendo qualquer uso por parte da população, preferindo fixar-se no passeio do lado norte, junto ao *rio*, como verificado nas Figuras 39.



**Figura 38:** Localização da área a intervir



**Figura 39:** Registos fotográficos da área a intervir



A nova rampa tem início no Jardim dos Poetas (no sentido descente), terminando no cruzamento com a quelha da Fonte Velha e colocando-se lado a lado com os muros existentes que delimitam a área ribeirinha.

A mudança de direção do acesso implica a adaptação dos muros que sustentam o Jardim dos Poetas, de modo a enquadrar-se com a nova geometria da rampa.

O comprimento da nova rampa está relacionado com as pendentes adotadas. Uma vez que a diferença de cotas existente entre os dois planos é notável (3.90 m aproximadamente) houve a necessidade de estudar diferentes pendentes, de modo a proporcionar um maior conforto e ritmos distintos ao percurso e, consequentemente, um maior desfrute e variabilidade do panorama ribeirinho. A nova rampa é constituída por três planos, sendo dois inclinados e um patamar intermédio horizontal. O patamar horizontal recolhe a chegada da quelha da Lapa proveniente do eixo da Fonte Velha, sendo fixado à cota 18.5 m. O plano que une o Jardim dos Poetas ao plano intermédio é definido pela relação de quatro pendentes, que variam entre 3% e 5%. O plano que une o horizontal ao fim da rampa possui uma pendente de 0.5 % em todo o comprimento. A *nova rampa* possui um comprimento total de 164.5 m, relacionando as cotas 18.3, 18.5 e 22.2 m (Figura 40).

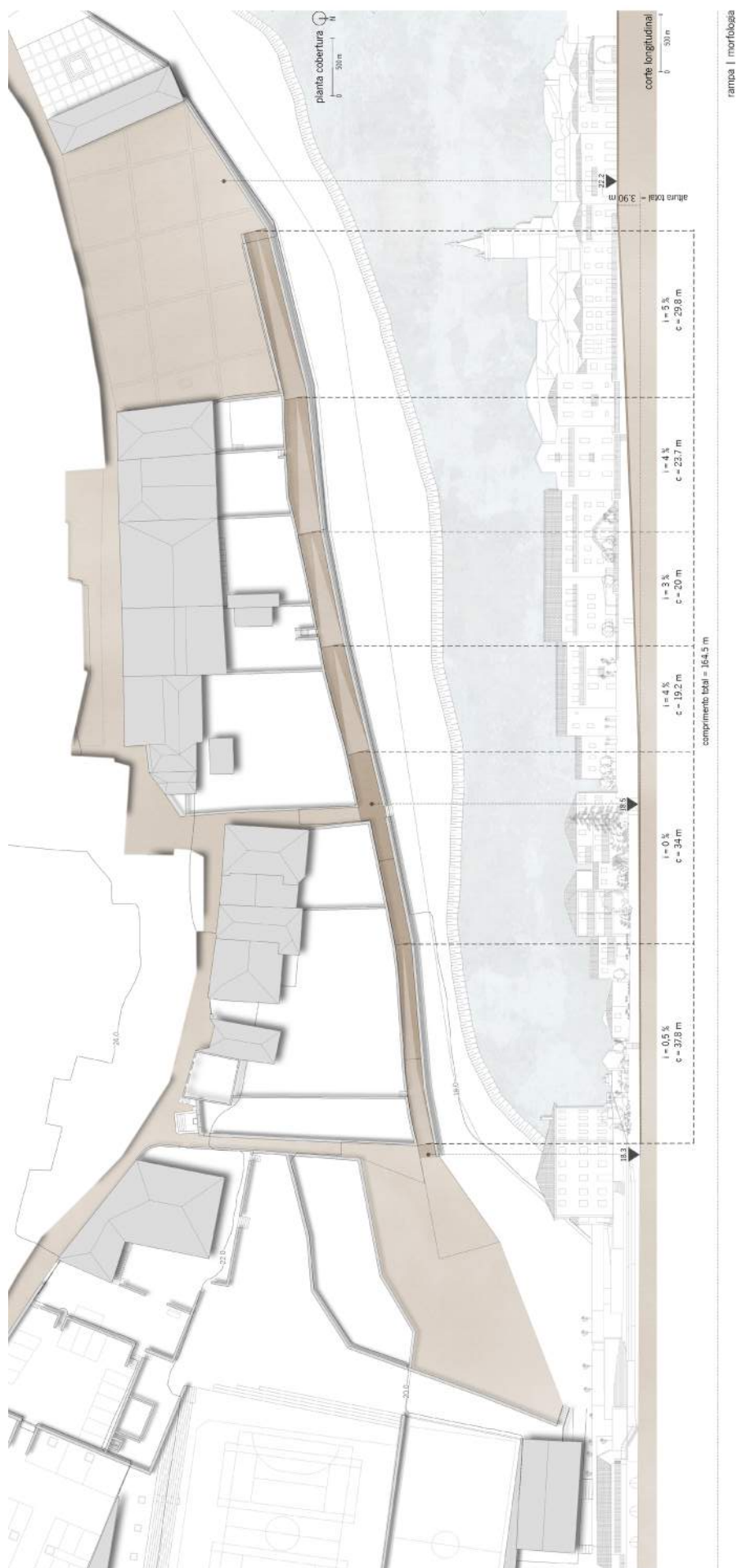
Também as pendentes da guarda da nova rampa foram estudadas, propondo diferentes relações ao peão. Nos pontos onde a diferença de cotas é maior a guarda varia entre 0.90 m e 1.20 m, tornando-se num balcão confortável para admiração da paisagem. Nos pontos onde a diferença de cotas diminui, a altura da guarda decresce e varia entre 0.70 m e 0.15 m, havendo a possibilidade de servir de banco ao espectador do rio.

As secções transversais da rampa relevam o cuidado no desenho da guarda, com uma forma muito própria, de modo a relacionar-se com os dois planos de contacto, a rampa e o passeio ribeirinho. A inclinação apresentada nos muros da guarda resulta de um estudo ergonómico, revelando-se o ângulo mais confortável para um indivíduo, que percorra a área ribeirinha, encostar e desfrutar do espaço. De modo a oferecer estabilidade às fundações e, simultaneamente, demarcar este espaço de estar ao longo da guarda, é desenhada uma base de 0.80 m na sua continuidade, formando uma peça única, com o mesmo material, betão, como se se tratasse de uma extensão da guarda no plano horizontal. A forma como é feito o remate do topo, relaciona-se com a intenção de poder variar entre balcão e assento, tornando qualquer um dos usos confortável (Figura 41 e 42).

A guarda é interrompida apenas por uma escada situada na confluência da quelha da Lapa com a rampa, no plano intermédio fixado à cota 18.5 m.

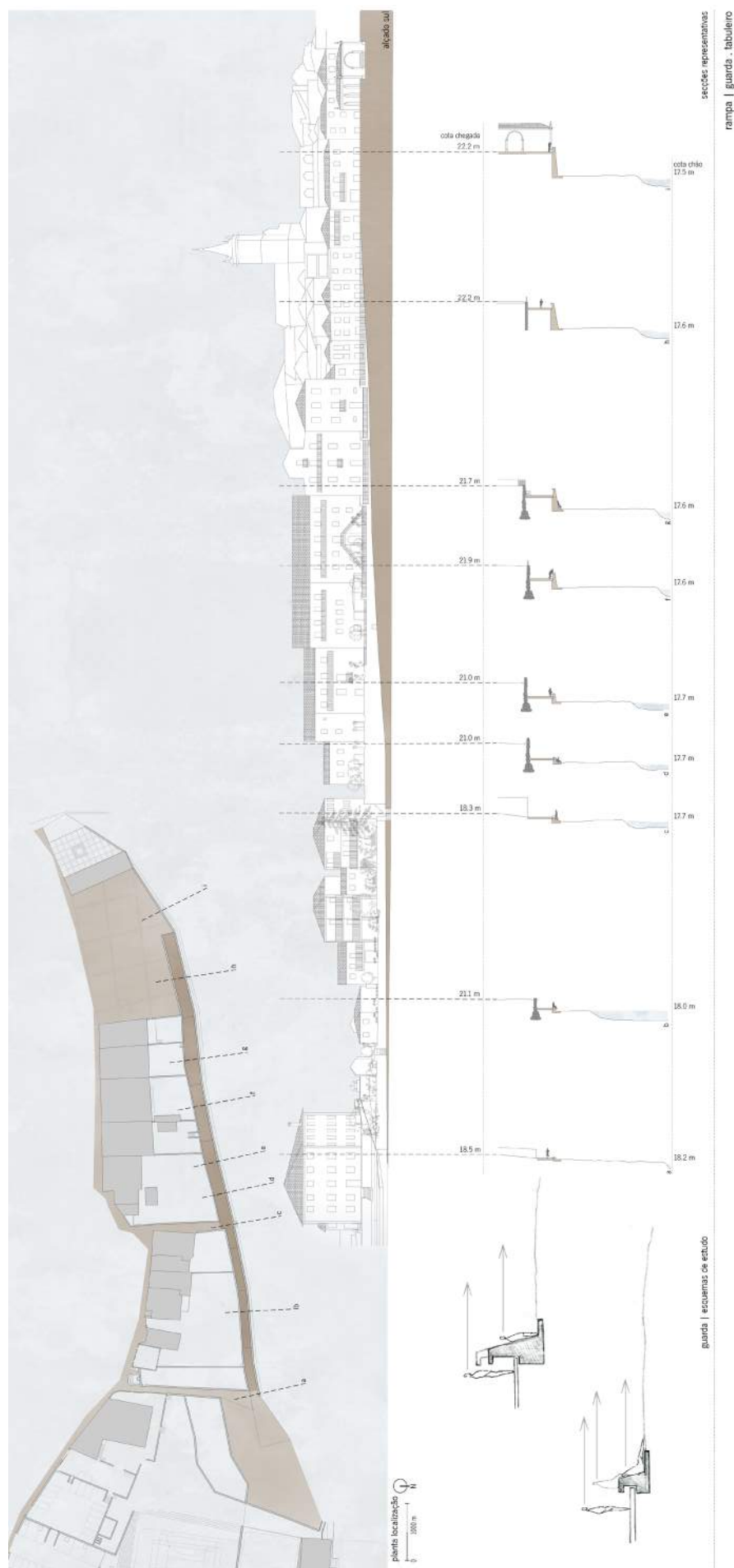
O material proposto para a guarda é betão à visto, de modo a tornar evidente o confronto do novo com o existente, da simplicidade da cofragem do betão com a complexidade dos muros de pedra emparelhada (Figura 42).

A descrição do pavimento será apresentada num ponto mais adiante, contudo a rampa é revestida a lajetas de granito de cor amarela, integrando-a com as restantes partes do projeto.

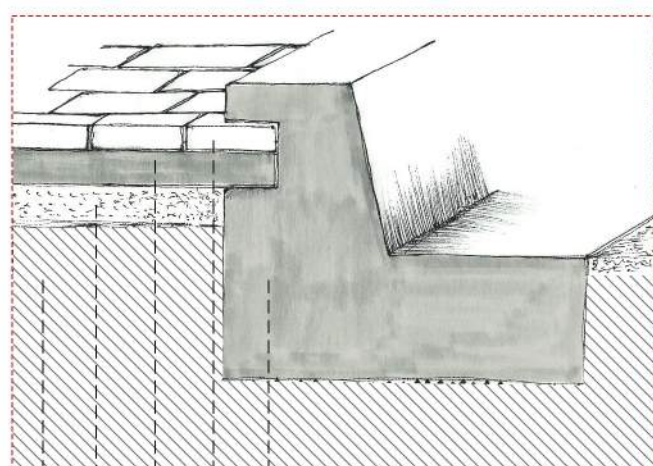
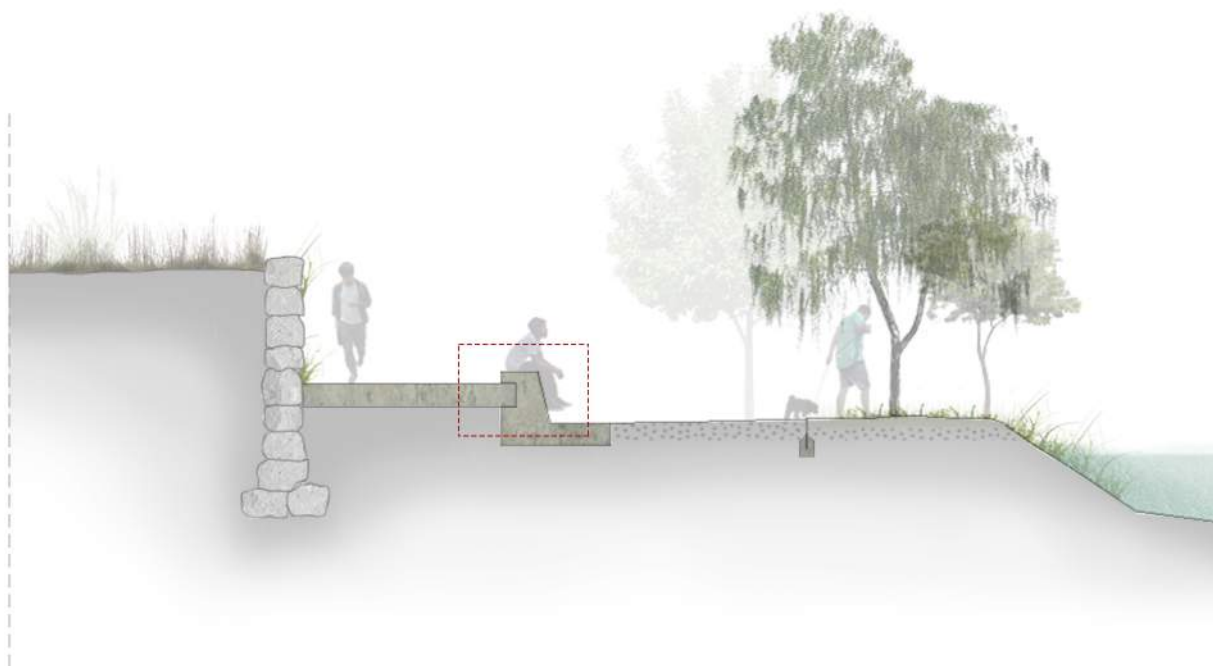


rampa | morfologia

**Figura 40:** Rampa | Morfologia da nova rampa (consultar Caderno de Desenhos)



**Figura 41:** Rampa | Relação da guarda com o tabuleiro (consultar Caderno de Desenhos)



esc. 1/20

- ① terra compacta
- ② brita | 15 cm
- ③ massame de betão | 15 cm
- ④ pedra granito | 50 x 20 x 10 cm
- ⑤ peça de betão | guarda

① ② ③ ④ ⑤

**Figura 42:** Rampa | Contacto da guarda com o tabuleiro (consultar Caderno de Desenhos)

Como foi indicado no capítulo inicial, a área onde se insere a proposta é propensa a ocorrência de cheias de dois tipos: a que ocorre consoante a intensidade dos períodos chuvosos, sendo a última registada em 2012, que atingiu a cota 19.0 m, e a frequente, que ocorre todos os invernos, devido à existência da barragem e da necessidade desta escoar o excesso causado pelas chuvas habituais. A cheia frequente consiste num ligeiro transbordo do leito do rio Lima atingindo aproximadamente a cota 18.0 m. A extensão da rampa até ao cruzamento com a quelha da Fonte Velha justifica-se precisamente, pela procura de uma solução para este incidente. Uma vez que a inundação ocorre a partir da cota 18.0 m (aproximadamente), é possível criar através da rampa um percurso de inverno, proporcionando o desfrute da paisagem mesmo aquando da ocorrência da cheia frequente. O conjunto formado pela rampa e o passeio ribeirinho constituem, assim, o percurso de verão (Figura 42).

A inclusão de um novo acesso na área ribeirinha obrigou a adaptação dos passeios existentes na margem do rio, através do redesenho subtil dos seus limites, passando apenas pela eliminação de determinados ângulos, a fim de adaptar uma largura mais confortável ao percurso.

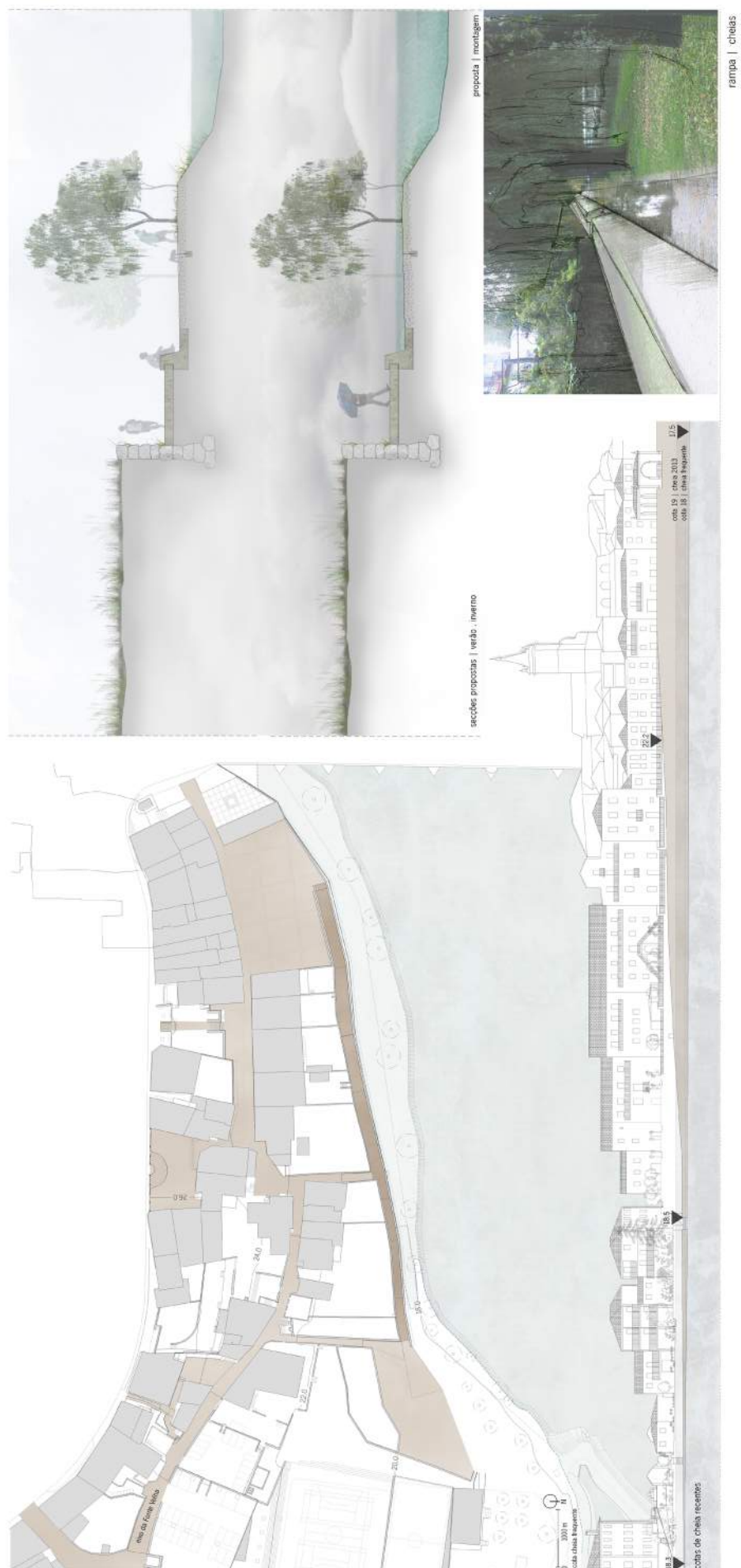
Atualmente, a margem ribeirinha divide-se entre as áreas de estar e o percurso, sendo que nas primeiras prevalece o solo permeável, com relvado, e no segundo um pavimento de cubo de granito. No entanto, após o período de cheias, é possível verificar o depósito de areias e lixo no pavimento do percurso, sendo necessária a limpeza e remoção de todo o excesso regularmente.

Propõe-se, assim, a supressão do cubo de granito existente e a substituição por solo estabilizado, uma solução que garante a permeabilidade do solo, relacionando-o com a envolvente onde se insere, e que facilita os trabalhos de manutenção. Nas áreas de lazer, foi mantido o solo permeável, relvado.

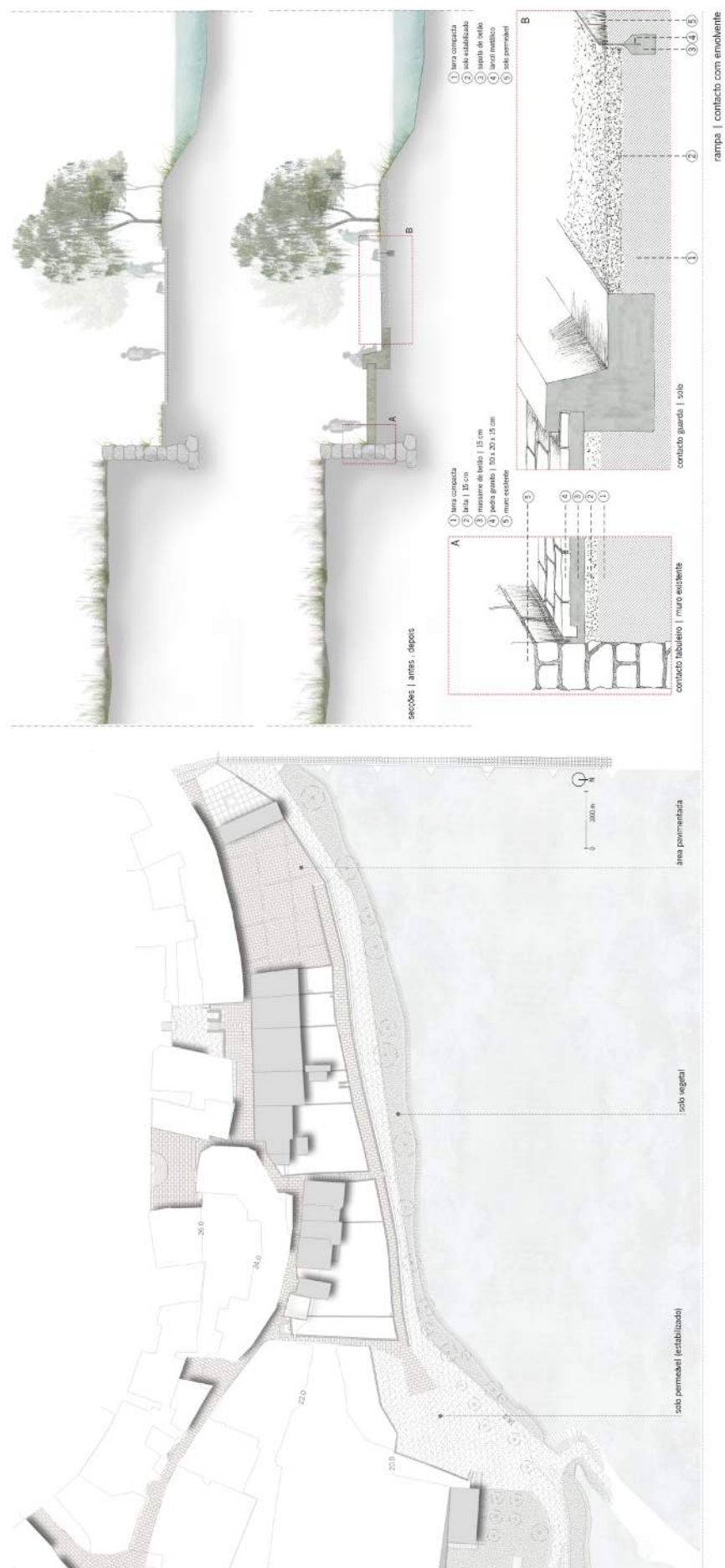
O contacto da rampa com a envolvente existente, nomeadamente os muros de pedra, é feito partindo da ideia de “encostar”, a proposta encosta-se ao existente mas não interfere na sua estabilidade, afirmando, também pela secção, o novo e o existente (Figura 43).

O sistema de drenagem baseia-se numa recolha longitudinal auxiliada por grelhas de escoamento à superfície colocadas transversalmente à rampa, uma vez que se trata de um plano inclinado. Estas grelhas de escoamento também são colocadas nos pontos de cruzamento com os acessos provenientes da Fonte Velha, de modo a auxiliar no assentamento e na estereotomia do pavimento e associadas a cada grelha estão caixas de visita (Figura 44).

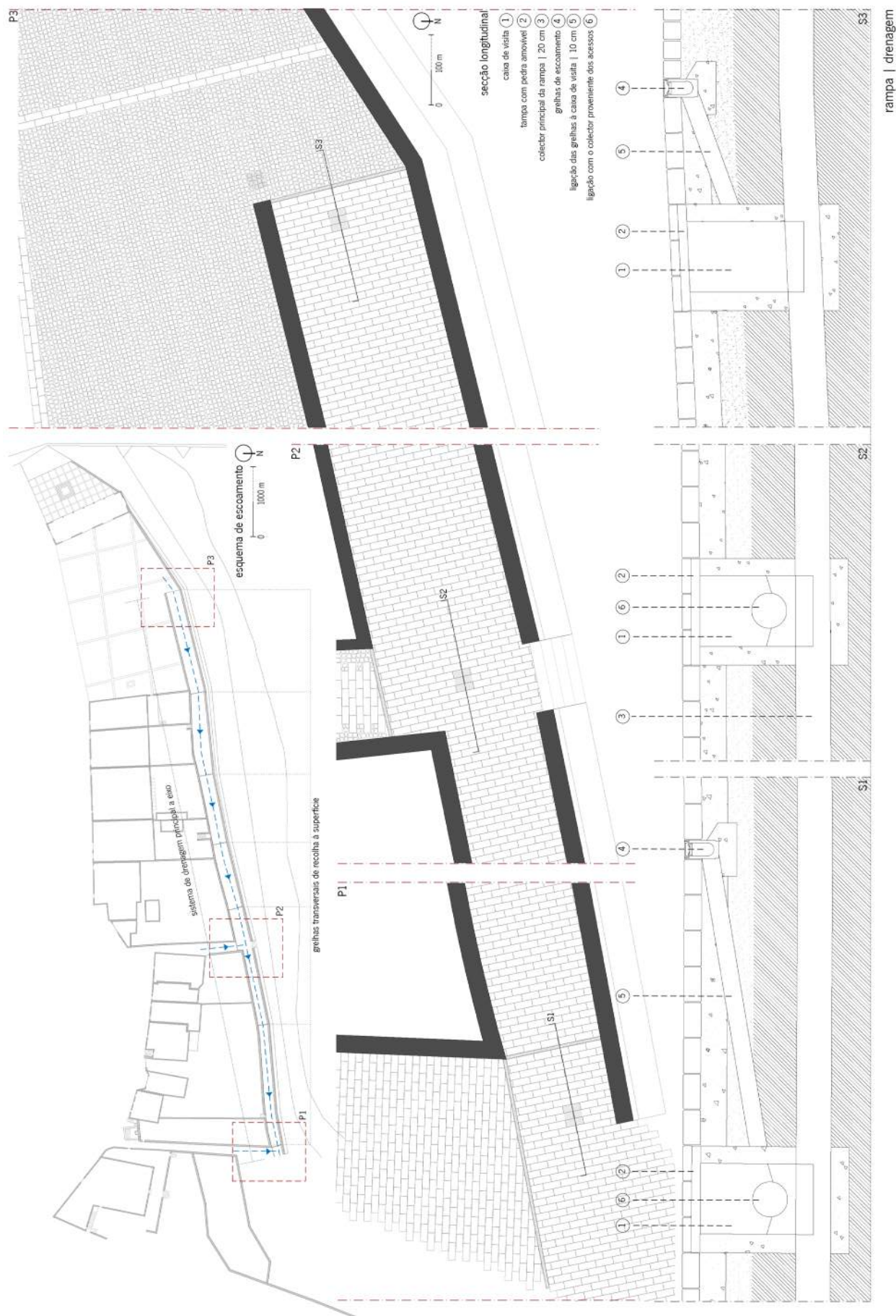




**Figura 42:** Rampa | Relação da nova rampa com as cheias frequentes (consultar Caderno de Desenhos)



**Figura 43:** Rampa | Relação da nova rampa com a envolvente ribeirinha (consultar Caderno de Desenhos)



**Figura 44:** Rampa | Drenagem da nova rampa (consultar Caderno de Desenhos)

A iluminação da nova rampa e, consequentemente, da área ribeirinha foi estudada de modo a melhorar o enquadramento dos elementos correspondentes na composição do espaço.

Na rampa foram testadas algumas hipóteses através de pontos de luz colocados ao longo do percurso. O primeiro estudo consiste na colocação de focos entre os muros existentes e o tabuleiro, revelando-se uma opção pouco funcional tendo em conta a direção da projeção do foco. No segundo estudo optou-se por colocar pontos de luz no contacto da guarda com o tabuleiro, e no terceiro foram colocados postes de luz bidirecionais, a acompanhar a base da guarda, iluminando tanto a área ribeirinha como a rampa. Ambas as hipóteses foram excluídas por apenas servirem determinados pontos, não podendo repetir-se ao longo de todo o conjunto devido à variação da altura da guarda e à altura máxima atingida pela rampa. O quarto estudo poderia ser a proposta de iluminação, focos colocados nos muros existentes, mas a direção adotada para foco não foi a correta, provocando o encadeamento do percursor. Assim, propõe-se o redireccionamento do foco, alterando a altura a que este é colocado de modo a voltar o feixe de luz para o chão da rampa, conseguindo-se o efeito pretendido (Figura 45).

O resultado final, estudado em secção longitudinal, demonstra a métrica adotada para a colocação dos focos, de 5 em 5 m, relacionada com a já existente nos postes da área ribeirinha. Em alçado, mostra o processo de iluminação com a guarda em primeiro plano e em secção transversal revela a direção adotada, como se verifica na Figura 45.

Na área ribeirinha são mantidos os postes existentes, propondo-se apenas a alteração dos focos, agora bidirecionais, de modo a iluminar mais e melhor a área incidente, voltando um para o percurso ribeirinho e outro para as áreas permeáveis.

Nas secções transversais do conjunto com a nova rampa é possível observar o enquadramento da proposta com a envolvente, como os percursos se relacionam entre si e que vivências oferecem aos transeuntes do espaço rio (Figura 45).

Apesar da sugestão de intervenção geral ter como objetivo a regeneração do eixo da Fonte Velha, é perceptível a necessidade de, por vezes, intervir nas proximidades. A proposta partiu da requalificação de um acesso que permitia a ligação entre a rua e o rio, e que conformava a entrada na rua pelo lado Oeste. No entanto, com o desenvolvimento da proposta revelou-se mais que um acesso, requalificando também a própria margem do rio, oferecendo novos percursos, novas perspetivas visuais e novas relações com o rio.

O objetivo permaneceu, *incorporar e interligar* o eixo da Fonte Velha com o plano de rio. Para tal, a intervenção não se cingiu ao eixo, tendo partido da redefinição dos circuitos envolventes, com o intuito de redefinir a circulação, com reflexos diretos no mesmo (Figura 46).





estudo 1



estudo 2



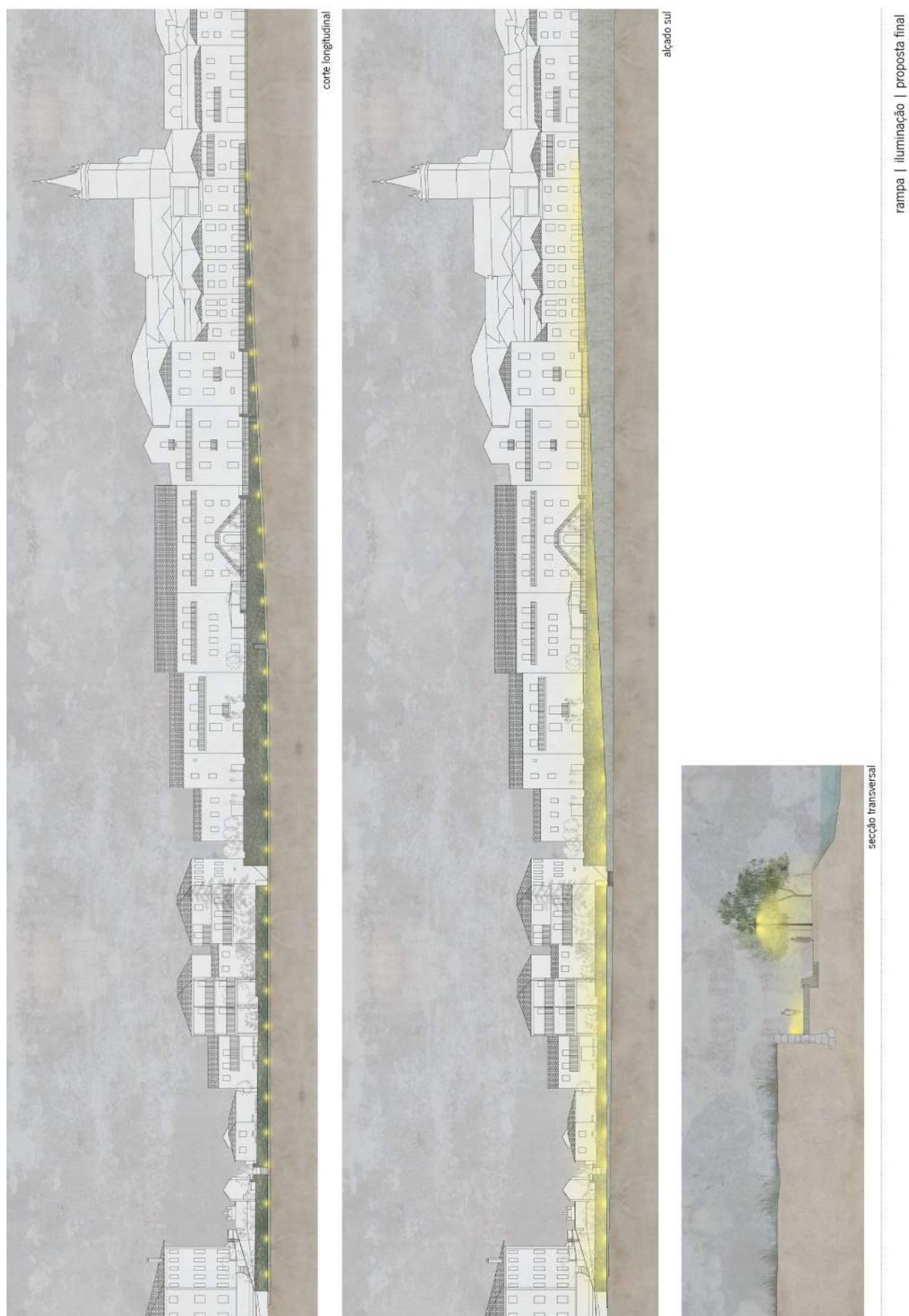
estudo 3



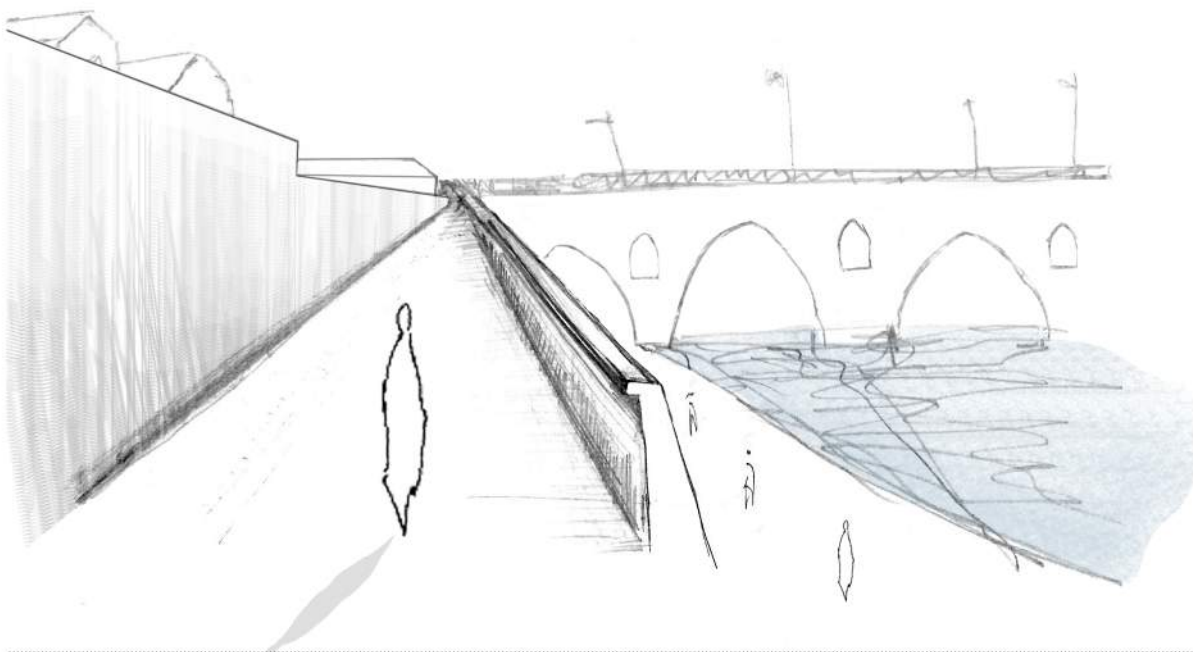
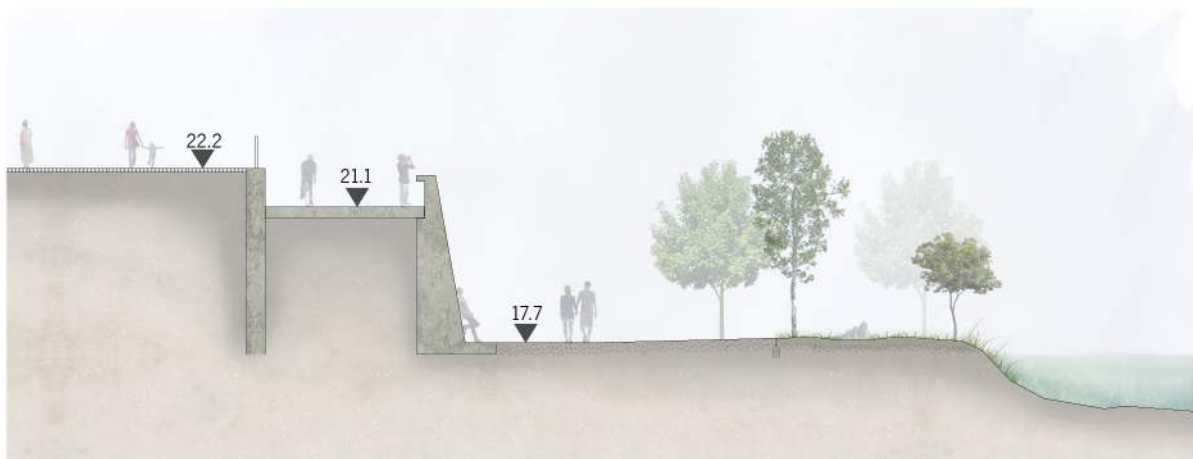
estudo 4

**Figura 45:** Rampa | Estudos de iluminação (consultar Caderno de Desenhos)





**Figura 45:** Rampa | Iluminação proposta (consultar Caderno de Desenhos)



**Figura 46:** Rampa | Seções transversais da proposta (consultar Caderno de Desenhos)



**Figura 46:** Rampa | Proposta da nova rampa (consultar Caderno de Desenhos)

#### 4.1.1.2. Praça do Mercado

O Jardim dos Poetas consiste, atualmente, numa praça situada no acesso oeste do eixo da Fonte Velha que se volta para o rio. O nome é consequência da homenagem aos poetas barquenses, com a instalação de uma estátua no lado Este da praça.

A introdução da nova rampa entre este jardim e a área ribeirinha, tornou este espaço numa importante área da proposta, uma vez que se trata de uma entrada, quer na nova rampa, quer no eixo.

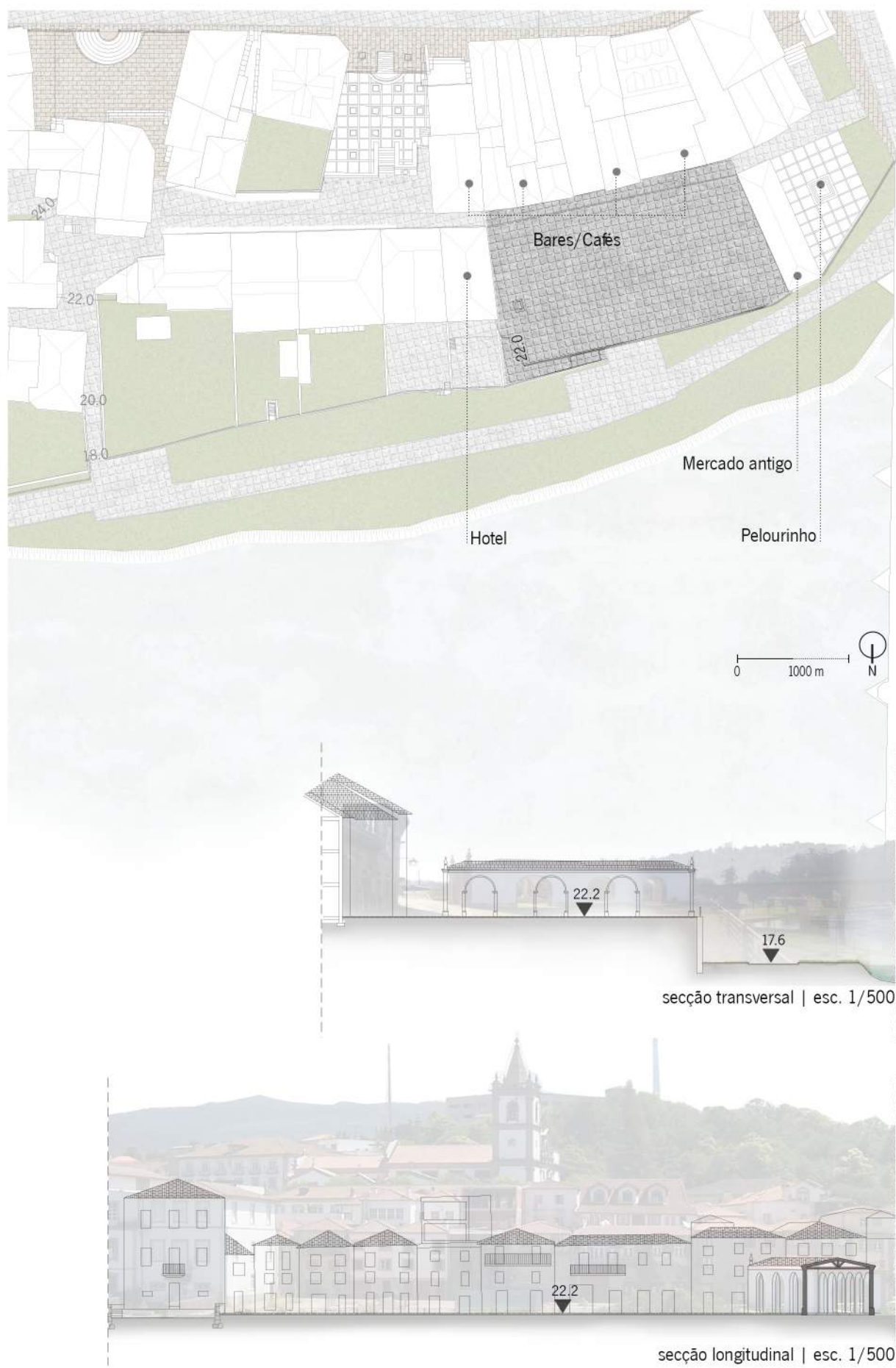
O Jardim dos Poetas tem, atualmente, uma enorme riqueza programática. Os limites do mesmo são definidos no lado Oeste pelo mercado antigo, que permite a ligação do Jardim com o Pelourinho, através do seu atravessamento. No lado Este situa-se um hotel com ligação à praça através do seu espaço exterior. A sul os limites são demarcados pelas fachadas existentes, albergando alguns cafés e bares, que usufruem da praça para instalar as esplanadas. A Norte, a praça é delimitada pelo muro/varanda que se volta para a ponte medieval e para a paisagem ribeirinha (Figura 47).

A proposta para este espaço baseia-se em duas abordagens, uma sugere a intervenção espacial, e outra um conjunto de intenções programáticas com o propósito de *interligar* o eixo da Fonte Velha com a rampa proposta e possibilitar a *incorporação* do mesmo com a envolvente ribeirinha.

A intervenção centra-se na requalificação do espaço através do desenho de um novo pavimento, apoiando-se nos programas que a praça acolhe atualmente, como um gesto subtil, com o intuito de favorecer as atividades existentes e fomentar outras, promovendo a visita e circulação de transeuntes. É, assim, desenvolvida uma métrica orientada pelas principais linhas de fachada dos edifícios e do mercado antigo, relacionando assim o pavimento com as atividades possíveis de acontecer naquela espaço. Pretende-se a definição de espaços que poderão corresponder a futuras esplanadas ou lugares de feira, relacionando-se com os edifícios e com o mercado, respetivamente.

O revestimento do pavimento integra outra ação da proposta de intervenção final, contudo, uma vez que se trata de um espaço pré-existente assume-se o compromisso de manter o material presente, cubo de granito, sendo que a métrica é assinalada por lajetas de granito de cor amarela (Figura 48).





**Figura 47:** Praça do Mercado | Pré-existência (consultar Caderno de Desenhos)





**Figura 48:** Praça do Mercado | Proposta do novo pavimento (consultar Caderno de Desenhos)

A proposta programática surge deste arranjo da praça, associada a uma ocupação sazonal do espaço. Durante os meses de primavera e verão, a praça é ocupada pelas esplanadas, promovendo a circulação de pessoas, enquanto que nos meses de outono e inverno o espaço desertifica-se, até porque não existe aqui a prática de atividades ao ar livre. Como consequência, os fluxos de circulação diminuem, o que leva ao encerramento temporário dos cafés e bares existentes.

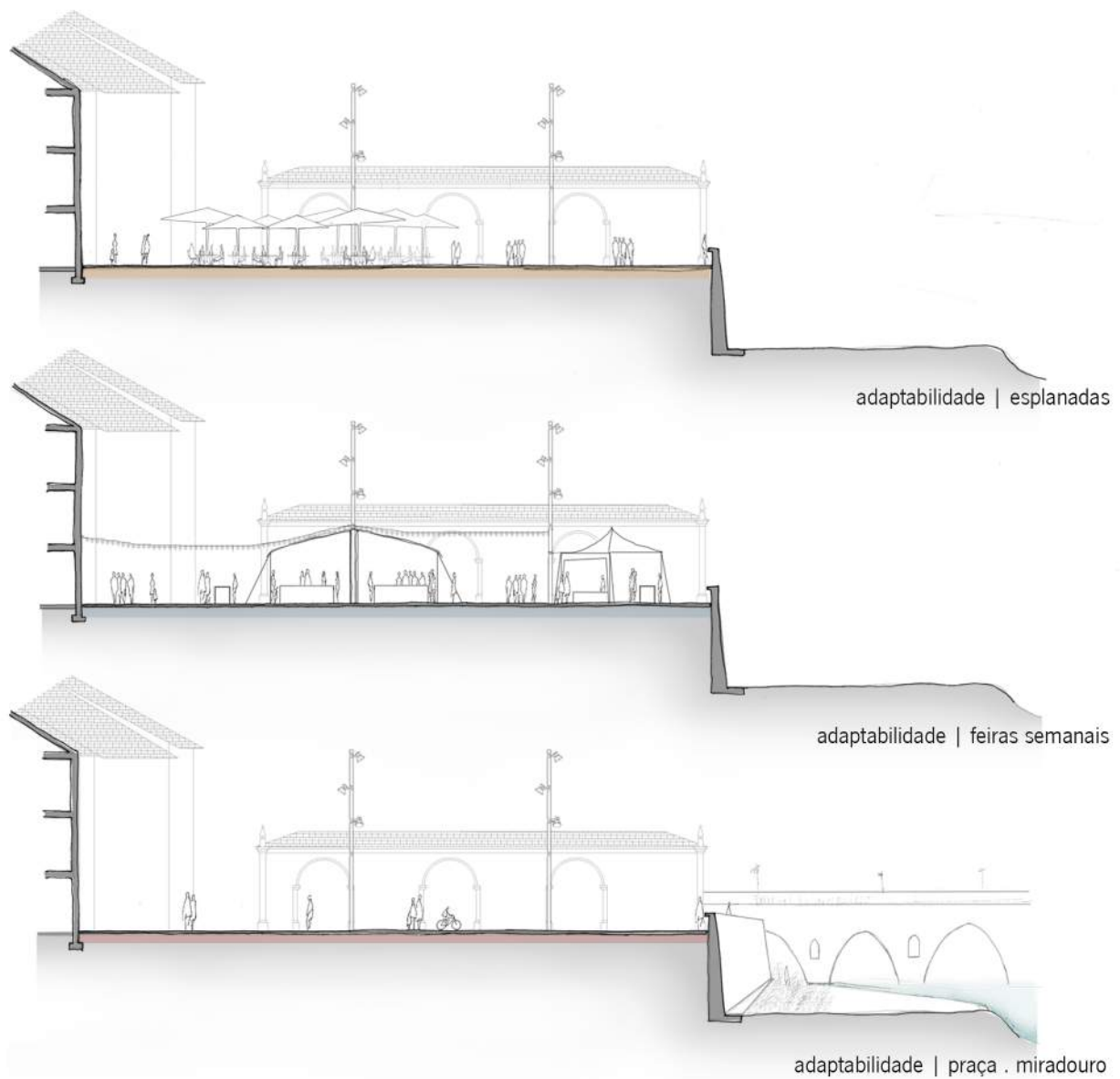
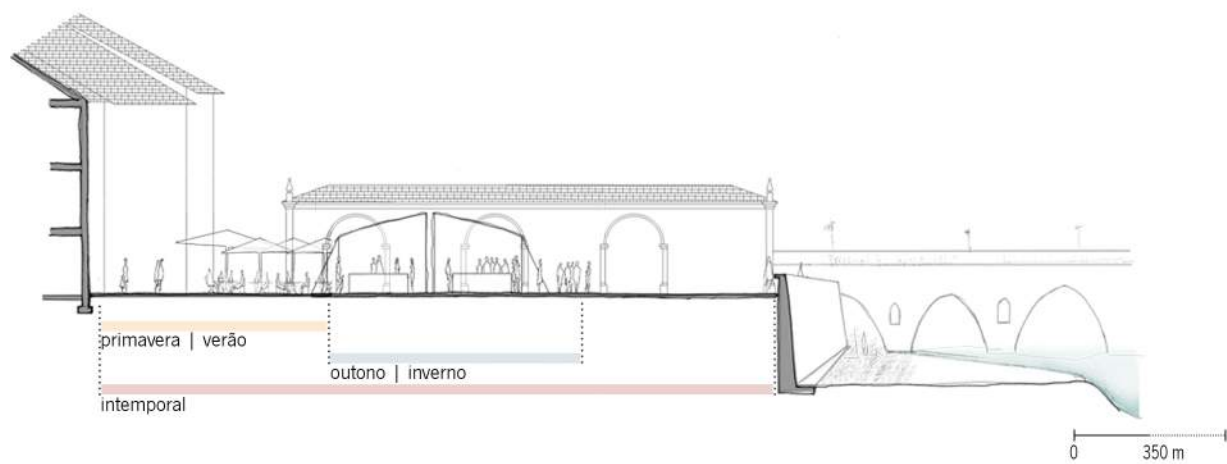
É do conhecimento da população a existência de feiras temáticas, nomeadamente, a feira de artigos em segunda mão. Contudo, atualmente, estes eventos não têm um sítio nem data certos para a ocorrência. O que se propõe, portanto, é um calendário de atividades a acontecer nesta praça, de acordo com as estações do ano (figura X). Durante a primavera e o verão, a ocupação da praça fica assegurada pela instalação das esplanadas dos respetivos cafés e bares. No outono e no inverno o espaço poderá ser ocupado pelas feiras mensais propostas, fazendo uma alusão ao fim para qual foi concebido: um espaço de mercado.

A proposta programática defende também a potencialidade do lugar, que mesmo sem a ocorrência de atividades, a própria praça sobre o rio pode gerar a atividade de miradouro para o rio Lima (Figura 49).

A iluminação da praça também foi estudada tendo em conta a condição sazonal das atividades que ocorrem no espaço. O primeiro estudo consiste na colocação de postes unidirecionais, revelando-se uma hipótese pouco funcional tendo em conta a área a iluminar. No segundo, optou-se por colocar focos de luz de altura intermédia, de modo a permitirem a iluminação das esplanadas, ao nível das mesas. A terceira hipótese mostrou-se mais adequada relacionando com as duas ocupações propostas (Figura 50). A proposta consiste na colocação de postes com focos de luz multidirecionais, que além de iluminarem a área permitem, dada a sua altura, prender cordas ou objetos relacionados com a montagem das tendas nos dias de feiras (Figura 51).

O projeto da praça do mercado ocorre em níveis distintos, envolvendo diferentes princípios e ações, desde espaciais como sociais ou visuais, que funcionam em conjunto, de modo a promover o percurso e visita do espaço e enaltecer as suas potencialidades.

O objetivo principal é gerar novas dinâmicas num espaço que interliga o eixo da Fonte Velha com a rampa proposta, com o propósito de incorporar a rua com o plano rio através do percurso da rampa.

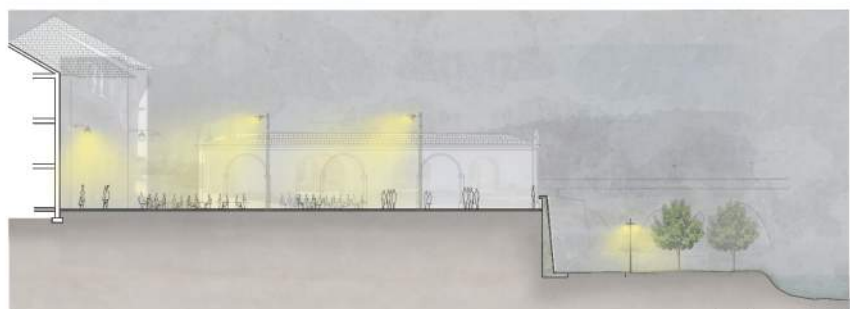


**Figura 49:** Praça do Mercado | Proposta programática (consultar Caderno de Desenhos)

estudo 1



secção longitudinal

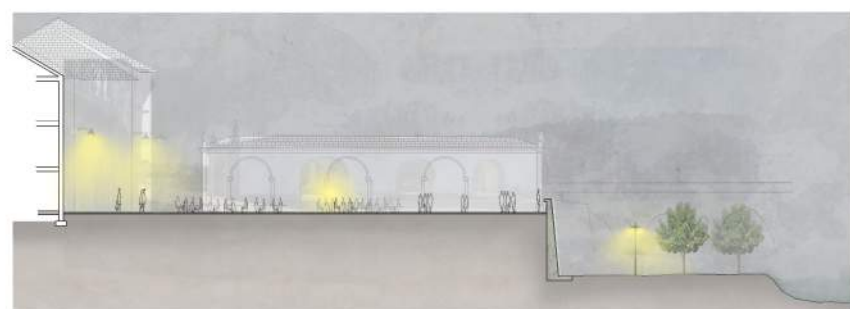


secção transversal

estudo 2



secção longitudinal



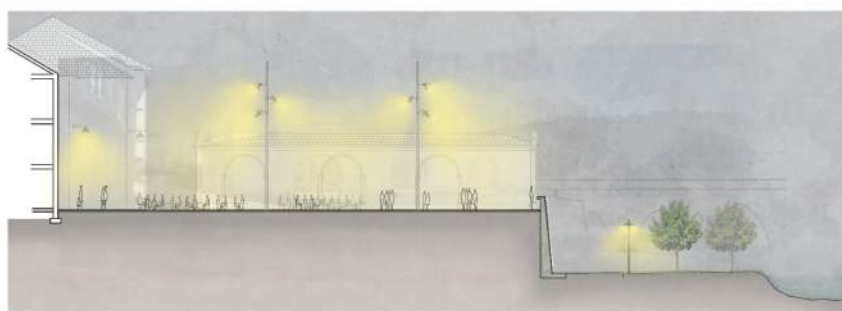
secção transversal

**Figura 50:** Praça do Mercado | Estudos de iluminação (consultar Caderno de Desenhos)





secção longitudinal



secção transversal

**Figura 51:** Praça do Mercado | Iluminação proposta (consultar Caderno de Desenhos)



#### 4.1.1.3. Praça Fluvial

O cruzamento da rampa proposta com a quelha proveniente do eixo da Fonte Velha, e a futura instalação de um hotel, determinou a formulação de uma proposta para o espaço correspondente ao logradouro da casa da Fonte Velha, de modo a afirmar a incorporação e interligação da rua com o rio.

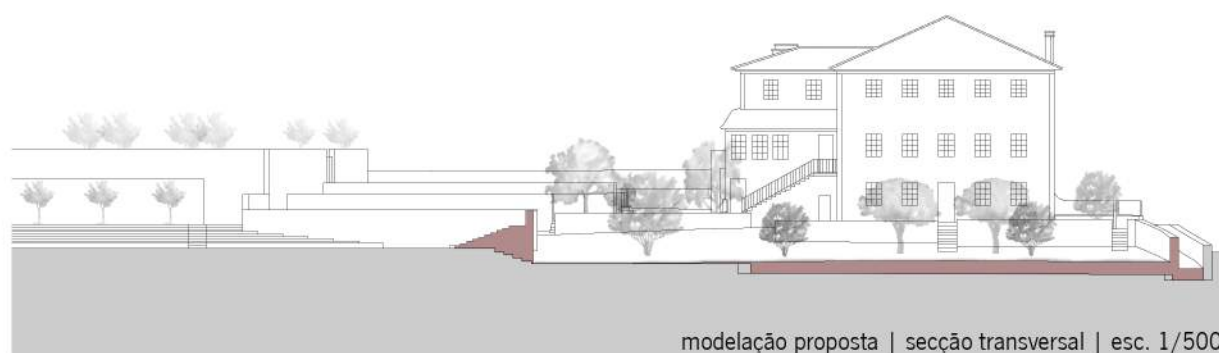
No perímetro da área destacada na figura X existem diversos programas que foram tidos em conta na definição da proposta, nomeadamente, o referido hotel a sul, um campo de jogos e um campo de relvado sintético a Este, e um restaurante-bar a nordeste (Figura 52).

A intervenção baseia-se na criação de uma *praça fluvial*, um espaço de contemplação que incorpora o percurso ribeirinho, contrapondo com o anteriormente descrito, a praça do mercado com uma cota superior à área ribeirinha.

A transformação de um espaço de domínio privado – logradouro – em público determinou a eliminação dos muros que delimitavam a área e a consequente alteração da topografia, com o intuito de adaptar as cotas a um percurso fluido. Deste modo, a modelação do terreno procurou fomentar possíveis continuidades e permeabilidades, através da análise prévia das cotas dos diferentes espaços envolvidos à praça, nomeadamente, os campos de jogos, área ribeirinha e a quelha da Fonte Velha. Foi com base neste propósito que se definem dois muros que atravessam e organizam a praça fluvial em três patamares inclinados. O primeiro prolonga-se, aproximadamente, até à cota 19.0 m, e é a continuidade do percurso ribeirinho fazendo a receção ao acesso proveniente da praça do mercado, a rampa, e ao cruzamento desta com a quelha da Fonte Velha. O segundo patamar, com cotas entre 19.4 m e 20.0 m, é destinado a área de estar e lazer, com o objetivo de convidar o transeunte a desfrutar da paisagem ribeirinha. O terceiro patamar interliga, na cota 20.6 m, o piso superior do restaurante com o acesso aos campos de jogos e ao hotel, formando uma área destinada a esplanada junto do restaurante (Figura 52).

Os muros que organizam a praça prolongam-se e redefinem o limite com a quelha da Fonte Velha que, devido à altura que possuem, permitem que o ângulo de visão agora obtido a partir da quelha seja mais abrangente. É precisamente esta altura, 0.4 m e 0.6 m, que concebe aos muros a possibilidade de servirem também de um banco contínuo, apoiando uma área de estar junto ao rio (Figura 53).

No campo de jogos existente, é proposta uma bancada voltada para oeste com o objetivo de criar maior permeabilidade espacial, até agora inexistente, entre o campo e a praça fluvial (Figura 53 e 54).



**Figura 52:** Praça Fluvial | Enquadramento e morfologia da nova praça (consultar Caderno de Desenhos)

A interligação entre o restaurante e a praça refletiu-se na criação de uma diferença de cotas de, aproximadamente, 2 m em relação à cota do percurso ribeirinho. Assim, uma vez que naquele ponto do rio Lima já é praticado o aluguer de embarcações de desporto e passeio náutico, propõe-se que o espaço resultante da modelação seja o local de arrumos destas embarcações, tendo portanto, a mesma área que a esplanada situada no patamar superior (Figura 53 e 54).

O pavimento da praça fluvial afirma as continuidades propostas, baseando-se no já definido para a área ribeirinha, como se de uma extensão desta se tratasse. Deste modo, o pavimento de solo estabilizado é prolongado sobre o primeiro patamar, combinando com a pedra de granito proveniente da rampa e da quelha da Fonte Velha. Os restantes patamares são realizados em solo permeável, afirmando o carácter de estar e lazer da área.

Uma vez que se pretende uma praça fluvial, ao nível do percurso ribeirinho, incorporando o mesmo, é proposta a plantação de árvores ao longo da praça, e aproveitadas as existentes no antigo logradouro (Figura 53).

A iluminação foi alvo de estudo de modo a enquadrá-la com o percurso ribeirinho, e com os conteúdos programáticos da envolvente. Admite-se, por isso, a iluminação existente nos campos de jogos, sugerindo apenas a luz pretendida para a praça. No primeiro estudo, procede-se à colocação de focos de iluminação, de altura intermédia, de modo a iluminar abaixo da copa das árvores, contudo o foco de luz seria demasiado incisivo ao nível de chão baixo, não correspondendo ao efeito pretendido. Na segunda opção prolonga-se a utilização dos postes presentes nos campos de jogos, revelando-se pouco funcional para o espaço uma vez que iluminavam acima das copas e projetavam a sua sombra (Figura 55). Como proposta final, é adaptada a solução aplicada na rampa e na área ribeirinha, em conjunto, focos colocados nos muros e postes de iluminação bidirecionais com uma altura média de modo a não iluminar acima da copa das árvores, mas antes ao nível destas (Figura 56).

A nova praça fluvial surge assim como uma área que interliga diferentes espaços da envolvente, suscitando novas relações entre si, de modo a enriquecer cada um desses lugares e a própria praça. A proximidade com o eixo da Fonte Velha é óbvia, tendo por isso como objetivo completar as dinâmicas introduzidas com a instalação do hotel, afirmando a interligação e incorporação da rua com o rio.



**Figura 53:** Praça Fluvial | Proposta da nova praça (consultar Caderno de Desenhos)





**Figura 54:** Praça Fluvial | Seções da proposta da nova praça (consultar Caderno de Desenhos)



estudo 1



secção transversal



secção longitudinal

estudo 2



secção transversal



secção longitudinal

**Figura 55:** Praça Fluvial | Estudos de iluminação (consultar Caderno de Desenhos)



secção transversal



secção longitudinal

**Figura 56:** Praça Fluvial | Iluminação proposta (consultar Caderno de Desenhos)

## 4.1.2. VILA | PLANO SUL

### 4.1.2.1. Centro de estudos/Ludoteca

A ligação entre a via principal, Rua Conselheiro da Rocha Peixoto, e o eixo da Fonte Velha, como analisado no capítulo referente à *Aproximação e Interpretação*, é feita através de um caminho de pé posto, do Largo da Misericórdia e do Largo de Sousa.

O carácter desta relação entre a rua e vila, pontual e de acesso imediato, quase de atalho, sem locais ou pontos de paragem que atentem à presença do eixo da Fonte Velha, são motivos que sustentam a necessidade de propor um espaço, que permita uma maior permeabilidade entre o eixo da Fonte Velha e a vila.

Dada a relação que a Casa do Relógio de Sol possui com a rua e a vila e tendo em conta a riqueza de elementos históricos instalados nos jardins, é pertinente intervir no seu logradouro consequentemente no seu edifício, o que obriga a refletir sobre a finalidade a adotar para a casa, atentando nas necessidades locais.

Verifica-se a proximidade e relação de cotas existente com o largo da Capela da Lapa e com a escola APPACDM, pelo que se relacionou o programa com as atividades desenvolvidas na envolvente e com a problemática da reduzida presença de jovens e dinâmicas na rua, propondo-se assim a instalação de um centro de estudos/ludoteca (Figura 57).

As alterações propostas no logradouro são diminutas, restringindo-se apenas ao reajuste de algumas cotas e ao redesenho de alguns muros e escadas, propondo-se outras de modo a permitir a ligação entre o Relógio de Sol, a escola e a capela, à cota 24.0 m.

A subtil modelação do terreno deve-se ao compromisso assumido para com os elementos históricos existentes ao longo do logradouro, não correndo o risco de soterramento dos mesmos, enriquecendo a interligação da rua com a vila. Na impossibilidade de alterar as cotas são mantidos os socacos existentes no terreno.

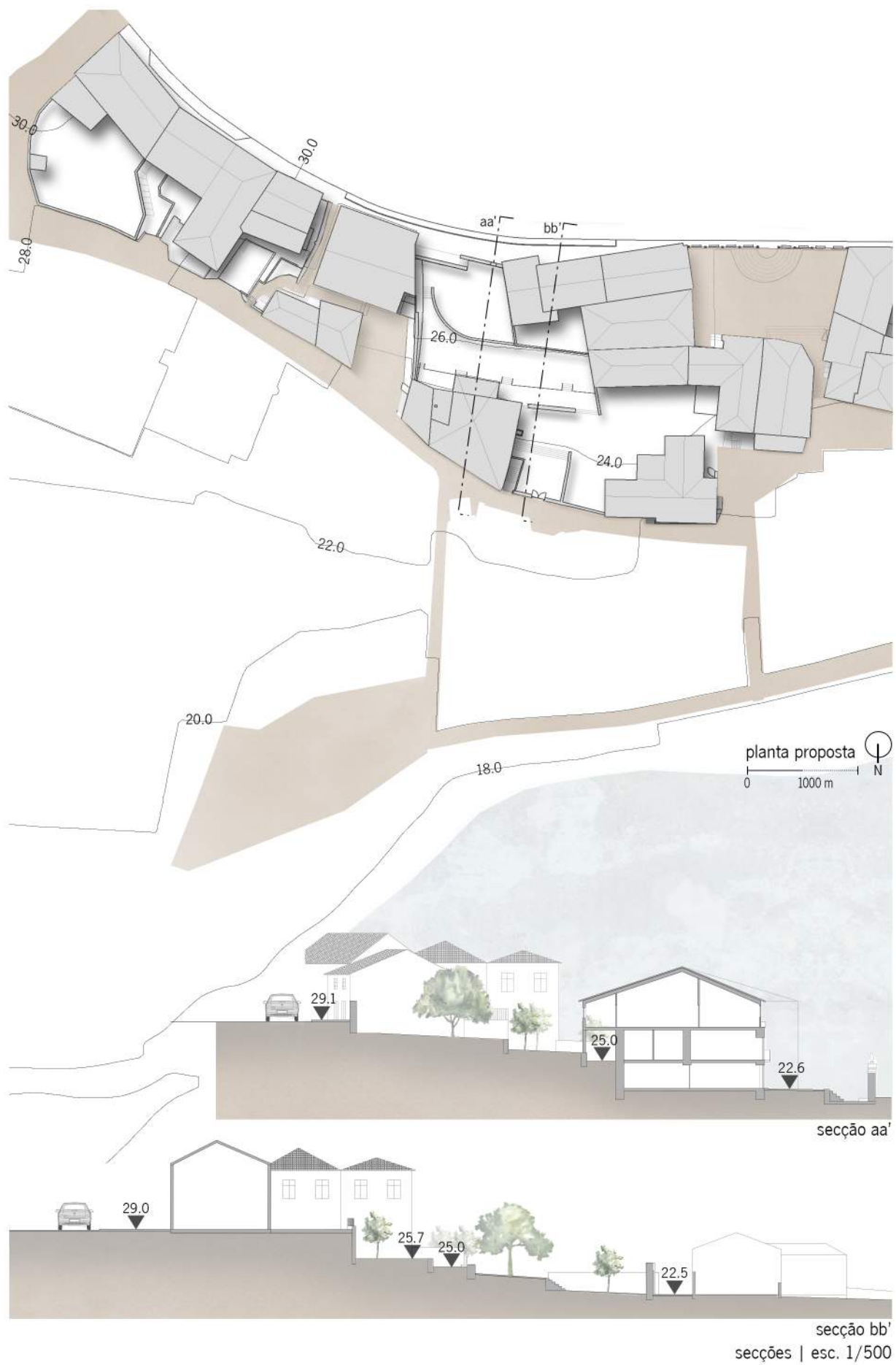
A intervenção para o exterior do centro de estudos assenta nas ideias de levar o rio à vila, através da definição de um espaço de estar e lazer, próximo da vila, confortado pela recolocação das árvores existentes e a plantação de novas, e de incorporar o eixo da Fonte Velha na vila, permitindo a comunicação e interligação dos espaços através dos jardins (Figura 58).

A instalação de um centro de estudos/ludoteca na Casa do Relógio de Sol é fundamentada e justificada por uma breve pesquisa realizada aos equipamentos já existentes na vila. Pretende-se que se trate de um espaço de uso público, adaptado a qualquer faixa etária, passível de ser usado sem qualquer exigência, apoiando e incentivando o desenvolvimento intelectual e profissional dos que usufruem.



**Figura 57:** Centro de Estudos | Pré-existência (consultar Caderno de Desenhos)





**Figura 58:** Centro de Estudos | Proposta (consultar Caderno de Desenhos)



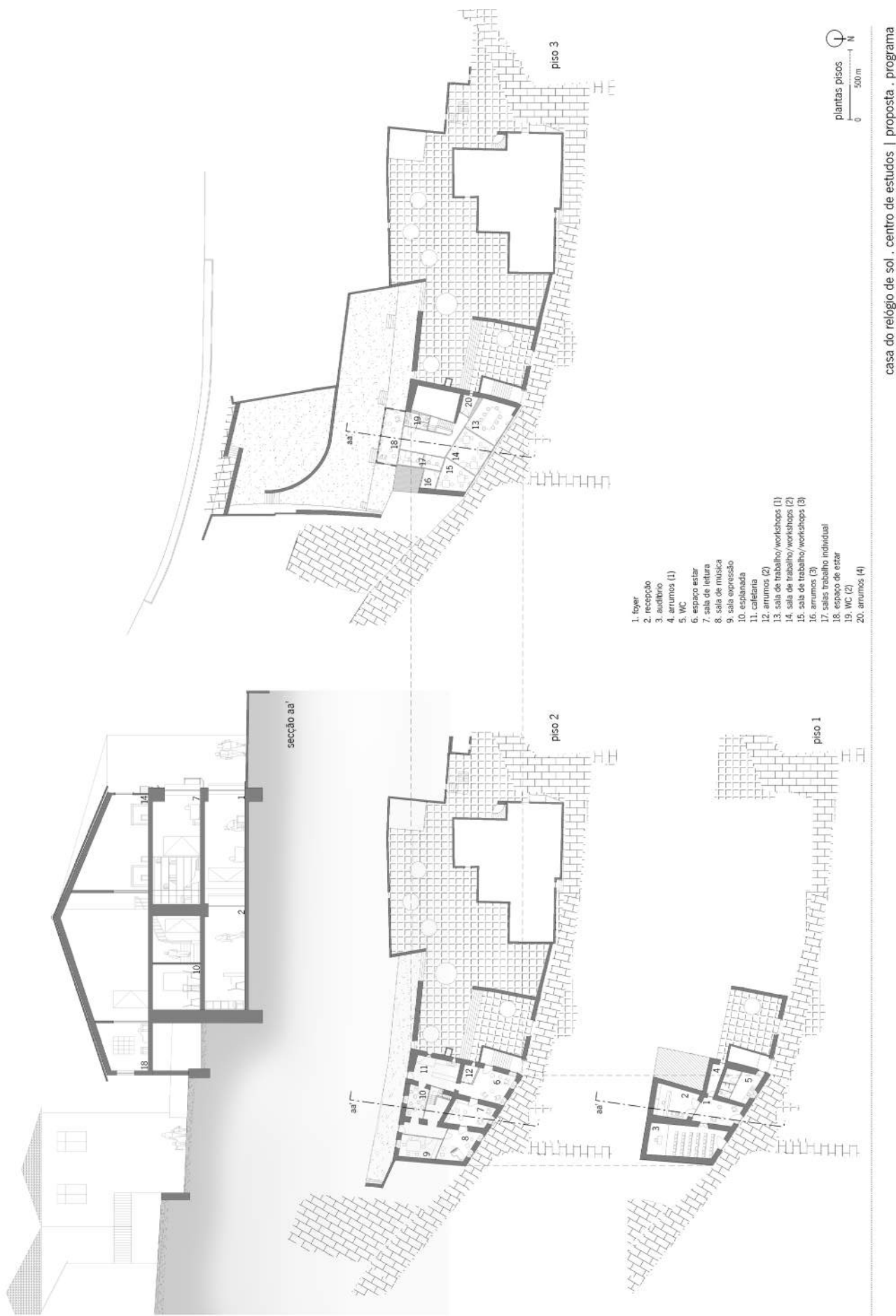
Tratando-se de uma casa com diversos recantos históricos, é assumido um compromisso com a pré-existência, mantendo-se todos os elementos estruturais e o desenho inicial, fazendo apenas pequenas intervenções relativas à altura do terceiro piso, permitindo a circulação das pessoas conforme as normas de altura mínima do pé direito.

Assim, no piso de rés-do-chão, de modo a relacionar-se com a rua, é proposta a instalação de um pequeno auditório, com acesso direto da rua, um foyer, uma receção, um espaço de arrumos e uma casa de banho. Não existe um acesso a partir deste para o piso seguinte, sendo feito apenas através das escadas exteriores existentes do lado oeste. No segundo piso são instaladas uma sala de estar, uma destinada à leitura, uma à música e uma à expressão plástica. É também proposto, neste piso, uma cafetaria e uma área de esplanada interior de apoio com a possibilidade de se estender para o exterior, uma vez que este piso se relaciona diretamente com o jardim exterior através de dois acessos situados no alçado sul. O terceiro piso tem ligação com o anterior por meio de uma escada interior. Neste piso são instaladas três salas de carácter ambíguo, podendo servir trabalhos em grupo, workshops ou reuniões, duas salas de trabalho individuais, dois espaços de arrumos, uma casa de banho e um espaço de estar, que ocupa o varandim existente, proporcionando ao visitante uma vista agradável do espaço exterior.

O espaço destinado ao centro de estudos/ludoteca distribui-se, assim, pelos diferentes pisos segundo uma hierarquia, o primeiro piso é o mais geral, de maior abrangência, o segundo é constituído por um conjunto de espaços de carácter lúdico e o terceiro piso, mais recatado, sem acessos exteriores, é mais profissional, de incubação e desenvolvimento de ideias profissionais (Figura 59).

Os materiais para o pavimento integram as opções já adotadas nas restantes propostas e relaciona-se com o programa instalado na Casa do Relógio de Sol. Assim, na ligação entre a casa, a escola e a capela, prolonga-se o existente cubo de pedra granito, reafirmando a relação pretendida entre estes equipamentos, e relacionando-se com o pavimento a propor na rua. No pavimento que contacta com o segundo piso do centro de estudos e com a vila é sugerido solo estabilizado, o mesmo adotado na área ribeirinha, comungando com a ideia de levar um espaço de estar alusivo ao rio para a vila e integrando o carácter lúdico do piso correspondente do centro (Figura 60).

Os estudos de iluminação incidem sobre a área exterior, envolvendo as relações apresentadas para o lugar. Com base nas propostas já realizadas, no primeiro estudo são colocados focos de luz nos muros, afirmando os socacos existentes no terreno, revelando-se uma hipótese pouco eficaz quando aplicada em toda a área, uma vez que estes muros não se prolongam no terreno, resultando em espaços pouco iluminados. O segundo estudo consiste na instalação de postes bidirecionais, não se mostrando muito funcional uma vez que o pretendido é afirmar o percurso (Figura 61). Assim, a proposta de iluminação assenta na colocação de focos de altura média, para iluminar o percurso, demarcando a interligação proposta entre a rua e a vila (Figura 62).



**Figura 59:** Centro de Estudos | Proposta para o edifício (consultar Caderno de Desenhos)

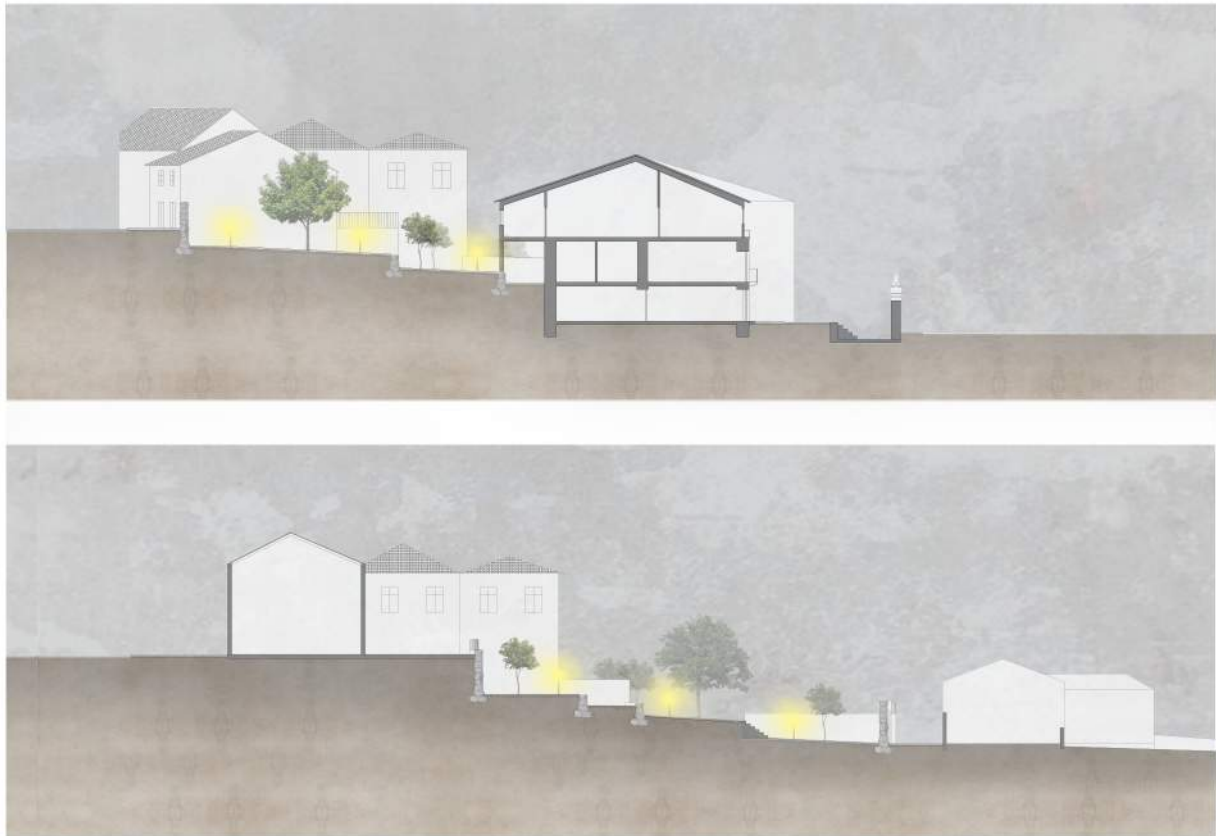


**Figura 60:** Centro de Estudos | Proposta (consultar Caderno de Desenhos)



**Figura 61:** Centro de Estudos | Estudos de iluminação (consultar Caderno de Desenhos)





**Figura 62:** Centro de Estudos | Iluminação proposta (consultar Caderno de Desenhos)

O centro de estudos e ludoteca responde a diferentes fins: o interior responde a uma necessidade local, analisada no primeiro capítulo relacionada com a falta de jovens e dinâmicas na rua, mostrando-se uma rua envelhecida por quem a ocupa ou utiliza, assim como, apoiar a existência de uma escola na área; e o exterior procura ser o meio de incorporação e interligação entre a rua da Fonte Velha e a vila, relacionando-se também com o rio, trazendo um espaço de estar e elementos naturais para o meio urbano (Figura 63). A existência de elementos históricos ao longo dos jardins da Casa do Relógio de Sol enriquece o percurso e enaltece o cariz histórico da área.





**Figura 63:** Centro de Estudos | Secções da proposta (consultar Caderno de Desenhos)

## 4.2. IMPULSIONAR | UNIFICAR

Entende-se por *impulsionar*, a ação que permite ativar, estimular, incitar; fazer mover através de força propulsora.

Por *unificar*, entende-se a ação tornar uno ou unido; reunir várias partes num só todo; fazer convergir para um só fim.

### 4.2.1. PERCURSO

O percurso surge como o meio unificador dos espaços e intervenções distintas ao longo do eixo da Fonte Velha associado à necessidade de *impulsionar* a circulação e visita de transeuntes.

A proposta baseia-se numa intervenção ao nível do pavimento da rua, demarcando e afirmando, precisamente, um *percurso*. Esta ideia é resultado de pesquisas realizadas sobre projetos em centros históricos, tornando-se uma referência a proposta de intervenção no centro histórico de Ullastret, da autoria do arquiteto espanhol Josep Lluís Mateo, a requalificação de *Urbanización de la Villa de Ullastret*<sup>21</sup>.

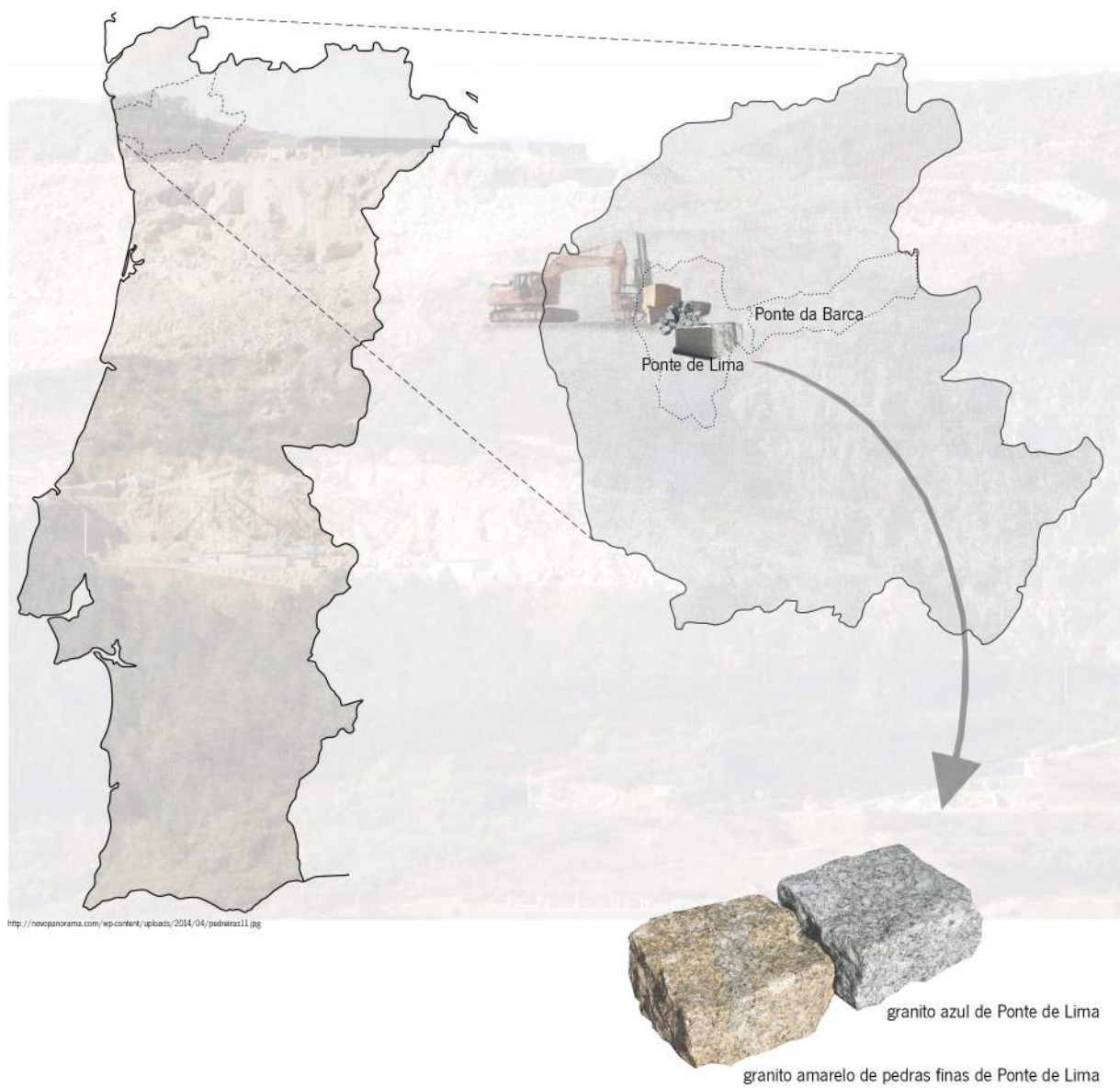
O pavimento existente ao longo do eixo da Fonte Velha é maioritariamente composto por cubo de granito de cor azul. Como analisado no capítulo *Aproximação e Interpretação*, a rua apresenta-se estreita, com planos de fachada altos, dificultando a iluminação natural da mesma, pelo que a pavimentação atual se revela pouco recetiva à iluminação solar da rua, uma vez que é escura e não reflete qualquer luminosidade.

Assim, a intervenção consiste, em primeiro lugar, na substituição parcial do cubo de granito azul por lajetas de granito de cor amarela. A escolha do material justifica-se também pelo facto de esta pedra ser característica do distrito de Viana do Castelo, praticando-se a sua extração no concelho vizinho de Ponte de Lima. O tom amarelado é escolhido pela necessidade de propor um pavimento mais claro que reflita mais e melhor a luz solar incidente na rua, associada à proximidade da oferta, uma vez que o granito extraído e comercializado em Ponte de Lima possui um tom amarelado ou azulado, como se verifica na Figura 65.

<sup>21</sup> <http://www.bienalesdearquitectura.es/index.php/en/proyecto?obra=01BE-07>



**Figura 64:** Imagens do projeto *Urbanización de la Villa de Ullastret*  
fonte: <http://www.flickrriver.com/photos/jmtp/sets/72157603236728629/>



**Figura 65:** Percurso | Material seleccionado

A estereotomia do pavimento proposto, com elementos de dimensões variadas, está relacionada com diversos elementos e edificações antigas. Assume-se um compromisso com a pré-existência e mantém-se o cubo de granito nos pontos de contacto com os limites existentes, como muros e edifícios, definido por uma faixa com largura máxima não superior a 0.5 m. As lajetas propostas são colocadas entre estas faixas de cubo de granito, de modo a demarcar o percurso pretendido, transversalmente à rua, com o objetivo de aparentar uma largura superior à observada e afirmar o princípio da transversalidade da mesma.

Esta composição do pavimento é resultado de diversos estudos de forma e encaixe. Foram analisados diferentes assentamentos do pavimento, dimensões de lajetas e composições, em concordância com o cubo existente, de modo a relacionar as dimensões da pedra e a composição do pavimento com o ritmo de percurso pretendido, não sendo acelerado nem pausado, mas com um ritmo frequente. Assim, para o pavimento proposto opta-se por uma lajeta de dimensões 50x20x10 cm ao longo de todo o eixo da Fonte Velha, transmitindo coesão e união ao percurso (Figura 66).

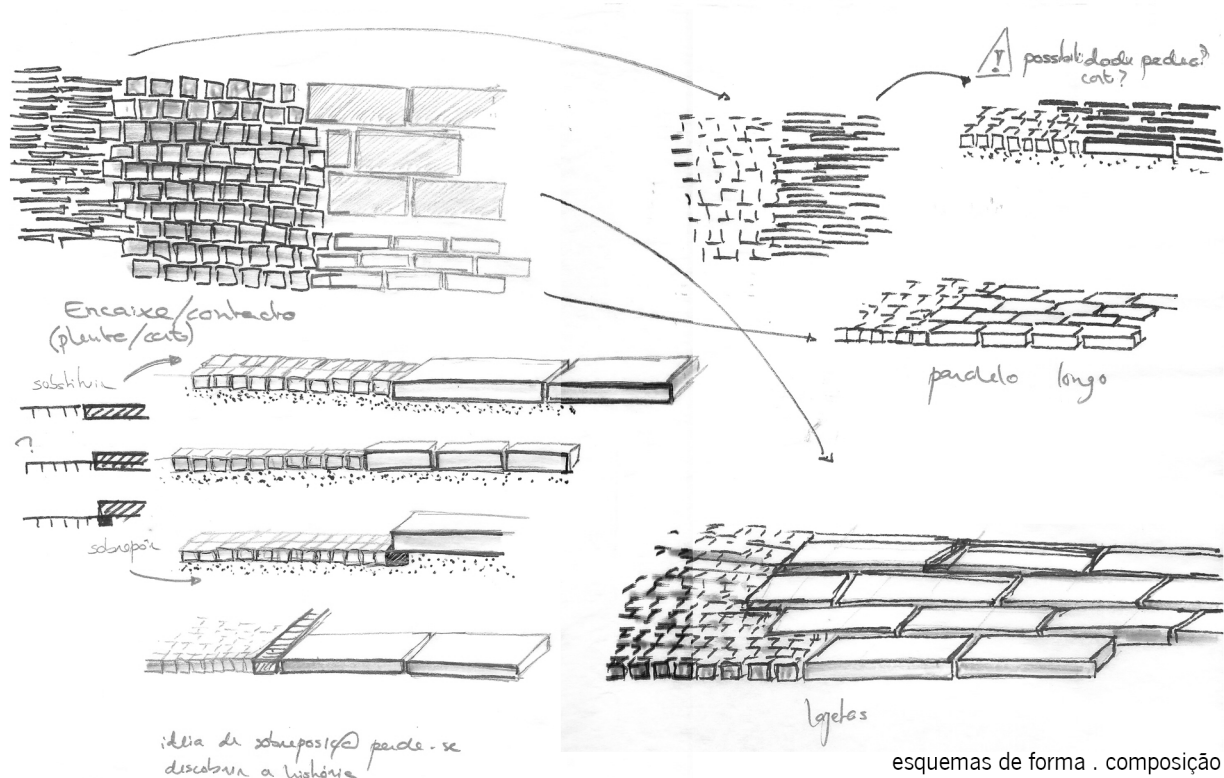
O novo pavimento além de definir o percurso da Fonte Velha, unifica as ligações desta com a envolvente, perfazendo também a pavimentação dos acessos transversais correspondentes à quelha da Fonte Velha e quelha da Lapa a norte, e ao caminho de pé posto a sul. No largo da Misericórdia é mantido o pavimento existente, uma vez que a cor e forma do mesmo é próxima ao pretendido e não carece de requalificação. No largo de Sousa propõe-se a colocação de solo estabilizado, proporcionando um espaço de pausa.

O pavimento proposto é assim aplicado ao longo da rua, nos acessos transversais a esta, na demarcação da métrica na praça do Mercado e na nova rampa de acesso ao rio, afirmando um único percurso, de modo a unificar o trajeto pedonal e impulsionar a circulação e travessia do mesmo (Figura 67).

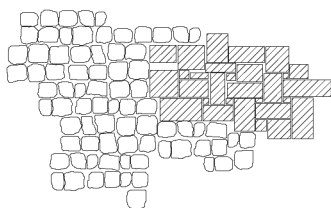
A constituição do pavimento é definida por cubo e lajeta de granito, de 0.10 m e 0.10 m de altura, areia fina, 0.08 m, brita, 0.15 m, e terra compacta (Figura 67).

O escoamento das águas foi estudado, podendo convergir as mesmas para o centro da rua, a eixo, ou para os limites. A segunda hipótese revelou-se pouco funcional, quando comparada com a primeira, correndo o risco de, em caso de mau escoamento, inundar o interior das edificações (Figura 68).

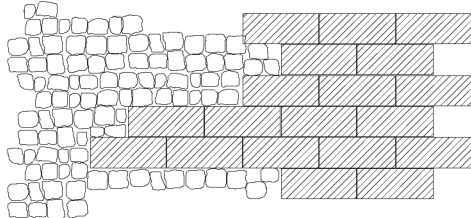
O sistema de drenagem baseia-se na recolha longitudinal das águas, apoiando-se da inclinação natural da rua, através de pontos de escoamento à superfície. Estes pontos consistem em lajetas de granito perfuradas, enquadrando-se no pavimento proposto, de modo a facilitar a entrada da água, com a possibilidade de serem amovíveis para permitir a visita às caixas. O escoamento das águas da rua é direcionado para o rio, uma solução baseada na existente atualmente (Figura 68).



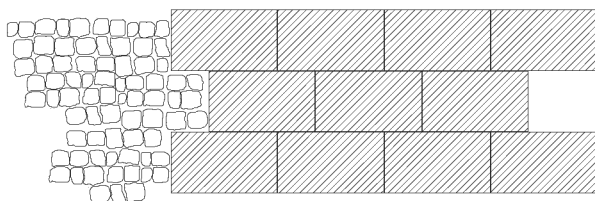
estudo 1



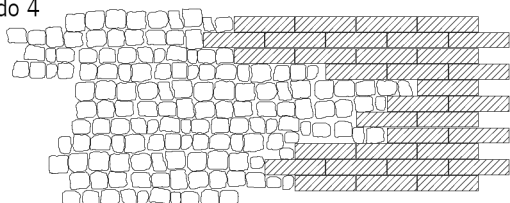
estudo 2



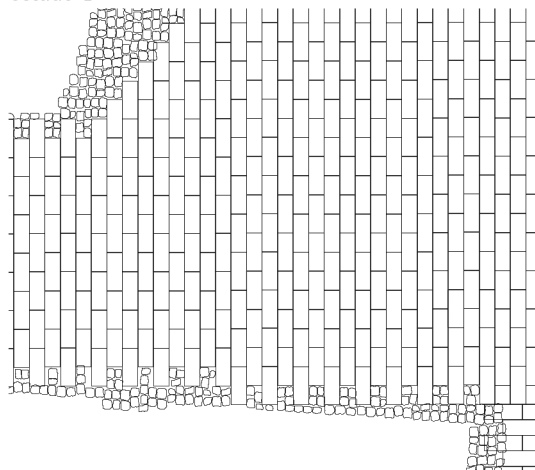
estudo 3



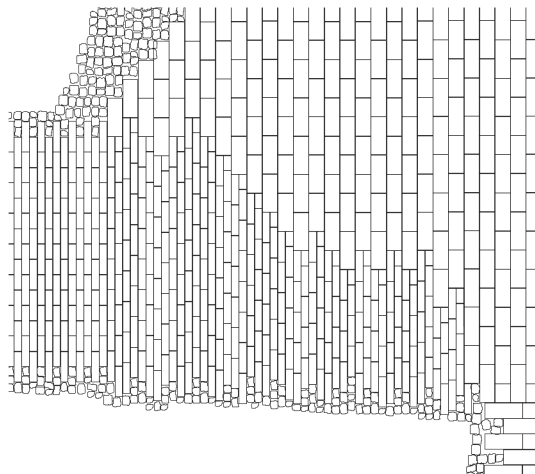
estudo 4



estudo 1



estudo 2

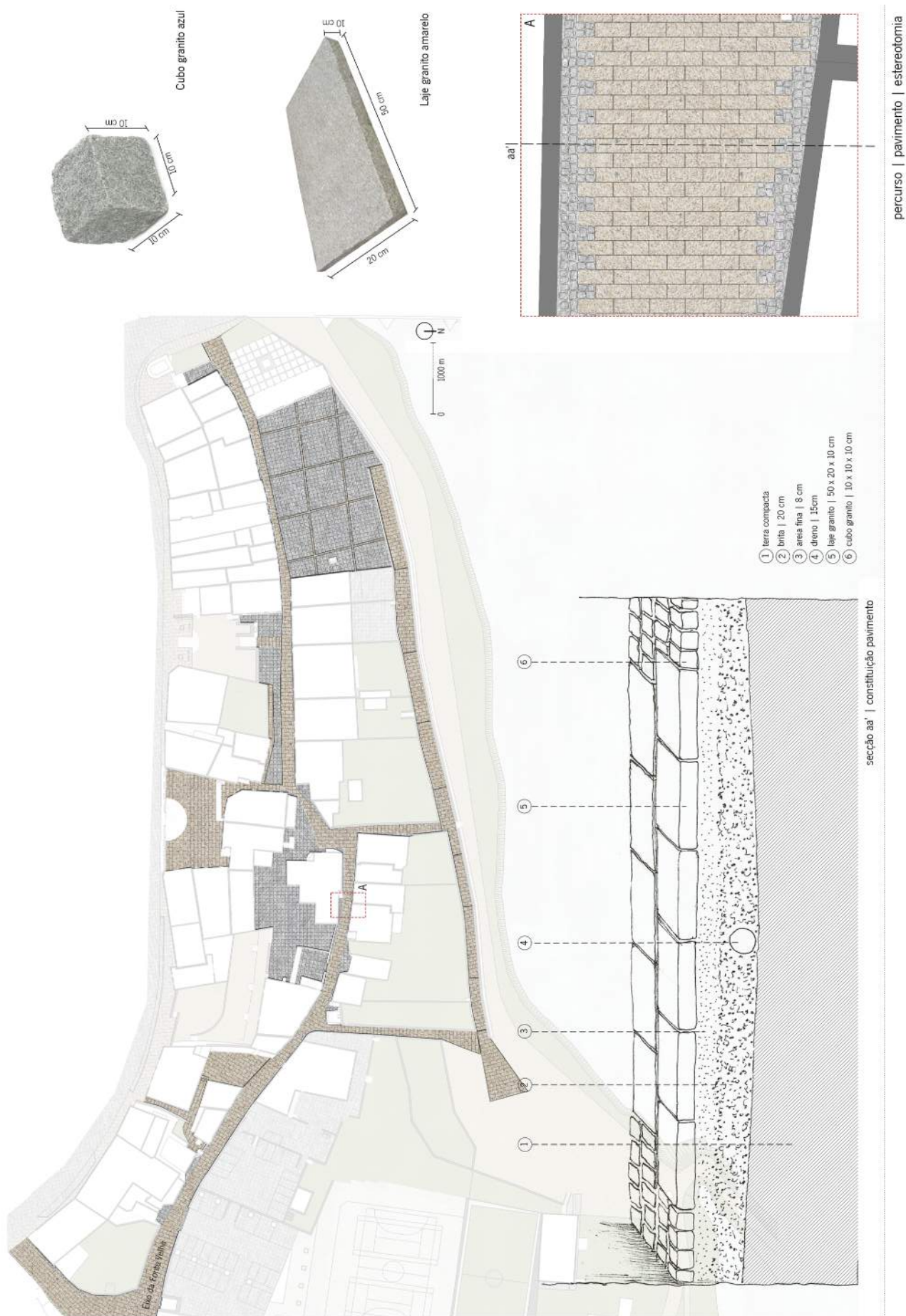


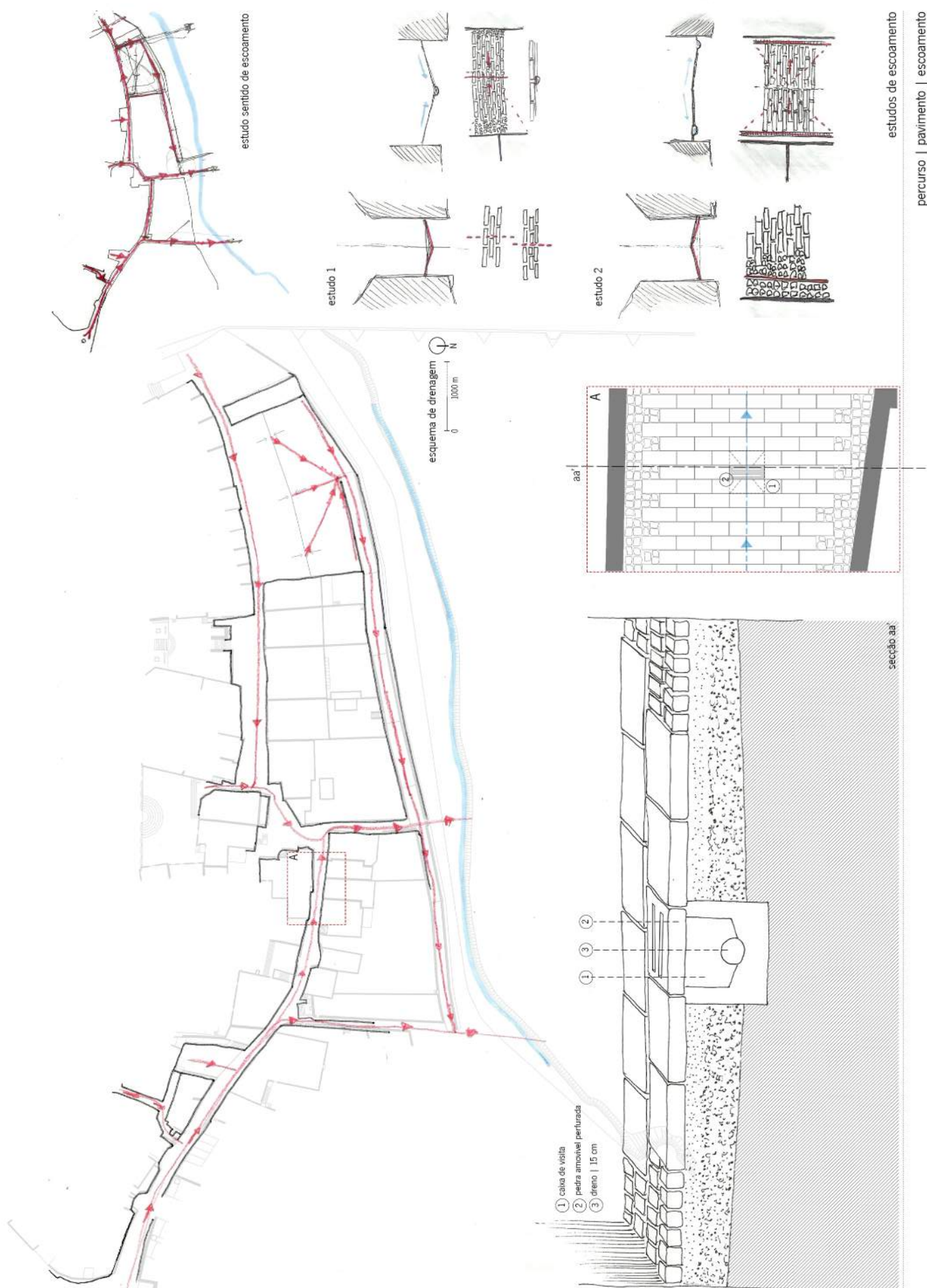
composição | esc. 1/50

aplicação . relação com existente | esc. 1/100

**Figura 66:** Percurso | Estudos de forma e composição do pavimento (consultar Caderno de Desenhos)





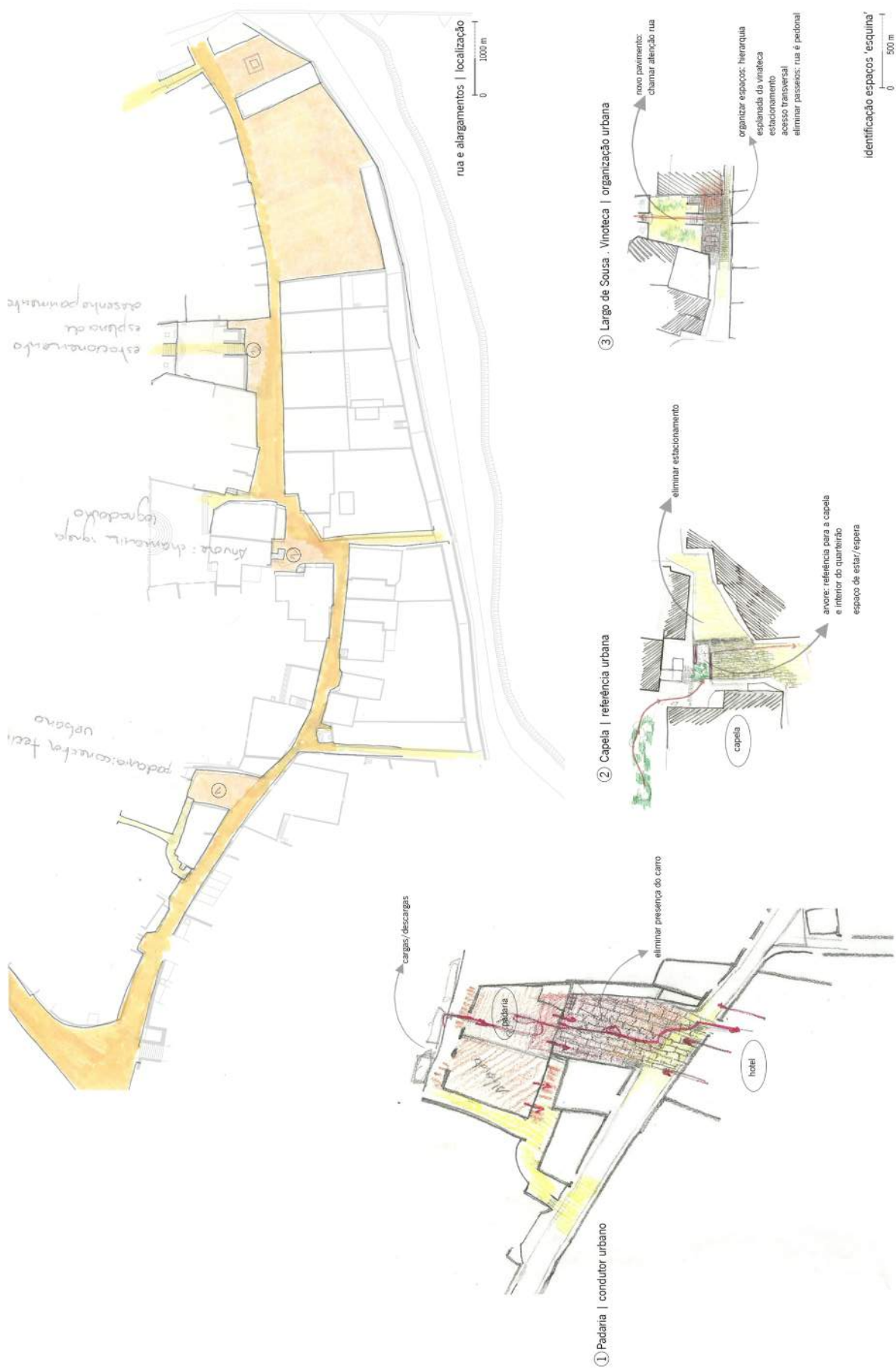


**Figura 68:** Percurso | Drenagem do novo pavimento (consultar Caderno de Desenhos)

#### 4.2.2. ESQUINAS

O *percurso* revelou a existência de pequenos espaços ao longo da Fonte Velha que merecem ser revistos, especifica e pormenorizadamente, uma vez que representam alargamentos delimitados, que em conjunto com o percurso podem integrar a revitalização do eixo da Fonte Velha (Figura 69). São, por isso, designados de espaços *esquina*, sendo propostas para os mesmos alterações subtis, que consistem na eliminação de estacionamento, na organização e limpeza do espaço urbano e na plantação de árvores. O objetivo é revalorizar a rua, tornando um percurso agradável e fluido, suscetível de receber novas atividades ou programas.





**Figura 69:** Percurso | Definição das esquinas (consultar Caderno de Desenhos)

#### 4.2.2.1. Padaria | Condutor Urbano

Esta esquina localiza-se entre o novo hotel, a ludoteca proposta e uma padaria aí instalada que utiliza este espaço para cargas e descargas. A fachada tem por isso um carácter traseiro, pouco cuidado e sempre entulhado de lixo.

O estabelecimento da padaria ocupa ainda parte do passeio da via Conselheiro da Rocha Peixoto como esplanada, perturbando a normal circulação pedonal.

A proposta para este espaço passa pela reorganização das atividades e dos espaços da padaria, partindo do interior para o exterior. Assim, racionalizam-se os lugares de estacionamento na via principal, destinados a cargas e descargas, eliminando a presença do carro no largo; reorganiza-se o interior da padaria, permitindo vencer a diferença de cotas a partir da mesma e transfere-se a esplanada para a rua, sendo proposta a plantação de árvores (Figura 70).

Observando a secção diagramática, esta ação teria como resultado a permeabilidade entre os espaços padaria, rua e hotel, afirmando a estratégia transversal pretendida, assim como a ligação rua e vila, unificando-a (Figura 70). Também a requalificação da fachada traseira da padaria e limpeza seria uma consequência do conjunto de ações propostas, uma vez que tem uma relação frontal com a entrada do hotel, impulsionando a visita e circulação (Figura .





**Figura 70:** Esquinas | Proposta para a *esquina* da padaria (consultar Caderno de Desenhos)

#### 4.2.2.2. Capela | Referência Urbana

A capela da Lapa é um dos monumentos locais situados no eixo da Fonte Velha e tratar-se de um edifício religioso, a rua alarga ligeiramente neste local. Contudo, o espaço é hoje ocupado pelo estacionamento de automóveis.

A proposta assenta na plantação de uma árvore acompanhada de um banco, de modo a criar uma referência espacial na rua associado à capela, ao mesmo tempo que se relaciona com o interior do logradouro de modo a impulsionar o percurso. A presença do carro é portanto eliminada (Figura 71).

A árvore, uma vez colocada sobre o pavimento da rua, pedra granito, é inserida numa caldeira metálica, referenciando a solução construtiva para as árvores que são propostas sobre o pavimento de granito (Figura 71).



**Figura 71:** Esquinas | Proposta para a esquina da capela (consultar Caderno de Desenhos)

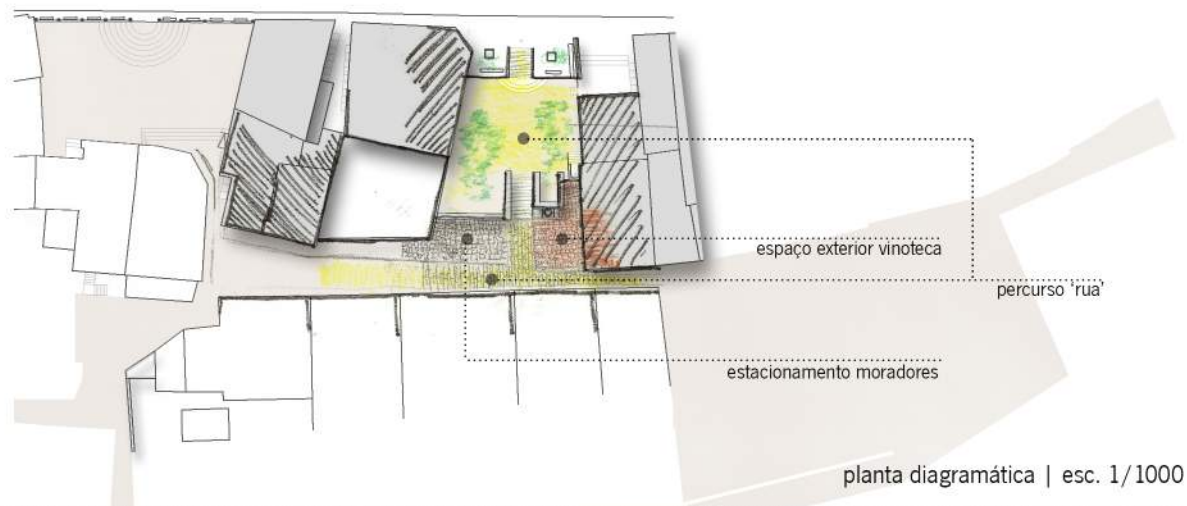
#### 4.2.2.3. Largo de Sousa - Vinoteca | Organização Urbana

Este espaço localiza-se na porção do eixo da Fonte Velha correspondente à rua Doutor Alberto Cruz, e é a que possui um maior número de habitantes. Este facto justifica a existência de uma área da rua reservada ao estacionamento dos respetivos automóveis, impossibilitando, assim, a ideia inicial de eliminar a presença do carro ao longo do eixo da Fonte Velha.

Nesta porção da Fonte Velha encontra-se também uma Vinoteca – casa de prova de vinhos -, que ocupa parte deste espaço para a instalação de uma pequena esplanada, e um dos acessos transversais à via principal, o Largo de Sousa.

A proposta para esta *esquina* apoia-se, assim, no pavimento proposto para a rua, sugerindo um desenho de chão que defina as áreas ocupadas por cada uso: no estacionamento e na esplanada é mantido o pavimento em cubo de granito; e no percurso correspondente à rua e no acesso ao Largo de Sousa, de modo a afirmar o pavimento como elemento unificador e impulsionador do percurso, são colocadas as lajetas de granito. Esta distinção e definição das áreas é garantida também pela plantação de árvores que determinam, em simultâneo, a métrica do estacionamento e se relacionam com o espaço proposto no Largo de Sousa (Figura 72).

A proposta para o Largo de Sousa é subtil, consistindo na substituição do pavimento existente por solo estabilizado e na colocação de bancos, defendendo a ideia já abordada de levar o rio à vila através de espaços de pausa e estar, pontuados pela plantação de árvores e impulsionar a visita e circulação do eixo da Fonte Velha (Figura 72).



**Figura 72:** Esquinas | Proposta para a esquina do Largo de Sousa - Vinoteca (consultar Caderno de Desenhos)





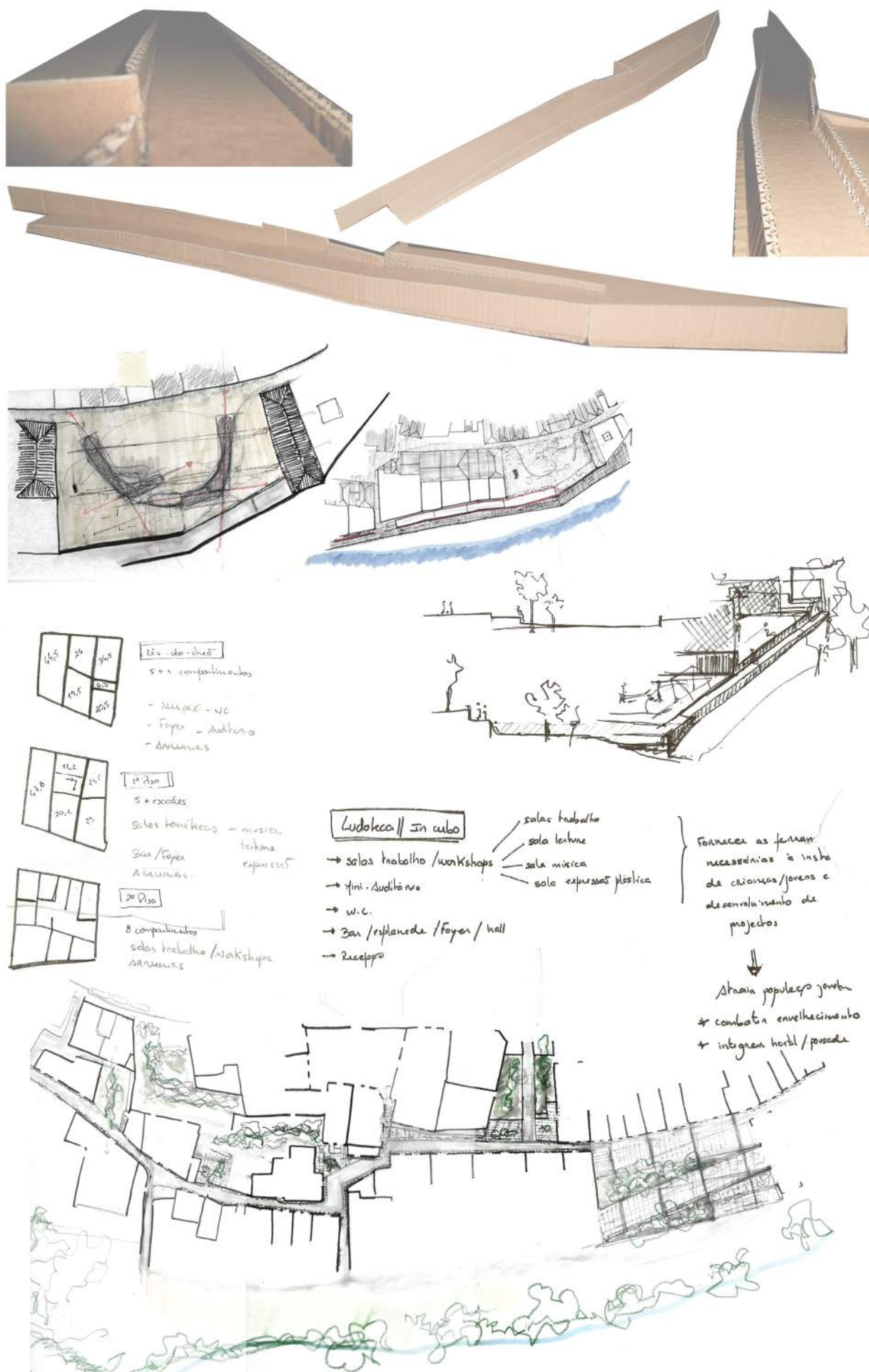


Figura 76: Processo de trabalho





**Figura 73:** Enquadramento geral da proposta (consultar Caderno de Desenhos)

## CONCLUSÃO

No início deste trabalho, as inquietações centravam-se no facto de o eixo da Fonte Velha apresentar um elevado grau de abandono e, simultaneamente, ser portador de um grande legado histórico da vila, pelo que a primeira aproximação ao lugar procurou identificar o estado de abandono das estruturas existentes e perceber a história do lugar. Uma primeira hipótese de intervenção passou pela requalificação de todos os elementos degradados, na procura de devolver dignidade à história ali presente. Contudo, à medida que se foi decompondo o lugar, foi-se tornando claro que só a definição de uma estratégia de intervenção com uma lógica comum a todo o eixo da Fonte Velha poderia promover a regeneração da mesma.

A *aproximação e interpretação* do lugar através do estudo *in situ* revelaram-se indispensáveis para a compreensão das suas lógicas, dinâmicas e vivências e para a descoberta da transversalidade como mecanismo de desenvolvimento de uma *estratégia de intervenção*. Assim, foi possível explorar os limites impostos de modo a propor uma conexão entre os três planos, rua, rio e vila, de cotas distintas, tendo em conta as potencialidades espaciais, cénicas e paisagísticas que envolvem o lugar.

A *proposta de intervenção* assume a rua como elemento estruturante, baseando-se num trajeto existente, que une pontos e espaços distintos ao longo da via, de modo transversal e longitudinal. Na abordagem estratégica adota-se a rua enquanto percurso como um ponto de partida, ao qual se adicionaram espaços suscetíveis de conectar com a envolvente: rio ou vila.

Esta conexão é sustentada pela ideia de “levar o rio à vila e a vila ao rio”, por meio do eixo da Fonte Velha, recorrendo às propostas de arborização dos espaços (“levar o rio à vila”) e do pavimento do percurso (“levar a vila ao rio”). A ligação pretendida entre os planos é também fundamentada pelo estudo da iluminação, que surge como um fator decisivo nas intervenções, afirmando e assegurando a conexão proposta durante a noite, de modo a enquadrar-se com os espaços e responder a uma carência observada atualmente. Estas ações surgem, assim, como parte indissociável de cada intervenção, simultaneamente constituindo catalisadores de regeneração da proposta geral.

A definição das propostas procura ir ao encontro das carências e problemáticas observadas ao longo do eixo da Fonte Velha, nomeadamente a desertificação dos espaços e a inexistência de dinâmicas, tendo como propósito *incorporar e interligar* a rua na vila, e *impulsionar e unificar* as circulações na rua e desta com a envolvente. O objetivo final é o funcionamento destas ações em consonância, através do lançamento de possíveis motes regenerativos (Figura 73). Este trabalho defende, por isso, que este é apenas o início de um processo, passível de mutações, definido por regeneração urbana.

Esta intervenção reflete, assim, uma interpretação pessoal do sítio e do processo de regeneração urbana, pretendendo requalificar um lugar portador de histórias e vivências únicas, em conformidade com as necessidades e pré-existências locais e urbanas, repondo a descoberto a sua existência.





## BIBLIOGRAFIA

**ALMEIDA**, Carlos Alberto Ferreira de; *Alto Minho*. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

**BENEVOLO**, Leonardo; *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

**CATITA**, Helder (coord.); **ARAÚJO**, Renata; *Coletânea de estudos: universo urbanístico português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1998.

**DONNE**, Marcella Delle; *Teorias sobre a cidade*. Edições 70, Arte e Comunicação, 1990.

**GOITIA**, Fernando Chueca; *Breve história do urbanismo*. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1982

**LAMAS**, José M. Ressano Garcia; *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

**MUMFORD**, Lewis; *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução SILVA, Neil R. de. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

**QUEIROZ**, Francisco; **PORTELA**, Ana Margarida; *Conservação urbana e territorial integrada: reflexos sobre a salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal*. Livros Horizonte, 2009.

**TEIXEIRA**, Manuel C.; **VALLA**, Margarida; *Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII*. Livros Horizonte, 1999

**VARGAS**, Heliana Comin; **CASTILHO**, Ana Luísa Howard de (orgs.); *Intervenção em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Editora Manole Ltda, 2006.

*Atas do I Congresso Transfronteiriço de Cultura Celta de Ponte da Barca.* Ponte da Barca: Edição Município de Ponte da Barca, Outubro 2007.

*Atas do II Congresso Transfronteiriço de Cultura Celta de Ponte da Barca.* Ponte da Barca: Edição Município de Ponte da Barca, Novembro 2009.

*Cónego Avelino de Jesus da Costa na Imprensa Barquense.* Ponte da Barca: Edição Município de Ponte da Barca, 2009.

COSTA, P.e. Avelino de Jesus da; *Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca*, Vol. I e II. Ponte da Barca: Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998.

*História das freguesias e concelhos de Portugal*, Vol. 14. Matosinhos: Editora QuidNovi, 2004.

LOBO, Fátima; *Terras da Nóbrega e Memória Social I.* Ponte da Barca: Edição Câmara Municipal de Ponte da Barca, Outubro 2005.

SILVA, Isabel (coord.); *Dicionário Enciclopédico das Freguesias: Braga, Porto, Viana do Castelo*, Vol. I. Edição Minha Terra, ANAFRE, 1996.

Arquivo Jornal O Povo da Barca, 1899-2009, disponível na Biblioteca Municipal de Ponte da Barca.

Jornal Diário do Minho, Braga, 15 de Janeiro de 2010, suplemento edição nº 28742, Capelas de Ponte da Barca I.

Jornal Diário do Minho, Braga, 19 de Fevereiro de 2010, suplemento edição nº 28777, Casas com história I, Ponte da Barca.

Jornal Diário do Minho, Braga, 26 de Fevereiro de 2010, suplemento edição nº 28784, Casas com história II, Ponte da Barca.

## SÍTIOS NA INTERNET

Alto Minho disponível em [www.altominho.pt/gca/?id=567](http://www.altominho.pt/gca/?id=567)

Município de Ponte da Barca disponível em [www.cmpb.pt](http://www.cmpb.pt)

Projetos PROAP disponível em [www.proap.pt](http://www.proap.pt)

J. R. G. Granitos disponível em <http://www.granitos-jrg.com/pedreira-p-7.html>

Erco disponível em <http://www.erco.com/homepage/home/en/>

Bega disponível em <http://bega.com/>

Santa&Cole disponível em <http://www.santacole.com/en/>

Iguzzini disponível em <http://www.iguzzini.com/>

Infopédia disponível em [www.infopedia.pt](http://www.infopedia.pt)

Bing Maps disponível em [www.bing.com/maps](http://www.bing.com/maps)